



AS CONSTRUÇÕES AGENTIVAS EM X-EIRO: UMA ABORDAGEM SOCIOCognITIVA

Laura Silveira Botelho

**JUIZ DE FORA
2004**

LAURA SILVEIRA BOTELHO

**AS CONSTRUÇÕES AGENTIVAS EM X-EIRO: UMA ABORDAGEM
SOCIOCOGNITIVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Lingüística da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Neusa Salim Miranda

Juiz de Fora
Novembro de 2004

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

BOTELHO, Laura Silveira. *As construções agentivas em x-eiro: uma abordagem sociocognitiva*. Juiz de Fora, UFJF (Dissertação de Mestrado)

Banca examinadora:

_____ - Orientadora

Prof^a. Dra. Neusa Salim Miranda (UFJF)

Prof^a. Dra. Helena Franco Martins (PUC-Rio)

Prof^a. Dra. Maria Margarida Martins Salomão (UFJF)

Ao meu pai,
À minha mãe.
A quem eu devo essa conquista.

Ao André, meu amor.

AGRADECIMENTOS

À Neusa Salim Miranda, minha orientadora, não só pela orientação dedicada, precisa e paciente, como também pelas lições de vida que aprendi nesta caminhada;

Às professoras Margarida, Helena e Neusa por compartilharem conosco tamanho conhecimento e experiência;

Aos meus amigos do mestrado, especialmente, Tânia, Maristela, Andreia e Patrícia;

À Nazaré pelas dicas (sempre) valiosas e pela leitura atenta do trabalho;

Aos meus queridos amigos Mariu, Viviane, Irene, Simone, Beta, Karine que souberam entender minhas ausências em função da dedicação ao mestrado;

Aos meus irmãos, Eloise e Leandro, por serem amigos e compreensivos com meu mau-humor;

À minha avó, D. Juju, pela torcida e amor incondicional;

Aos meus pais por acreditarem e investirem em mim;

Ao André, pelo amor-companheiro, pelo incentivo, pela paciência, por tudo.

À CAPES pelo apoio financeiro.

Agradeço a vocês por acreditarem no meu trabalho.

*Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência a vossa!*

*Ai, palavras, ai, palavras,
sois de vento, ides no vento,
no vento que não retorna,
e, em tão rápida existência,
tudo se transforma!*

*Sois de vento, ides no vento,
E quedais, com sorte nova!*

*Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!*

*Todo o sentido da vida
principia à vossa porta;
o mel do amor cristaliza
seu perfume em vossa rosa;
sois o sonho e sois a audácia,
calúnia, fúria, derrota...*

*A liberdade das almas,
ai! Com letras se elabora...*

*E dos venenos humanos
sois a mais fina retorta:
frágil, frágil como o vidro
e mais que aço poderosa!*

(...)

RESUMO

Um das grandes questões que norteiam a agenda de estudos da Lingüística Cognitiva é o processo de integração conceptual na gramática e no léxico. O presente trabalho visa fortalecer as hipóteses cognitivistas acerca do processamento conceptual do léxico, mais especificamente, as construções agentivas em x-eiro.

Adotamos como perspectiva teórica a **Hipótese Sociocognitivista da Linguagem** nos termos postos por Salomão (1999, 2003, 2004) e Miranda (2000, 2003); os pressupostos teóricos da **Lingüística Cognitiva** de acordo com Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987), Fillmore (1979), Turner (1996), Fauconnier (1994, 1997) e Fauconnier & Turner (2002) e ainda a **Gramática das Construções** nos termos de Goldberg (1995), Mandelblit (1997); além dos estudos em Antropologia Evolucionista de Tomasello (1999).

Tal enquadre teórico rechaça a Hipótese Forte da Composicionalidade, uma das principais ferramentas explicativas da tradição analítica formalista, para os fenômenos da significação da linguagem. Essa hipótese advoga que o significado do todo de uma sentença ou palavra se dá através da simples soma das partes que as compõem.

Procuramos, neste trabalho descrever, analisar e compreender, sincronicamente, as construções agentivas em x-eiro, nosso objeto de estudo, apostando numa Hipótese Fraca da Composicionalidade, procurando dar uma explicação construcional, processual e multidirecional para tais construções.

Amparamo-nos nos constructos teóricos supracitados e, assim, pudemos identificar as relações de motivação e herança das construções x-eiro, já que estas construções constituem uma complexa rede polissêmica conectada por elos metafóricos, a qual vai da categoria radial (ou central) de agentes-humano (grupo I: padeiro, jardineiro), às categorias herdeiras de agentes-objeto (grupo II: cinzeiro, laranjeira, formigueiro) e agentes-estado (grupo III: nevoeiro, bobeira).

Os resultados das análises fortalecem alguns dos preceitos cognitivistas, como a sustentação da análise sociocognitivista da gramática e do léxico, um tratamento unificado para construções ditas “periféricas” e centrais, um *continuum* entre conhecimento semântico e pragmático, conhecimento lingüístico e enciclopédico e a postulação da multidirecionalidade na integração de esquemas conceptuais e formais na linguagem.

Palavras-chave: construção, mesclagem, metáfora, polissemia.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

1. Introdução.....	9
1.2 Metodologia do trabalho	13
1.3 Organização do trabalho	13

CAPÍTULO 2

2 Enquadre teórico.....	15
2.1 A idealização nos estudos da linguagem	15
2.1.2 A perda da inocência.....	18
2.2 A Lingüística Cognitiva: o resgate do corpo e da imaginação.....	21
2.3 A Lingüística Cognitiva: os quatro pontos cardeais.....	23
2.3.1 A negação do modularismo.....	24
2.3.2 A crença na insuficiência do significante.....	26
2.3.3 A afirmação do caráter interacional e cultural da cognição e da linguagem.....	27
2.3.4 A afirmação do poder projetivo da linguagem: a mente literária.....	29
2.3.4.1 As raízes da metáfora de personificação.....	32
2.3.4.2 Uma parábola essencial: EVENTOS SÃO AÇÕES.....	33
2.4 A Teoria dos Espaços Mentais.....	35
2.4.1 Domínios.....	36
2.4.2 Projeções.....	39
2.4.3 O processo cognitivo de mesclagem.....	40
2.4.3.1 A mesclagem e as projeções figurativas (metáforas e metonímias).....	44
2.5 A Gramática das Construções e a integração entre forma e significado.....	46
2.5.1 A Gramática das Construções na concepção de Goldberg.....	48
2.5.1.1 Os elos entre construções.	51

2.6.2 A Gramática das Construções e o Processo Cognitivo de Mesclagem: a abordagem de Mandelblit.....	53
---	----

CAPÍTULO 3

1. Breve apanhado dos estudos morfológicos.....	57
3.1 Breve apresentação dos estudos morfológicos nas correntes lingüísticas.....	57
3.2 O Princípio da Analogia na constituição do léxico: a visão de Basílio.....	62
3.2.1 A questão da produtividade na perspectiva gerativista.....	65
3.2.2 Uma análise de viés gerativista de x-eiro	70
3.2.3 Abordagem da tradição gramatical brasileira do sufixo –eiro.....	73
3.2.3.1 A contribuição dos dicionários nos estudos do sufixo –eiro	75
3.3 Considerações finais.....	76

CAPÍTULO 4

4. As construções agentivas em –eiro, uma rede metafórica	78
4.1 A construção agentiva lexical genérica	81
4.2. A construção agentiva radial em x-eiro.....	86
4.2.1. A singularidade pragmática.....	88
4.2.2 Descrição morfológica.....	91
4.2.3 Síntese formal e semântico-pragmática da construção agentiva central.....	92
4.2.4 A mescla geradora da construção central	96
4.3. A metamorfose Categorical.....	99
4.3.1. A rede de construções herdeiras.....	101
4.3.1.1. As construções agentivas – objeto.....	102
4.3.1.1.1 Pareamento das formas masculinas e femininas na rede de construções x-eiro.....	107
4.3.1.2 A tensão entre polissemia e homonímia.....	109

4.3.1.3 Algumas considerações a respeito da produtividade das construções denominais em x-eiro.....	113
4.4. Considerações finais	116

CAPÍTULO 5

5. CONCLUSÃO.....	117
6. ANEXO.....	120
7. BIBLIOGRAFIA.....	131

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1	42
Diagrama 2	50
Diagrama 3.....	51
Diagrama 4.....	55
Diagrama 5.....	87
Diagrama 6	97
Diagrama 7.....	103
Diagrama 8	104

RESUMO

Um das grandes questões que norteiam a agenda de estudos da Linguística Cognitiva é o processo de integração conceptual na gramática e no léxico. O presente trabalho visa fortalecer as hipóteses cognitivistas acerca do processamento conceptual do léxico, mais especificamente, as construções agentivas em x-eiro.

Adotamos como perspectiva teórica a **Hipótese Sociocognitivista da Linguagem** nos termos postos por Salomão (1999, 2003, 2004) e Miranda (2000, 2003); os pressupostos teóricos da **Linguística Cognitiva** de acordo com Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987), Fillmore (1979), Turner (1996), Fauconnier (1994, 1997) e Fauconnier & Turner (2002) e ainda a **Gramática das Construções** nos termos de Goldberg (1995), Mandelblit (1997); além dos estudos em Antropologia Evolucionista de Tomasello (1999).

Tal enquadre teórico rechaça a Hipótese Forte da Composicionalidade, uma das principais ferramentas explicativas da tradição analítica formalista, para os fenômenos da significação da linguagem. Essa hipótese advoga que o significado do todo de uma sentença ou palavra se dá através da simples soma das partes que as compõem.

Procuramos, neste trabalho descrever, analisar e compreender, sincronicamente, as construções agentivas em x-eiro, nosso objeto de estudo, apostando numa Hipótese Fraca da Composicionalidade, procurando dar uma explicação construcional, processual e multidirecional para tais construções.

Amparamo-nos nos constructos teóricos supracitados, e assim, pudemos identificar as relações de motivação e herança das construções x-eiro, já que estas construções constituem uma complexa rede polissêmica conectada por elos metafóricos, a qual vai da categoria radial (ou central) de agente-humano (grupo I: padeiro, jardineiro), às categorias herdeiras de agentes-objeto (grupo II: cinzeiro, laranjeira, formigueiro) e agentes-estado (grupo III: nevoeiro, bobeira).

Os resultados das análises fortalecem alguns dos preceitos cognitivistas, como a sustentação da análise sociocognitivista da gramática e do léxico, um tratamento unificado para construções ditas “periféricas” e centrais, um *continuum* entre conhecimento semântico e pragmático, conhecimento lingüístico e enciclopédico e a postulação da multidirecionalidade na integração de esquemas conceptuais e formais na linguagem.

Palavras-chave: construção, mesclagem, metáfora, polissemia.

ABSTRACT

One of the major issues in the research agenda of Cognitive Linguistics is the process of conceptual blending found both in grammar and lexis. The present work is aimed at strengthening cognitive hypotheses on lexical conceptual processing, namely the agentive constructions with the suffix *-eiro*.

The Socio-Cognitive Hypothesis of Language, as proposed by Salomão (1999, 2003, 2004) and Miranda (2000, 2003), was adopted as theoretical background; together with the theoretical approach to Cognitive Linguistics according to Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987), Fillmore (1979), Turner (1996), Fauconnier (1994, 1997) and Fauconnier & Turner (2002) and, finally, the concepts of Construction Grammar as proposed by Goldberg (1995) and Mandelblit (1997) and the studies on Evolutionary Anthropology by Tomasello (1999).

Such theoretical framework refutes the Strong Hypothesis of Compositionality, one of the main resources in the analytical tradition of the formalists for explaining the phenomena of language meaning. This hypothesis advocates that the meaning of a sentence or word as a whole directly derives from the sum of its component parts.

We attempted to describe, analyse and understand the *-eiro* agentive constructions through a synchronic perspective, relying on a Weak Hypothesis of Compositionality and seeking to provide a constructional, processual and multidirectional account for such constructions.

Our analysis was based on the theoretical grounds mentioned above and we were able to identify motivation and inheritance correlations in the *-eiro* constructions, since these constructions comprise a complex polysemic network which is connected by metaphorical links ranging from radial (or central) categories of human agent (group I: *padeiro*, *jardineiro*) to daughter categories of object agent (group II: *cinzeiro*, *laranjeira*, *formigueiro*) and of state agent (group III: *nevoeiro*, *bobeira*).

The results of the analyses strengthen some cognitive principles, like the support to the socio-cognitive analysis of grammar and lexis; a unified approach to the so-called “peripheral” and central constructions; a continuum between semantic and pragmatic knowledge as well as between linguistic and encyclopedic knowledge; and, finally, the postulation of multidirectional integration of conceptual and formal schemas in the language.

Key-words: construction, blending, metaphor, polysemy.

1. INTRODUÇÃO

*“Acontecerá o que sejamos capazes de imaginar.
E não podemos substituir a imaginação
pelas ferramentas de transmissão de informação.”*
Ramon Folch

“A imaginação é mais importante que o conhecimento.”
Albert Einstein

Uma das grandes questões que norteiam a agenda de estudos da Lingüística Cognitiva é o processo de integração conceptual na gramática e no léxico. Como o sentido de palavras e expressões se integram, formando, em uma sentença, seu significado global? Qual a participação dos morfemas na identificação da significação global de uma palavra? Enfim, como os sistemas formal e conceptual se integram?

Uma das tentativas de responder a tais questionamentos implica o Princípio da Composicionalidade, nos termos de Frege (1978), que orienta os estudos de viés formalista. A Hipótese Forte da Composicionalidade advoga que o significado de uma expressão lingüística é o resultado da soma das partes que a compõem. Tal perspectiva pressupõe, assim, transparência e previsibilidade conceitual dos enunciados.

Os inúmeros exemplos de construções lingüísticas que resistem a uma visão inteiramente composicional, tanto na gramática quanto no léxico, têm sido foco de atenção dos trabalhos lingüísticos de viés cognitivista. A Lingüística Cognitiva refuta tal postulação, assumindo uma Hipótese Fraca da Composicionalidade, e apostando numa visão processual, multidirecional e construcional nos estudos da significação da linguagem.

É exatamente neste espaço investigativo que o presente estudo se situa, buscando alcançar duas metas. A primeira resulta de nossa escolha teórica e consiste em buscar fortalecer as hipóteses cognitivistas acerca do processamento da significação lingüística no léxico. A segunda meta, que serve de estratégia à primeira, consiste em alcançar tal endosso através de construções do Português Brasileiro¹.

¹ Este trabalho está inserido no projeto de pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Neusa Salim Miranda intitulado *A Gramática das Construções na constituição do léxico* que faz parte da linha de pesquisa *Gramática, Cognição e Interação* do programa de Pós-graduação em Letras (Lingüística) da Universidade Federal de Juiz de Fora. O projeto está vinculado ao grupo de pesquisa inter-institucional *Gramática e Cognição* liderado pela Profa. Dra. Margarida Salomão da UFJF e conta com a participação de pesquisadores da UFRJ.

Focalizaremos, neste trabalho, o estudo das construções lexicais denominais em x-eiro. Trata-se de construções do tipo [X FAZER Y], majoritariamente experienciais, formadoras, principalmente, de **substantivos** e adjetivos.

Nosso objetivo é buscar uma explicação para tal multiplicidade de sentidos dessas construções, dando às formações centrais, ditas regulares, e às periféricas o mesmo tratamento analítico. Nossa hipótese é de que tais construções formam uma ampla rede polissêmica conectada por *links* metafóricos que definem seus laços de motivação e herança.

Para tanto, estamos subscrevendo o enquadre teórico da Hipótese Sociocognitiva da Linguagem (SALOMÃO, 1999, 2003), (MIRANDA, 2003, 2004). Tal perspectiva implica o alinhamento com a Lingüística Cognitiva, nos termos da Teoria da Metáfora (LAKOFF & JOHNSON 1980, 1997), da Hipótese da Mente Literária, (TURNER, 1996); da Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1997) e da Teoria da Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995), (MANDELBLIT, 1997). A Antropologia Evolucionista de TOMASELLO (1997) ratifica o viés cognitivista deste estudo que toma a **interação**, da **cultura** como constitutivas da cognição humana e de todos os seus meios, inclusive a linguagem.

Nessa moldura teórica, quatro construtos básicos constituem o núcleo de nossas análises: **polissemia**, **metáfora**, **construção** e **mesclagem**.

Ao levarmos em conta essas categorias básicas e o enquadre teórico supracitado, nos afastaremos da tradição formalista dos estudos da linguagem, refutando o trato Estruturalista e Gerativista dado à questão da integração conceptual no léxico. Dentre as postulações dessa tradição, das quais nos distanciamos, radicalmente, em nosso percurso teórico e analítico, temos:

- (i) A assumpção da Hipótese Forte da Composicionalidade, que afirma ser o significado do todo, o resultado da soma das partes que o compõem. Assim, o significado das construções lexicais é tomado como resultado de meras concatenações morfêmicas;
- (ii) A formulação de regras algorítmicas responsáveis pela análise/derivação do todo pelas partes que o compõem: Regras de Formação de Palavras (RFPs) e Regras de Análise Estrutural (RAEs) tomadas como constructos suficientes para analisar, adequadamente, todas as construções lexicais;

- (iii) O tratamento de construções que escapam à Hipótese Forte da Composicionalidade e à aplicação de regras formais, como formações homonímicas ou, simplesmente, não-composicionais.

Em nosso estudo pretendemos, através das construções x-eiro do Português do Brasil, evidenciar a insuficiência desses constructos formalistas no trato dessa complexa rede de formação lexical e, ao mesmo tempo, mostrar a superioridade da abordagem cognitivista na análise dos fenômenos de integração conceptual, regulares ou não, no léxico.

Um belíssimo capítulo de *The way we think* de Fauconnier e Turner (2002), intitulado “A Era da Forma e a Era da Imaginação” nos inspira nessa trajetória. Os autores começam por afirmar que “o modo como pensamos que pensamos não é o modo como pensamos”. Essa afirmação nos leva a questionar a maneira como, normalmente, concebemos a linguagem, tal qual a metáfora do conduto, descrita por Reddy (1979). De acordo com Reddy, percebemos a linguagem como um “pacote” com informações, as quais passamos de um lado a outro através de um “canal”. Em outras palavras, a tarefa comunicativa do falante consiste em enviar a mensagem (o pacote) ao ouvinte que, por sua vez, tem a função de desempacotar a mensagem. É assim que “pensamos que pensamos” e as ciências da linguagem, na tradição formalista, acabaram por cair nessa armadilha do pensamento figurativo e ratificar tal hipótese, postulando a metáfora do conduto na explicação dos fenômenos da linguagem. Nesses termos, a linguagem, e conseqüentemente o significado, definem-se pela estabilidade, pela transparência algoritmicamente calculadas. As influências “externas” na compreensão que, por ventura, aconteçam são fenômenos de desempenho (Chomsky), fora do foco de interesse da ciência lingüística.

É a esse modo de pensar a linguagem que os autores denominam a ERA DA FORMA. Trata-se, essencialmente, de uma ordem teórica fortemente ancorada na crença da suficiência do significante. Em outros termos, significa dizer que, nesse modo de pensar a linguagem, a “forma” lingüística é portadora do significado.

Contrapondo-se à ERA DA IMAGINAÇÃO, Fauconnier e Turner negam a autonomia da forma. A forma não é o significado, assim como o mapa não é o território, a foto não é o bebê, o projeto da casa não é a casa e a armadura de Aquiles, não é, de forma alguma, o grande guerreiro Aquiles. Nosso cérebro constrói a identidade entre o bebê e a foto, entre Aquiles e a armadura e essa operação é feita rápida e inconscientemente. Por isso, consideramos a construção do significado como imediata, proveniente de sua representação

formal, ignorando complexas operações mentais que a constituem. O poder humano de constituir significados é, nessa perspectiva, algo dinâmico e imaginativo e resulta de muitos anos de evolução do cérebro humano.

Em suma, o que as discussões arroladas pelos autores confirmam, de modo reiterado, é o poder da Imaginação no pensamento e na linguagem. Assim, fenômenos cognitivos e lingüísticos colocados como óbvios ou periféricos e, por isso mesmo, ignorados pelos formalistas, tornam-se o centro das discussões na Lingüística Cognitiva. Nesses termos, **identidade, integração e imaginação**, os denominados “três Is da cognição” (cf. seção 2.3.4, cap. 2), assim como experiência, contexto e cultura passam a compor um elenco de categorias nucleares nos estudos da cognição humana e, conseqüentemente, nos estudos da linguagem. Portanto, o que se rompe, de modo absoluto, da Era da Forma à Era da Imaginação, entre tantas outras coisas, é a crença no significante autônomo, portador do significado. Rompida essa armadura, a variação passa a ser vista como a regra, e não a exceção. Significar, portanto, passa a ser compreendido como um processo de ativação de redes complexas de construções. O léxico, por exemplo, em lugar de ser tratado como uma lista aleatória de símbolos da realidade externa, passa a ser visto como uma dessas redes de construções, de signos (pareamento de forma e sentido), vinculada radialmente por relações de herança. Tais relações se erguem a partir de processamentos de natureza interacional, cultural, cognitiva e formal.

Na era da Imaginação defende-se, enfim, que, por trás da “forma”, existe o poder singular da cognição humana de construir significados. Ante o declínio da Era da Forma e as descobertas da Ciência Cognitiva, afirmando o poder da **imaginação** no pensamento, na linguagem, os autores, por fim, nos deixam um significativo alerta: não se trata, definitivamente, de celebrar a imaginação, de comemorá-la como, usualmente, em nosso tempo, somos costumados a fazer com outras “descobertas”. Trata-se, sim, de fazer **ciência** com a imaginação, em torno dela. E é esse desafio que abraçamos nesse trabalho.

1.2 Metodologia do trabalho

Buscando definir a gama de sentidos das formações x-eiro no Português do Brasil, nossa coleta de dados partiu das “listas prontas” de palavras com o sufixo –eiro encontradas em gramáticas, *sites* e dicionários. Dada a incompletude das listas gramaticais e a origem

portuguesa dos *sites* encontrados², o dicionário brasileiro (HOUAISS, 2001) forneceu-nos uma base empírica mais ampla (cf. seção 3.2.3.1). A ausência de formações novas, em plena circulação no uso do PB, nessa fonte, levou-nos a ampliar nosso *corpus* a partir de contextos reais de interação verbal ou registros escritos, de modo a captar usos recorrentes, neologismos no Português do Brasil. Muitos dos exemplos (cf. anexo) foram retirados de conversas informais, jornais escritos ou falados, revistas, programas televisivos, etc...

As construções *x-eiro* são altamente produtivas no Português do Brasil, principalmente, aquelas formadoras de agente-humano (jardineiro, pedreiro, enfermeiro...). Nossa preocupação foi cobrir um número significativo de tais construções, sem qualquer pretensão de esgotar esta rede tão ampla e complexa.

Nossa metodologia de pesquisa constituiu-se, basicamente, em coletar dados e procurar classificá-los, estabelecendo uma tipologia de acordo com a natureza da agentividade expressa, a saber: **agentes-humano**; (ofício/profissão); **agentes-objeto** (recipiente, aparelho, equipamentos, locativo e plantas), e de forma mais periférica, **fenômenos, estados, coisas, e atividades**, revestidos de certo traço de agentividade. Procuramos, em seguida, analisar a rede que integra essas construções a partir da construção agentiva central – agente-humano – e entender como se integram tais construções nessa rede.

1.3 Organização do trabalho

A presente dissertação está organizada da seguinte maneira:

No segundo capítulo, apresentamos a base teórica do trabalho, discutindo, primeiramente, e de modo breve, as grandes idealizações construídas pela tradição formalista dos estudos da linguagem. Em seguida, apresentamos argumentos e evidências arrolados pela Lingüística Cognitiva (FILLMORE, 1979) a favor de uma abordagem processual e multidirecional da questão da integração conceptual na gramática e no léxico. A perspectiva epistemológica erigida pela Lingüística Cognitiva é recortada, neste capítulo, através da Teoria dos Espaços Mentais e da abordagem construcionista da gramática e do léxico fundamentada na Gramática das Construções (GOLDBERG, 1995). O conjunto de postulações do que vimos nomeando como Hipótese Sociocognitiva da Linguagem

² Nesses sites portugueses, a lista contempla um número significativo de palavras estranhas ao léxico do Português do Brasil.

(SALOMÃO, 1999, 2003) ocupa também um espaço no capítulo, enfeixando, de modo sintético, princípios que norteiam nosso trabalho.

No terceiro capítulo, apresentamos, sucintamente, alguns estudos desenvolvidos no Brasil sobre as formações agentivas em x-eiro. Focalizamos estudos como os de Basílio (1997), em que aparece uma visão crítica aos constructos teóricos formalistas no trato da questão da integração conceptual. Também apresentamos os trabalhos de Miranda (1979) e Rocha (1998) de viés formalista. Procedemos, ainda, à discussão crítica da abordagem das gramáticas normativa no que tange ao estudo dessas construções lexicais e à apresentação do trato conferido a tais formações por dicionários brasileiros.

No quarto capítulo, passamos à análise das construções agentivas em x-eiro à luz da Linguística Cognitiva, procedendo à descrição morfológica, semântica e pragmática dessas construções. Apresentamos uma hipótese explicativa sobre a constituição desta rede que envolve uma construção radial (agente-humano) que motiva as construções herdeiras (agentes-objeto, agentes-fenômeno, etc.). A abordagem construcional da integração de forma e sentido dessas construções, que garante o caráter dinâmico definidor dos processos de significação linguísticas, envolve como constructo teórico fundamental, o processo cognitivo da mesclagem.

No quinto capítulo, buscamos ressaltar as vantagens de uma abordagem construcional no trato do fenômeno da integração conceptual do léxico. Ainda que cientes do caráter preliminar de nossas hipóteses e análises, dada a natureza e o tempo limitado do presente estudo, acreditamos que esta investigação alcance suas metas no que diz respeito, primeiro, ao fortalecimento das hipóteses cognitivistas sobre o processamento da significação linguística no léxico e, segundo, no que concerne à análise das formações lexicais x-eiro do Português do Brasil, sobre cujo funcionamento acreditamos ter lançado um olhar significativo.

2 ENQUADRE TEÓRICO

“Tudo é e não é”.

Guimarães Rosa

*“Lutar com as palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
Mal rompe a manhã.”*

Carlos Drummond de Andrade

A perspectiva que enfeixa as contribuições que constituem o escopo do presente estudo denomina-se **Linguística Cognitiva**. Sob tal enquadre, a linguagem é concebida como um dos modos da cognição, **constitutivamente ligada à experiência humana** e à **cultura**. Este é um ponto crucial que diferencia a perspectiva da Linguística Cognitiva, aqui adotada, de uma perspectiva formalista, na qual se insere a Linguística Chomskiana. O cognitivismo chomskiano trata a linguagem como objeto autônomo no cérebro e empresta à mente a centralidade do processo do **conhecer**, relegando ao uso da linguagem, ao contexto comunicativo, à cultura, um papel periférico.

Neste capítulo, pretendemos fazer uma revisão teórica, traçando os rumos dessa dissidência ao cognitivismo chomskiano, e colocando em relevo princípios e categorias fundamentais ao trato analítico de nosso objeto. Esse enquadre teórico aloca a **Hipótese Sociocognitivista da Linguagem** nos termos postos por Salomão (1999, 2003, 2004) e Miranda (2000, 2003); os pressupostos teóricos da **Linguística Cognitiva** de acordo com Lakoff & Johnson (1980), Lakoff (1987), Fillmore (1979), Turner (1996), Fauconnier (1994, 1997) e Fauconnier & Turner (2002) e ainda a **Gramática das Construções** nos termos de Goldberg (1995), Mandelblit (1997); além dos estudos em Antropologia Evolucionista de Tomasello (1999).

2.1 A idealização nos estudos da linguagem

É sabido que os estudos lingüísticos, no século XX, além de representarem importantes marcos no avanço das Ciências da Linguagem, são também definidores de profundas idealizações de seu objeto. A primeira idealização decorre da lingüística SAUSSUREANA, que define a língua como *sistema* idealizado. A segunda é erigida por

CHOMSKY, quando concebe o *falante/ouvinte* ideal. A terceira idealização deve-se ao modo como a Pragmática (Austin, Searle) concebe o *uso* da linguagem.

A idealização do sistema emerge quando Saussure concebe a *langue* como objeto da Lingüística e a define como fato social anterior, exterior e superior ao indivíduo, excluindo do escopo da Lingüística a *parole*. Chomsky, por sua vez, indagando a respeito da capacidade humana inata para a linguagem, parte da dicotomia competência/desempenho, postulando a primeira como objeto da Lingüística. A busca dos universais lingüísticos, leva-o a minimizar o desempenho e a voltar-se para o falante/ouvinte ideal e universal.

A lingüística de Chomsky, de caráter formalista e cognitivista, visa a responder a duas questões basilares: a primeira de Platão, “Como se aprende a linguagem?” e a segunda, de Descartes, “Como se cria a partir da linguagem?” (SALOMÃO, 2002:64). Para tentar responder a tais questões, Chomsky defende que a capacidade da linguagem está na cognição e essa capacidade, além de ser **exclusiva** ao ser humano, é **inata**, ou seja, o homem possui um módulo no cérebro exclusivo para a linguagem e já nasce dotado de um determinado conhecimento lingüístico, uma gramática internalizada.

Ao defender o inatismo, os teóricos dessa vertente postulam que a experiência é periférica no que concerne ao aprendizado e à aquisição de linguagem. Afirma-se a existência de uma Gramática Universal (GU) constituída de *princípios universais* que estão na mente de qualquer falante/ouvinte e de parâmetros específicos que são ativados na mente quando o falante/ouvinte entra em contato com determinada língua. Assim, se um bebê recebe o *input* do Português do Brasil, ele seleciona os parâmetros desta língua na mente durante o processo de aquisição de linguagem.

Nesse enquadre, a teoria Chomskiana se define como *cognitivista-mentalista* porque acredita que a capacidade da linguagem está na cognição; *inatista* porque defende que o homem nasce com tal capacidade; e *modularista*, pois, para esta teoria há módulos específicos para a linguagem no cérebro, que é separada do pensamento. Portanto, pensamento e linguagem são autônomos e não relacionados.

O viés formalista, no qual se insere esta teoria, tem uma visão atomista da linguagem e a vê como um processo algorítmico e lógico-computacional. Desta maneira, aposta-se na autonomia do significante, idealiza-se o “sujeito”, tratando as formas “possíveis” na língua, em detrimento do contexto e das ações dos enunciadores no fluxo discursivo real. Institui-se, desse modo, o falante ouvinte ideal, universal.

Na década de 60, os filósofos da Escola Analítica de Oxford (Austin e Searle, principalmente) em seus estudos de Filosofia da Linguagem, inauguram a preocupação com o **uso lingüístico**, as possíveis intenções e efeitos das ações da linguagem. A Pragmática, rótulo que enfeixa tal perspectiva, através da Teoria dos Atos de Fala, proposta por Austin e aprimorada por Searle, põe o uso em relevo, quando propõe que “**todo dizer é um fazer**”, ou seja, quando falamos algo, na verdade, estamos fazendo alguma coisa, além de apenas enunciar uma frase ou constatar coisas no mundo. Assim, quando um noivo e uma noiva dizem “*sim*” no altar, não estão apenas enunciando uma frase, mas há em suas falas uma mudança no estado-de-coisas no mundo, pois de agora em diante não serão mais noivos, mas marido e esposa. Ou, se alguém diz: “*prometo ir a sua casa amanhã bem cedo*” essa pessoa não está apenas constatando algo, mas sim realizando o ato de prometer.

Sem dúvida, a Teoria dos Atos de Fala imprime um modo diferente de se estudarem alguns fenômenos da linguagem, no entanto, o modo como os atos de fala, isolados e preestabelecidos, são analisados acaba por corroborar para uma nova idealização: desta vez, do **uso lingüístico**. Dentre as críticas à idealização promovida por tal teoria, uma delas é de que as análises tinham em conta *contextos possíveis* e não *contextos reais* de enunciação. A Teoria dos Atos de Fala, nos termos da Pragmática clássica, apresenta assim uma visão estática e pouco processual da linguagem, além do fato de focalizar fortemente o falante, deixando o ouvinte em segundo plano. Mais uma vez, ergue-se uma proposta marcadamente idealizada do objeto lingüístico.

Traçando uma síntese, percebe-se que as questões apresentadas até aqui referenciam três grandes perspectivas teóricas diferentes, mas com um ponto convergente: a forte idealização do objeto da Lingüística. Nos três casos, Estruturalismo, Gerativismo e Pragmática, passa-se sucessivamente do SISTEMA ao SUJEITO e ao USO **desencarnados**. Nos referidos casos, a crença na autonomia do significante e a visão reificada do significado definem uma Lingüística do produto, uma visão aguçada sobre a forma (o “*crystal*”), enquanto o processo (“*a chama*”), o acontecimento lingüístico passam à margem.

Miranda (2000:59) argumenta que essas idealizações se mostram frágeis ante os acontecimentos reais da linguagem e fomentam a necessidade de se fazer uma análise lingüística que seja mais processual e dinâmica e leve em conta os contextos reais de comunicação.

Lakoff & Johnson (1980) no livro *Metáforas da vida cotidiana* enfeixam os programas idealizadores estruturalista e gerativista sob a denominação de Paradigma Objetivista. Nos

termos de Martins (2001:1), o objetivismo “serve para caracterizar, simplificada, um certo conjunto de doutrinas acerca da realidade, do pensamento, da linguagem e das relações entre estes três domínios”. De fato, os autores apresentam o objetivismo como um amplo paradigma que enfeixa diferentes manifestações do formalismo. Assim, o objetivismo concebe o pensamento como desencarnado, transcendental, consciente, literal e essencialmente humano, tratando o significado como uma *entidade* representada por “palavras”. Nestes termos, postula-se uma relação estável entre palavras e significado. A linguagem é tida como expressão racional das idéias ou, em outras palavras, um espelho da realidade. Por isso, no que tange à linguagem, o objetivismo prioriza o estudo do que é literal em detrimento do figurado; a competência ao invés da *performance*, e o sentido independentemente do *contexto* da enunciação e de *quem* participa do jogo enunciativo.

2.1.2 A perda da inocência

Fillmore, um dos grandes questionadores da Lingüística Gerativa e precursores da Lingüística Cognitiva, no artigo chamado *Innocence: a second idealization for linguistics* (1979), faz brilhantes constatações a respeito dessas idealizações promovidas pelos estudos da linguagem. Em seus termos, a primeira foi a idealização do falante/ouvinte nos moldes da teoria da competência, foco das análises gerativistas. A segunda resulta da teoria pragmática do desempenho que transformou o falante/ouvinte em um “inocente” (cf. seção anterior).

Com uma fina ironia, Fillmore trata especificamente do falante/ouvinte inocente, uma espécie de bobo da corte, que erige suas inferências e seus cálculos de integração conceptual a partir da **HIPÓTESE FORTE DA COMPOSICIONALIDADE**. Brincando com a inocência desse falante, Fillmore formula uma forte crítica ao modelo da semântica formalista composicional.

A Hipótese Forte da Composicionalidade, nos moldes propostos por Frege, estrutura muitas teorias semânticas e é o que explica e sustenta a competência lingüística do falante/ouvinte inocente. Searle (1978:207apud FILLMORE, 1979:2) define bem essa concepção: “O sentido literal de uma sentença é determinado pelo significado das partes das palavras (ou morfemas) e pelas regras sintáticas nos termos pelos quais esses elementos se combinam”. Enfim, o falante/ouvinte calcula o significado do **todo** de uma sentença a partir da **soma dos significados das partes que a compõem**.

Nesses termos, o usuário da fala inocente é aquele que conhece os morfemas de sua língua e seus significados, que é capaz de reconhecer as estruturas gramaticais e os processos nos quais esses morfemas participam, que sabe da importância de cada parte, ou seja, o significado semântico de cada morfema, palavra, unidade isolada (FILLMORE, 1979:2). Transparência e previsibilidade são propriedades calculadas como resultado de qualquer operação de integração conceptual desse falante/ouvinte. Assim, em sua inocência semântico/pragmática, opera cálculos de sentido no denominado território do sentido literal.

Segundo Fillmore, esse modelo de idealização não leva em conta o **contexto**³ da interlocução, nem tampouco os fenômenos semânticos de ambigüidade, vagueza, sinonímia, homonímia, polissemia, etc...

Em decorrência disso, Fillmore (1979:04) enumera as múltiplas limitações desse usuário. A primeira dessas dificuldades está no trato dos idiomas lexicais. Mesmo conhecendo as palavras *cárcere* e *prisão*, por exemplo, não saberia diferenciar o significado de cada uma delas se lhes acrescentássemos o morfema *-eiro*, já que os produtos resultantes nessas formações escapam aos critérios de transparência previstos pela semântica composicional da qual nosso falante inocente é credor.⁴

A lista de dificuldades desse falante, posta em exemplos de construções do PB, pode ser fartamente ilustrada. Uma pequena mostra disso é o que apresentamos no quadro abaixo:

O falante/ouvinte inocente não é capaz de interpretar:

1. expressões idiomáticas como:

Ela é a maior maria-vai-com-as-outras;

Eu tô frito!

2. o uso figurativo da linguagem, presente em metáforas conceptuais como AMOR É UMA VIAGEM (*Ela ficou sem rumo depois da separação*) ou IDÉIAS SÃO PLANTAS (*As idéias brotam da minha cabeça nas horas mais inesperada*);

3. estruturas, convenções textuais e fórmulas situacionais usadas em momentos específicos: “*Vou chegar*” (forma que o adolescente usa para dizer que vai embora); “*Quer um pedaço?*” (uso informal); “*Está servido?*” (uso mais formal);

4. significados ante os processos de **restrição de seleção** do tipo:

- alguém fica *perdidamente/loucamente apaixonado*, mas não fica *amplamente apaixonado* ou

³ As referências a contexto, neste ensaio, ainda que iluminadoras, sofrem de uma “certa inocência”. Conforme veremos à frente, neste capítulo, estamos assumindo uma perspectiva mais processual de “contexto”, como **constitutivo** da linguagem, não como algo a “ser levado em conta”.

⁴ Nossa hipótese para tal dado é de que a fixação de valores dessas construções se dá a partir do jogo interacional, ou seja, o sentido dessas construções não-composicionais é firmado pragmaticamente, na cena interativa, não sendo, portanto, o significante o portador de sentido de palavras como estas.

- “os conceitos estão *intimamente relacionados*”, mas não *vastamente relacionados* .
- não falamos *cinema silencioso* e sim *cinema mudo*.
- dizemos *cair em depressão*, mas não *despençar em depressão*.

Enfim, o falante/ouvinte inocente é aquele que faz o papel do “bêbado”, em centenas de piadas como a seguinte:

Um bêbado passando na rua viu uma grande movimentação e parou para ver o que tinha acontecido. Ao chegar no aglomerado de pessoas, viu um homem machucado, caído no chão. Perguntou, então, à mulher que estava do seu lado:

- *O que aconteceu com ele?*
- *Foi batida – Respondeu a mulher.*
- *Tá vendo? É por isso que eu só tomo cachaça!*

Na piada acima, o efeito polissêmico explorado está fora do alcance da inferência do falante/ouvinte inocente, uma vez que ele está fora do jogo dinâmico dos sentidos nas cenas reais de interação, ainda mais quando o problema da integração conceptual é eleito como foco de ironia e humor.

São exploradas, nessa piada, duas leituras possíveis de “batida”. A primeira seria “acidente de carro”, a mais previsível, e que pode ser apreendida facilmente em função dos elementos do enquadre comunicativo descrito (uma pessoa machucada na rua, um aglomerado de curiosos, etc.). A segunda leitura possível seria “bebida alcóolica”. Esta, feita pelo bêbado, é a leitura inesperada, pois o bêbado, adotando seu enquadre, infere que a pessoa se machucou por causa da bebida e não em função do acidente. A projeção em mescla de dois enquadres conflitantes gera uma leitura inusitada, o *nonsense*, desencadeador do riso. O narrador, nesse caso, é uma falante/ouvinte *real*, que busca um parceiro ciente das regras do jogo lingüístico e que saiba rir dos que não entram na jogada...

O que Fillmore propõe, enfim, com este instigante artigo, é uma teoria semântica do *falante/ouvinte real* em que se afirma o pareamento entre *contexto* e *significado*; assim, o significado emerge do contexto no qual é proferido; o conhecimento lingüístico e o conhecimento de mundo ou enciclopédico devem ser indissociáveis.

Nesses termos, o autor, buscando uma interpretação não inteiramente composicional das expressões idiomáticas e de outras formações lingüísticas imprevisíveis, antecipa um caminho construcional (cf. seção 2.6) na análise desses fenômenos. Fillmore prevê a existência de *fórmulas estruturais* nas quais existem um ou dois itens fixos, mas as classes de substituições são semântica e pragmaticamente abertas, possibilitando, assim, novas construções motivadas por herança.

Um exemplo ímpar dessas fórmulas estruturais previstas por Fillmore (hoje, denominadas construções) foi mostrado em Salomão (2002:71). Trata-se da construção “comida a chute” que fez parte da manchete de uma notícia do Jornal do Brasil, no referido ano. O contexto da manchete foi o seguinte: na hora do almoço, a energia elétrica do centro do Rio de Janeiro acabou e as balanças dos restaurantes a quilo não funcionaram. O carioca

foi obrigado, então, *a comer comida a chute*, numa referência ao cálculo aproximado que os restaurantes fizeram de cada prato. A expressão criada é, por certo, uma herdeira da construção *comida a quilo* que é, por sua vez, motivada por outras fórmulas estruturais de mensuração, tais como: *X a metro*, *X a quilo*, *X a granel*, *X a litro*, etc. Este caminho de herança entre “fórmulas estruturais” escapa inteiramente ao princípio de geratividade e derivação algorítmica postulados pelas “Semânticas da Inocência”. É o que Fillmore, de modo claro, nos aponta.

O poder projetivo da linguagem desmente, assim, a Hipótese Forte da Composicionalidade, apontando para complexos e múltiplos processos de integração conceptual para os quais se volta a Lingüística Cognitiva. É derrubando a “inocência” que a Lingüística Cognitiva transporta para o núcleo de sua agenda investigativa todo o conjunto de fenômenos de significação: projeções metafóricas, metonímicas, ambigüidades, polissemias, processos de categorizações que, por oferecerem resistência à abordagem formalista, acabaram ou aliçados do escopo da análise lingüística ou recebendo uma análise simplista, linear e unidirecional.

Na próxima subseção, passaremos ao enquadre teórico específico da Lingüística Cognitiva, explicitando os rumos aqui anunciados.

2.2 A Lingüística Cognitiva: o resgate do corpo e da imaginação

A Lingüística Cognitiva, que constitui o núcleo teórico fundamental deste trabalho, surge, como já foi dito, na dissidência em relação ao trato gerativista e derivacional, marcadamente atomístico e algorítmico, conferido pelos modelos formalistas matemáticos aos fenômenos de integração conceptual.

Um dos marcos dessa dissidência está na obra *Methaphors we live by* de Lakoff & Johnson (1980) na qual se firma, de modo veemente, o caráter corporificado e imaginativo do pensamento e da linguagem e se constrói uma teoria cognitiva da metáfora.

Lakoff & Johnson, abrindo espaço para a proposição de uma nova metafísica e epistemologia, refutam tanto o paradigma *objetivista* quanto o *subjetivista*, propondo uma terceira opção, a qual nomeiam de **Paradigma Experiencialista**. Em seus termos, o Objetivismo, um amplo rótulo que abarca todas as visões formalistas da linguagem, concebe a verdade como algo absoluto e incondicional. O Subjetivismo defende que só através da imaginação não restringida por circunstâncias externas a verdade é alcançada. O novo

paradigma proposto, o Experiencialismo, relaciona, então, **pensamento e linguagem**. Aquele é encarnado e as categorias cognitivas dadas a partir do **corpo**, são altamente afetadas por questões **sociais, culturais e históricas**. Johnson (1997:xvi) afirma que “o conceito de experiência integra tanto o indivíduo quanto o coletivo, além de unir dimensões perceptuais e aspectos relativos ao nosso programa motor e dimensões emocionais, históricas, sociais e lingüísticas”.

Assim, ao dizer que o pensamento é encarnado, os autores defendem que experiências físicas como deslocar-se, ingerir algo, expelir, subir, descer etc., governam conceitos fundamentais para a compreensão e raciocínio. Nesta concepção, o conceito de **experiência** não se limita, no entanto, conforme já explicitado, à experiência física, estendendo-se às nossas percepções emocionais, históricas, socioculturais e lingüísticas.

Nessa perspectiva, os autores postulam a existência de um nível de vivências primitivas não compreendidas intelectualmente, usadas automática e inconscientemente, denominadas *estruturas pré-conceptuais*. As estruturas pré-conceptuais abarcam **os esquemas imagéticos** e as **categorias de nível básico**.

Segundo Johnson 1987:29, (*apud* MARTINS, 1999:69), os **esquemas imagéticos** seriam “*gestalts* experienciais” minimamente estruturadas, que permitiriam a organização de um “número infinitamente grande de percepções, imagens e eventos”. Tais esquemas podem ser dinâmicos ou estáticos. Os esquemas **imagéticos dinâmicos** são do tipo TRAJETO, EQUILIBRIO, ESCALA etc. O esquema de TRAJETO, por exemplo, que parte das nossas vivências de deslocamento espacial, tem uma estrutura mínima: o ponto de partida, o trajeto e o ponto de chegada. Podemos falar, por exemplo, “*a dissertação de mestrado de João, do mês passado para este, avançou assustadoramente*”.

Já os esquemas **imagéticos estáticos** são do tipo CONTAINER (RECIPIENTE), CENTRO-PERIFERIA, RETO-CURVO, PERTO-LONGE, PARTE-TODO, etc. O esquema de CONTAINER parte da nossa experiência de estar dentro ou fora de um lugar. Através de projeções figurativas, nossos sistemas conceptuais vão se estruturando a partir de níveis mais concretos; daí *estados emocionais* serem *containers* (dentro e fora), como ilustram os exemplos a seguir: *Maria saiu do coma depois de dois anos, Ela entrou em depressão depois da separação*.

Categorias de nível básico seriam, por sua vez, subdivisões do mundo, naturalmente impostas por nossa “percepção de formas gerais via *gestalt*, por nossas capacidades de movimento motor na interação com os objetos e nossa habilidade de formar imagens mentais

detalhadas dos objetos” (JOHNSON 1987:208 *apud* MARTINS 1999:71). Assim, é nesse nível básico de experiência que distinguimos, de modo automático e acurado, objetos naturais (elefantes e tigres), objetos artefatos (carros e cadeiras), ações (andar e correr) dentre outras categorias. A super ou sub-ordenação de tais categorias (animais, veículos, móveis, ações) já equivaleria a uma tarefa conceitual mais complexa.

Segundo Lakoff e Johnson, tais estruturas pré-conceituais são a base de nosso poder imaginativo que se revela nas projeções figurativas do pensamento, linguagem e ação. Tais pressupostos permitem resgatar do ostracismo a **metáfora**, a **metonímia** (cf. subseção seguinte), vistas a partir da Lingüística Cognitiva como processos cognitivos rotineiros. Nas palavras dos autores, o “nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza”. (LAKOFF & JOHNSON [2002]1980:45).

Em suma, os autores apresentam três pressupostos teóricos, que definem como os pressupostos cognitivistas básicos:

- a) existência de estruturas pré-conceituais da experiência;
- b) centralidade do corpo em nossos sistemas conceituais;
- c) centralidade das projeções metafóricas em nossos sistemas conceituais.

Revisitando tais premissas e ampliando-as, passamos, na próxima seção, ao escopo teórico da proposta cognitivista sobre a linguagem.

2.3 A Lingüística Cognitiva: os quatro pontos cardeais

O paradigma que estamos subscrevendo abarca, como explicitamos anteriormente (cf. seção 2.2), a Teoria da Metáfora, nos termos de Lakoff (1997), Johnson (1997), a Hipótese da Mente Literária, de Turner (1996), a Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994, 1997), a Gramática das Construções de Goldberg (1995), Mandelblit (1997), Fauconnier e Turner (2002), além dos estudos Sociointeracionais como os de Clark (1996) e os estudos de Antropologia Evolucionista de Tomasello (1997).

Em diversos aspectos fundamentais, este paradigma Cognitivista se distancia do cognitivismo praticado pela Gramática Gerativa. Quatro pontos principais serão desenvolvidos na presente seção, evidenciando essa diferença teórica, a saber:

- A negação do modularismo;

- A crença na insuficiência do significante;
- A afirmação do caráter interacional e cultural da cognição e da linguagem;
- A afirmação do poder projetivo da cognição e da linguagem.

2.3.1 A negação do modularismo

A teoria modularista proposta, primeiramente, por Fodor e cunhada por Chomsky é, atualmente, uma das principais teorias a respeito da linguagem. Tal teoria postula que o cérebro humano possui um módulo especial da gramática, que é inato, e independe de outros processos cognitivos. Nesses termos, a linguagem e pensamento são concebidos como processos cognitivos diferentes, que não se relacionam.

A Lingüística Cognitiva nega, fortemente, a hipótese modularista e concebe a linguagem como um dos modos de cognição e não como um módulo autônomo. A idéia de módulos é, assim, substituída pelo conceito de uma rede integrada de modos ou sistemas que compõem a cognição humana e, dentre eles, está a linguagem. Nesse enquadre, as Ciências Cognitivas, inclusive a Lingüística, têm como agenda investigativa a busca de princípios genéricos e instrumentos analíticos capazes de recobrir os fenômenos da cognição humana, entendendo que tais achados alcançariam todos os modos da cognição.

O anti-modularismo praticado pela Lingüística Cognitiva tem, também, sua implicação em relação aos sistemas próprios da linguagem. A mesma idéia de rede e contínuo com que se concebem os sistemas da cognição, passa a ser pensada para os sistemas lingüísticos, em todos os níveis – a gramática, o léxico, o discurso. Assim, postula-se uma continuidade entre tais níveis, desenvolvendo-se modelos teóricos capazes de recobrir unidades lingüísticas de dimensão micro (morfemas, palavras, sentenças), ou macro (textos, discursos) (cf. seção 2.6).

Tal perspectiva anti-modularista está também, fortemente, vinculada às teses das Ciências Cognitivas sobre a origem da linguagem.

Turner⁵, por exemplo, em *The Literary mind* (1996), refuta a hipótese modularista e a postulação dela decorrente de que a especialização genética da gramática tenha sido origem da linguagem. Assumindo as teses cognitivistas de que o processamento da linguagem está intimamente relacionado com a nossa experiência no mundo e nosso conhecimento de

⁵ Sobre hipóteses cognitivistas a respeito da origem da linguagem, além de outros autores, ver FAUCONNIER & TURNER (2002) e TOMASELO (1997).

narrativas (proto-narrativas), o autor postula que a mente lingüística é uma conseqüência e uma subcategoria da mente literária (cf. a seção 2.3.4).

O autor defende que a parábola, como processo cognitivo básico, está na origem da linguagem. São as parábolas que projetam as estruturas gramaticais expressas através do som vocal. Quando dizemos, por exemplo, “Maria jogou a pedra pela janela”, por trás da estrutura gramatical, há uma estrutura de narrativa básica na qual se inclui agente, paciente, ação, objeto e direção e também uma estrutura gramatical abstrata que inclui sintagmas como os nominais, verbais preposicionais... Portanto, a primeira estrutura abstrata de um enunciado é *narrativa* e *conceptual* e apenas a segunda estrutura abstrata é *gramatical*, mas ambas partilham de uma mesma estrutura genérica.

Turner assume, assim, uma abordagem construcional, postulando a integração entre estruturas narrativas e estruturas gramaticais, como origem das construções lingüísticas (cf. seção 2.6). A imaginação narrativa, assim como a estrutura gramatical, combinam finitos elementos, produzindo infinitas possibilidades de construções (trata-se da infinitude discreta, definida em termos algorítmicos, derivacionais pela Gramática Gerativa, e redefinida em termos de *equipotencialidade*, pelos cognitivistas). Assim, as sentenças são histórias, ou seja, são pequenas cenas em que se operam projeções integradoras. As histórias básicas são organizadas em uma rede, não sendo, portanto, independentes uma das outras, ou seja, um agente é uma unidade em uma rede conceptual da história, assim como um nome ou verbo são construções em uma rede gramatical.

Turner argumenta que a origem da linguagem esta no estabelecimento de uma conexão dinâmica e complexa de diferentes, mas relacionadas estruturas gramaticais que se desenvolvem a partir da estrutura da história. Não é a gramática, portanto, o ponto inicial da linguagem e sim a *parábola*.

Tais postulações entram em confronto direto com a posição assumida por lingüistas modularistas como Chomsky, Pinker e Bloom. Chomsky defende uma especialização genética que resultou na capacidade inata dos seres humanos para a linguagem. Pinker e Bloom, apesar de também serem modularistas, defendem a hipótese de uma teoria da seleção natural neodarwiniana. Para Turner, o que é inato é a capacidade de projeção parabólica⁶ que resulta

⁶ Para nós, a postulação de uma capacidade de projeção parabólica como uma capacidade mental inata é também hipótese meramente especulativa e longe de uma possibilidade de comprovação. Preferimos, a essa altura de nossas convicções, pensar a parábola como uma construção sociointeracional, cultural de uma cognição humana situada.

numa gramática, não havendo, portanto, uma gramática inata, vista como um módulo separado de outros processos cognitivos.

Turner argumenta que Pinker e Bloom, ainda que assumindo a capacidade de projeção ao falarem de “*mapping*”, obscurecerem a importância desta capacidade mental como simples código ou sinal. Embora estejam certos ao afirmarem que o “*mapping*” precede a gramática, Turner salienta que esta não é uma capacidade exclusiva da linguagem, mas sim uma **capacidade mental** chamada parábola.

Em suma, nos termos assumidos por Turner, a explicação parabólica para a origem da linguagem não é incompatível com a especialização genética da gramática, mas o autor é categórico ao afirmar que a capacidade cognitiva de projeção parabólica é que é a base da origem da linguagem. Assim, “a parábola é a raiz da mente humana, do pensamento, do conhecimento, da ação, criatividade e plausivelmente da fala. (TURNER, 1996:168)”.

2.3.2 A crença na insuficiência do significante

Afastando-se de hipóteses formalistas, que acreditam na autonomia do significante, a Linguística Cognitiva advoga, de forma veemente, a insuficiência do significante.

Nestes termos, Salomão (1999:14) propõe o **Princípio da escassez da forma lingüística** que postula que o significante não fornece todo o conteúdo semântico da linguagem, mas funciona como um sinal luminoso desse conteúdo. Fauconnier (1994:x) afirma que “**a linguagem não porta o significado, mas o guia**”. O autor, valendo-se de uma metáfora, reitera essa convicção, afirmando que a cognição humana é como uma galáxia distante da qual só recebemos pontos de luz. Um desses pontos luminosos é a linguagem. Assim, não podemos afirmar que o significante porta o significado. A significação, conduzida pela forma, implica um complexo processo de uma cognição **situada e distribuída**. O que estamos afirmando, portanto, é que a significação é construída na inter-ação lingüística e implica uma cena comunicativa real.

Postular a escassez do significante significa, principalmente, inverter, de modo radical, uma lógica de regularidades e variações que orienta as análises lingüísticas formalistas. Em outros termos, se o significante é apenas a ponta do *iceberg*, não contendo os sentidos, *a variação de significação é a regra, não a exceção*. Situado e distribuído, o complexo processo de significação se vincula, por herança, a amplas redes de construções (cf. seção 2.6).

A insuficiência do significante é amplamente atestada nas vivências rotineiras de linguagem, como ilustra o diálogo seguinte:

A: - Você sabe se a Ana vai voltar hoje?

B: - Não.

A: - Peraí, você não sabe ou ela não vai voltar?

B: - Hoje ela não volta.

A resposta dada por “B” só faz sentido para “A” quando, no contexto, é esclarecido o que “não” realmente quer dizer. Enfim, é só no contexto, em que a linguagem, de fato, se constitui, que a resposta “*não*” faz sentido. A postulação cognitivista da insuficiência do significante constitui-se, por fim, como um argumento substancial contra a Hipótese Forte da Composicionalidade. Do mesmo modo, tal princípio favorece a postulação da continuidade essencial entre conhecimento lingüístico e conhecimento de mundo, entre léxico e gramática, entre Semântica e Pragmática.

2.3.3 A afirmação do caráter interacional e cultural da cognição e da linguagem

Dentro do aporte teórico da Lingüística Cognitiva, Salomão (1999:17) sugere um foco diferente para a proposta cognitivista: a **Hipótese Sociocognitiva da Linguagem**. Esta focaliza o **contexto** no processamento da significação e é um desdobramento crítico da Lingüística Cognitiva, na medida em que releva o caráter interacional e cultural da cognição e da linguagem, subfocalizado em muitas abordagens e análises cognitivistas. Para a autora, a linguagem é conhecimento para o outro e a cognição é constituída socialmente; o sentido, portanto, só pode emergir no **drama da interação**.

Miranda (2000:24), endossando e reforçando este viés interacional, afirma:

O coração da atividade interpretativa está no caráter social da cognição e no sujeito interativo (um sujeito que constrói a identidade, o conhecimento, na dialogia, no partilhamento com o outro). Nosso objetivo é, pois, fazer cumprir a promessa: sem sujeitos ou cenas idealizados, buscar flagrar o processo de significação, desvelando-lhe a face sociocognitiva e lingüística. O compromisso de, no trato analítico, não fugir da complexidade da chama, ainda que esta ousadia possa nos trazer o risco de queimar as mãos.

Dentro desse viés cognitivista, eleito como diretriz do presente estudo, a linguagem é concebida como uma ação conjunta (CLARK, 1996:135), o que significa dizer que a linguagem é prática social interacional, implicando atenção e intenções compartilhadas.

Nessa perspectiva teórica, o contexto não é, portanto, sinônimo de elementos externos à linguagem. Acompanhando Salomão (1999:26), “o contexto é um modo de ação construída socialmente, sustentada interativamente e temporalmente delimitada”, não sendo tratado, portanto, como um conjunto de variáveis estáticas e tipicamente não lingüísticas.

Importante endosso para tal concepção de linguagem advém das teses do antropólogo evolucionista Tomasello (1997) acerca da origem cultural da cognição humana e da linguagem. De modo sucinto, a argumentação desse autor segue o seguinte curso:

É certo que a espécie humana partilha com outros primatas algumas capacidades cognitivas tais como localização espacial, temporal, categorial, relações quantitativas e habilidades sensório-motores. A principal questão, portanto, é a seguinte: **como os seres humanos desenvolveram habilidades cognitivas que os diferenciam de outros primatas**, como, por exemplo, linguagem, articulação de símbolos, construção de identidades e relações sociais (ritos, domesticação de animais), organização religiosa, governamental, educacional e comercial?

Para Tomasello este é o ENIGMA DO TEMPO: o tempo evolucionário que separa os homens dos primatas é curto, cerca de seis milhões de anos, para explicar tamanha diferença. Por outro lado, é sabido que humanos e primatas têm 99% do material genético em comum. Por que, então, temos tais habilidades que os outros primatas não desenvolveram? Como explicar essa diferença que separa o homem moderno dos primatas?

A hipótese apresentada pelo autor, numa meta-teoria que abarca a filogenia, ontogenia e sociogenia, é de que a resposta não está, apenas, no aparelho biológico (já que o tempo para tal evolução não é suficiente), mas também no **aparelho cultural**. “A explicação para a hipótese evolucionária da espécie humana é de que o homem desenvolveu uma nova forma de aprendizado cultural, que permitiu alguns novos processos evolucionários e uma evolução cultural cumulativa” (TOMASELLO, 1999:7). O autor enfatiza que os processos sociais e culturais que ocorreram na filogênese não criaram as habilidades cognitivas básicas. Esses processos, de fato, transformaram habilidades cognitivas básicas em habilidades cognitivas complexas e sofisticadas responsáveis pela criação de cultura. Assim, animais que partilham com os humanos algumas habilidades básicas, têm vida social, mas não cultural.

A hipótese explicativa para tamanha façanha da espécie humana estaria, essencialmente, portanto, em seu aparelho cultural. Nos termos de Tomasello, para a espécie humana, a aprendizagem, a herança, a cultura têm sido uma estratégia da evolução. E como o homem teria construído tal aparelho? A evolução cultural cumulativa desencadeia-se a partir de um fato: esta espécie foi capaz, em determinado ponto de sua evolução, de reconhecer o seu co-específico, de ver-se no espelho como contraparte do outro. Esse reconhecimento torna os humanos “**agentes intencionais**”, ou seja, agentes capazes de reconhecer e partilhar intenções de ações. É nesse partilhamento que o homem constrói sua identidade.

Está na **interação**, portanto, a explicação para a singularidade cognitiva humana. A origem social e cultural da cognição está na capacidade de partilhar intenções e, conseqüentemente, ações. É desse partilhamento de ações conjuntas também que surgem formas simbólicas de comunicação como a linguagem.

Na perspectiva instaurada pela Antropologia Evolucionista não se nega o componente biológico na cognição humana, no entanto, é a interação que está na **origem** da cognição e não um “acaso genético”, como defendem os modularistas. Assim, a *herança biológica* é importante, mas é a *herança cultural* que possibilita as interações sociais e, conseqüentemente, a aquisição de múltiplas perspectivas sobre mundo e sobre nós mesmos.

O trabalho de Tomasello corrobora a Hipótese da Lingüística Sociocognitiva da Linguagem e contribui largamente para a importância dada ao *social*, à *interação com o outro*, a *herança cultural* que são tidas, em muitas correntes lingüísticas, como algo periférico no que concerne à natureza da linguagem.

2.3.4 A afirmação do poder projetivo da cognição e da linguagem: a mente literária

O trato que passamos a conferir ao poder projetivo da mente humana e, conseqüentemente, da linguagem será mais aprofundado, dado que uma formulação teórica detalhada sobre tal questão constitui ponto de fundamental para nossas análises.

Para a Lingüística Cognitiva, o funcionamento da mente humana implica, fundamentalmente, três operações: **integração**, **identidade** e **imaginação** (cf. capítulo 1, os três Is da cognição), que revelam seu caráter projetivo, criador. Para Turner (1996), esta é a *mente literária* que está na origem do caráter equipotencial da linguagem. (cf. subseção 2.3.1.)

Para defender essa tese, o autor abre seu livro *The literary mind* (1996:3-11) com um instigante capítulo denominado “Na cama com Shahrazad”. Nesse capítulo, a história das Mil e Uma Noites é usada como uma bela evidência do poder integrador e imaginativo da mente humana. Vale lembrar a história:

Shahrazad era a filha de um importante vizir, conselheiro do rei Shahryar. Desde que teve uma decepção amorosa, ao descobrir que sua esposa o traía, o rei Shahryar decidiu mudar sua vida conjugal: a cada dia, ele se casaria com uma virgem e esta seria morta depois da noite de núpcias, já que ele não confiava mais em mulher alguma. O vizir, pai de Shahrazad, era quem selecionava as virgens e vivia em constante angústia ante a morte diária de uma moça do reino.

Tal situação poderia levar a uma rebelião no reino e Shahrazad, tentando interromper este ciclo de mortes e proteger o pai, se oferece como a próxima noiva, mas não como a próxima vítima. Ela planeja uma estratégia para fazer com que o rei pare de matar as virgens e para impedir que haja uma revolta no reino. Seu plano é contar ao rei histórias que nunca acabem, com o objetivo de manter sua atenção. Ela acredita poder, assim, manter-se viva enquanto durar a história.

O pai de Shahrazad, preocupado com a vida da filha, resolve lhe fazer uma advertência. Contudo, o pai não o faz diretamente, mas sim contando a história do “boi e do burro”. Nessa história, existia um fazendeiro que era capaz de entender a linguagem dos animais. Um dia, este fazendeiro ouviu o boi se lamentar com o burro, pois ele trabalhava demais, enquanto o burro ficava o dia todo descansando e ainda podia comer da melhor comida. O burro recomendou que o boi fingisse que estava doente para poder evitar o trabalho. O fazendeiro escutou toda a conversa. O boi resolveu seguir o conselho do amigo. No dia seguinte, quem foi trabalhar no lugar do boi foi o próprio burro.

Turner usa essas histórias para explicar que a projeção de uma história em outra é um instrumento fundamental da mente humana e não uma manifestação literária e esporádica. A esse instrumento projetivo o autor dá o nome de **PARÁBOLA**.

A parábola, portanto, é um processo mental que combina *história* e *projeção* e é um mecanismo básico do nosso sistema conceptual. Como imaginação narrativa, detém um complexo de **objetos**, **eventos** e **atores** que são elementos básicos estruturados no nosso conhecimento de história.

A história de Shahrazad é singular para explicar o princípio da parábola. O vizir encontra-se numa posição difícil: a de conselheiro do rei e pai de Shahrazad. Para tentar dissuadir a filha de seu plano de casar com o rei, o vizir usa de instrumentos básicos e poderosos que possuem: *história* e *projeções*. Shahrazad também usa tais instrumentos, mas para fazer com que seu plano e, conseqüentemente, a sua vida, dêem certo. Os acontecimentos nessa história literária são recorrentes na vida cotidiana: o pai preocupado com a atitude da filha tenta convencê-la a desistir de seu plano. A jovem que sempre esteve nas mãos de seu pai, agora inverte os papéis e o coloca em suas mãos, já que está decidida a realizar seu plano.

A confiança que Shahrazad deposita em seu plano tem origem na capacidade de fazer previsões através da imaginação narrativa (que também é uma forma de “pensar antes de agir”).

Para Turner, as parábolas implicam modelos mentais de predição, avaliação, planejamento, explicação, o que significa dizer que contamos e projetamos histórias para prever, avaliar, planejar, explicar nossas práticas cotidianas. É o que aconteceu na história de Shahrazad; é o que se repete, cotidianamente, quando usamos, por exemplo, um provérbio como *Quem semeia vento, colhe tempestade*, diante de uma situação de vida.

As histórias básicas mais familiares, ou proto-narrativas que dão origem a essa rede múltipla, são aquelas pequenas histórias, construídas pela mente humana (esquemas imagéticos), que envolvem eventos espaciais, como, por exemplo, uma mãe colocando leite em um copo. O autor afirma que há uma história geral da existência humana: é a história de como nós usamos história, projeção e parábola para pensar, começando por pequenas histórias espaciais.

Nessas pequenas histórias, distinguimos objetos de eventos, objetos de outros objetos e eventos de outros eventos. Nas palavras de Turner:

Nós categorizamos alguns objetos pertencentes a categoria de pessoa e outros objetos pertencendo à categoria de cadeira. Nós reconhecemos, assim, que uma pessoa sentada numa cadeira pertence à categoria *sentado*. Compreendemos nossa experiência dessa forma, porque somos construídos evolucionariamente para aprender a distinguir objetos e eventos e combiná-los em pequenas histórias espaciais na escala humana, de uma forma que seja útil para nós, dado o fato de que temos corpos humanos (1996:14-15).

Para reconhecermos objetos, eventos e histórias usamos, portanto, os nossos *esquemas imagéticos*, que são essas estruturas básicas que permitem a organização de outras percepções (cf. seção 2.2). Todo esquema imagético tem uma estrutura mínima. O esquema imagético do “container”, por exemplo, compõe-se dos seguintes elementos: interior, exterior e a fronteira que os separa. O surgimento de tais estruturas se dá através da **percepção** e da **interação**, ou seja, nós percebemos um pouco de leite sendo colocado num copo e interagimos com o fluxo no copo (que é outro corpo), dividindo-o em pequenas histórias espaciais, pois ao reconhecermos o objeto, estamos caracterizando-o pela história da qual ele possa fazer parte (no caso, o objeto integra o esquema do *container*).

Nestes termos, a parábola é um processo mental que, regularmente, projeta **esquemas imagéticos ou proto-narrativas** através dos quais se projetam conceitos sobre outros conceitos, tal como *espaço sobre tempo*. Outro exemplo seria o esquema de TRAJETO que advém da nossa experiência de deslocamento do corpo, de um ponto de partida a um ponto de chegada. Sua estrutura interna é *origem – trajeto – destino*. Assim, temos sua projeção metafórica em: *Do mês passado pra cá, ele avançou com os resultados da pesquisa* ou *As férias estão chegando...* (extensão de espaço sobre o tempo). Dessa forma, o raciocínio abstrato é possível devido à projeção da estrutura de esquemas imagéticos de conceitos espaciais em conceitos abstratos.

2.3.4.1. As raízes da metáfora de personificação

Pequenas histórias espaciais envolvem, como já foi dito, eventos e objetos. É certo que reconhecemos alguns desses objetos como atores animados. Os atores prototípicos (seres humanos e também animais) são dotados de movimento-próprio e capacidade de sentir sensações. Também estão aptos a movimentar outros objetos e a projetar sensações próprias nesses objetos. Esse movimento-próprio (*self-movement*), tal como todo movimento, é percebido através de esquemas imagéticos dinâmicos. Turner afirma que “nós detectamos agentividade animada quando reconhecemos um esquema imagético de animacidade combinado a um esquema imagético de movimento causado. O ‘objeto causal’ em um esquema imagético de agentividade animada é compreendido como ATOR” (TURNER, 1996:22)

Turner faz um interessante questionamento a respeito da animacidade dos atores: o que move os atores, já que os objetos são movidos por atores? Para responder tal pergunta, o autor retoma o conceito de *alma* de Aristóteles: a alma é que move o corpo, o corpo é o objeto e a alma o move como uma consequência de seu movimento-próprio. O conceito abstrato de alma é, assim, criado por uma projeção parabólica já que alma tem movimento e sensação e atores são compreendidos com tais características. Assim, projetamos a proto-narrativa espacial, na qual o ator move um objeto, na história do movimento do corpo. Dessa forma, criamos o conceito de alma parabolicamente.

O esquema imagético de agentividade animada é freqüentemente projetado em objetos (coisas), idéias, estado, tornando-os, *parabolicamente*, objetos causais ou atores. **Esta é a raiz**

da metáfora de personificação. Assim, pode-se dizer que “*A asma limita a vida dela*”; “*A gripe me pegou*”; “*O elevador me deixou na mão ontem. Fiquei duas horas preso lá dentro*”.

Em suma, conforme já apresentado (cf. subseção 3.2.1.) Turner afirma, enfaticamente, que na base da cognição humana e, portanto, da linguagem, estão as proto-narrativas. Essas proto-narrativas emergem de nossas experiências mais básicas como deslocamento até um objeto para pegá-lo (histórias espaciais) e estruturam esquemas gramaticais (e lexicais) abstratos. Nesses termos, atrás de cada sentença postula-se a existência de uma história. **A gramática (incluindo o léxico) seria, portanto, uma rede de micro-narrativas.** É desse modo que Turner concebe a sua tese principal nesta obra: a mente literária precede a mente gramatical.

2.3.4.2. Uma parábola essencial: EVENTOS SÃO AÇÕES

Turner ressalta, ao analisar histórias espaciais, que nem todas possuem atores. Através da parábola, no entanto, podemos projetar uma história-espacial de ação corporal em história-evento espacial “inventando” uma cena com ação e atores (TURNER, 1996:26).

Lakoff & Turner (apud TURNER, 1996:26) dão a esse modelo geral de projeção um rótulo. Trata-se da metáfora EVENTOS SÃO AÇÕES. Uma ação é um evento com ator. A metáfora EVENTOS SÃO AÇÕES nos guia numa projeção de histórias de ação espacial corporal em uma história-evento com ou sem atores “reais”. Tais projeções estão presentes em nossa mente literária, constituindo ações lingüísticas cotidianas.

Por exemplo, podemos dizer “**a máquina de xerox *mastigou* o documento**”. A história-fonte (mais básica) é uma ação física e espacial (mastigar) com um ator: o ator *mastiga* comida. A história-alvo é um evento físico e espacial, sem um ator: *um documento é mastigado pela copiadora*. Nós compreendemos a história alvo de *estragar o documento* por projeção da história fonte de *comer comida*, projetando agentividade na cena (esquema imagético de agentividade animada) e criando metaforicamente uma máquina-ator.

Um evento tem uma estrutura interna que pode ter diversas naturezas (aberto/fechado, cíclico/não-cíclico, etc...). Essa estrutura interna ancora-se nos esquemas imagéticos que, como vimos, são a raiz da nossa compreensão de pequenas histórias espaciais. Por exemplo, nós pensamos em uma estação como cíclica; o tempo como linha progressiva; uma procura como continuação... Nenhum desses eventos tem um espaço literal ou uma forma corpórea, mas nós somos capazes de usar esquemas imagéticos para estruturar e reconhecer tais

eventos. A projeção de uma história-ação numa história-evento depende, portanto, da projeção de esquemas imagéticos da primeira história na segunda história. (TURNER, 1996:30)

Assim, a metáfora simples EVENTOS SÃO AÇÕES projeta histórias-ação de alcançar (*reaching*), agarrar (*grasping*), segurar (*holding*), tomar (*taking*) objetos físicos. Nestas projeções, *estados* podem corresponder a *objetos físicos*. Se somos capazes de pegar objetos físicos e, parabolicamente, podemos “pegar um emprego ou perdê-lo” (TURNER, 1996:35), podemos também, projetar parabolicamente a ação de *comer*, no evento de perda do documento na máquina de xerox.

De acordo com Turner, há duas formas de conceber um estado: como *locativo* ou como *objeto*, sendo que ambos combinam e reforçam um ao outro. Nossa experiência espacial, por exemplo, é vista como uma “viagem” a um ponto perto de um objeto para podermos agarrá-lo (precisamos andar para pegar uma xícara de café). Possuir um objeto, então, envolve duas partes: movimento até ele e o ato de pegá-lo. Ambos estão nas nossas experiências mais básicas e em nossas projeções parabólicas de histórias de ações corporais. Temos assim, “*O candidato estava com um emprego nas mãos*” ou “*Ele jogou sua chance de emprego para o alto*”. Decorre daí a visão dos atores dentro da metáfora EVENTOS SÃO AÇÕES: ATORES SÃO MOVEDORES (movem-se em direção ao objeto) e ATORES SÃO MANIPULADORES (pegam, manipulam objetos).

Portanto, nós “viajamos” de um objeto a outro e o pegamos; parabolicamente, nós “viajamos” de um estado a outro e o “temos”. Em ambos os casos, projetamos uma história espacial rotineira de ação corporal em uma história que não é necessariamente espacial.

Para Turner, normalmente, não percebemos uma idéia como algo físico ou espacial. No entanto, uma idéia pode corresponder parabolicamente a um ator em uma história espacial, por isso dizemos, por exemplo, que “essa idéia me pegou” ou “consegui pegar a idéia” (1996:37). Ou seja, projetamos parabolicamente características humanas em algo como “idéia” ou um “objeto”.

Conforme anunciamos no início da presente subseção, os constructos teóricos aqui apresentados, constituem-se como instrumento fundamental no percurso analítico desta dissertação, oferecendo-nos a parábola, a metáfora básica da complexa rede polissêmica das formações lexicais x-eiro: EVENTOS SÃO AÇÕES e ATORES SÃO MANIPULADORES. É assim, como veremos no capítulo 4, que surgem as múltiplas “historinhas” geradoras de construções como *jardineiro*, *lixeiro* e também *cinzeiro*, *laranjeira*, *formigueiro*, etc.

2.4 A Teoria dos Espaços Mentais

Uma das principais contribuições teóricas dentro do paradigma da Linguística Cognitivista é o Modelo dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994,1997, 2002).

Partindo do pressuposto fundamental de que a cognição humana atua a partir de três princípios – Identidade, Integração e Imaginação – Fauconnier imprime à questão do processamento da significação um caráter essencialmente **processual** buscando captá-la no fluxo discursivo.

Os chamados “três Is da Cognição”, cerne da Teoria dos Espaços Mentais, são assim definidos: ao reconhecermos uma “coisa como uma coisa” estamos desenvolvendo um trabalho cognitivo complexo – a **identidade**. Ao relacionarmos uma “coisa” com outra “coisa” estamos **integrando** identidades, outro processo cognitivo dinâmico e elaborado. A identidade e a integração não podem, sem a **imaginação**, constituírem o significado.

Fauconnier e Turner chamam atenção para o “problema de ligação” (*binding problem*) que ocupa a agenda contemporânea das Ciências Cognitivas. A pergunta dessas ciências parece simples: como sabemos tão facilmente que uma sala é uma sala e por que nos aparece mais difícil resolver uma equação matemática? E por que um robô, ao contrário, tem a enorme facilidade de solucionar problemas matemáticos e encontra dificuldade em reconhecer o que é uma sala? Tal dificuldade, intransponível para as máquinas inteligentes construídas até hoje pelo homem, levou à substituição da euforia pela cautela em relação à *forma*. Máquinas não são capazes de operar com o aparentemente simples princípio da *Identidade* que implica *integração e imaginação*. Máquinas “pensam” algoritmicamente, diferentemente, de quem as cria.

Nós compreendemos o que é uma sala através de analogia com outras salas que conhecemos. A **analogia** é um processo cognitivo complexo e não consciente e por ser inconsciente não o percebemos de fato e, por isso, não o encaramos como um trabalho imaginativo, como um problema a ser resolvido.

As abordagens formais não levam em conta os processos analógicos na linguagem; a analogia não é colocada como uma questão intrigante a ser desvendada. Ao contrário, os formalistas substituem a analogia por identidades estruturais óbvias. Por exemplo, ao falarmos, “Ouro Preto de hoje não é a mesma do tempo do Império. Aquela era muito mais charmosa”. Tal enunciado nos permite construir e manter separadas duas Ouro Preto que conhecemos como a mesma cidade, mas sob perspectivas diferentes (FAUCONNIER &

TURNER, 2002: 3-15). Nos termos da Teoria dos Espaços Mentais, tais perspectivas teóricas constituem Espaços Mentais diferentes, integrados pelo princípio da Identificação. Assim, o recurso coesivo “aquela” referencia uma Ouro Preto distante da cidade de hoje. Esta não é uma identidade óbvia presente na forma: trata-se de entidades cognitivas distintas, contrapartes em domínios mentais.

A partir desse enquadre, os conceitos de domínios e projeções são revisitados pela Teoria dos Espaços Mentais, nos termos que passamos a definir.

2.4.1 Domínios

Os domínios são conjuntos de conhecimento estruturados e caracterizam-se “pela sua permanência como ordens cognitivas identificáveis e evocáveis; pela organização interna das informações que os constituem; pela flexibilidade de sua instanciação, conforme as necessidades locais manifestadas” Salomão (1999:32). Estes podem se dividir em **domínios estáveis** e **domínios locais**.

Os **domínios estáveis**, nos termos postos por Miranda (1999:82), “correspondem a estruturas de memória pessoal ou social (esquemas e *frames*). São estáveis, *mas não estáticos*, pois são conhecimentos prévios que estruturam internamente os domínios locais (Espaços Mentais) e que podem ser alterados ou elaborados nas construções em processo. (...) Podemos considerá-los de três naturezas: **Modelos Cognitivos Idealizados (MCI)**, **Molduras Comunicativas e Esquemas Genéricos**”. São exemplos de domínios estáveis: nossas relações socioculturais, nosso conhecimento de mundo, os papéis sociais dos enunciadores.

Os MCIs são estruturas que organizam nosso pensamento. Para Miranda (1999:83) os MCIs são:

conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis. Têm esses conhecimentos papel crucial na cognição humana, qual seja, o de possibilita o domínio, a lembrança e o uso de um vasto conjunto de conhecimentos adquiridos na vida diária.

Um belo exemplo de MCI descrito por Torres (2003) em sua dissertação de mestrado é o de “casamento”, no qual aponta os quatro princípios básicos que Lakoff (1987) propõe para estruturar os MCIs:

1. **Estrutura proposicional:** são elementos estruturadores básicos e suas propriedades. No MCI de casamento teríamos: esposa, marido, filhos, estruturados por coabitação, fidelidade, etc...
2. **Estrutura esquemático-imagética:** trata-se do núcleo pré-conceptual e mais básico do Modelo. No exemplo dado por TORRES, o esquema imagético relacionado é o de TRAJETO: há um ponto de origem, duas pessoas que percorrem o caminho juntas ao ponto de destino. Por isso, temos expressões como: “*Nosso amor chegou a um beco sem saída*” ou “*Chegamos juntos até aqui, não vamos brigar nesta fase da relação!*”.
3. **Princípio de mapeamentos metafóricos:** são as projeções entre domínios estáveis convergentes (MCI). A metáfora revelada por nossa experiência de casamento é CASAMENTO É VIAGEM.
4. **Princípio de mapeamentos metonímicos:** são aqueles “modelos de um ou mais tipos acima, contendo uma função que associa um dos elementos do modelo a outro elemento desse” (LAKOFF apud TORRES 2003:17). Um bom exemplo é o “lar desfeito” em que “lar” um dos elementos do MCI de casamento representaria o MCI como um todo. (TORRES, 2003:18)

MCIs são estruturas estáveis, mas não estáticas. Um exemplo do caráter dinâmico desses domínios estaria na recém cunhada expressão “casamento do mesmo sexo”. Tal expressão provoca uma metamorfose no MCI de casamento, no que diz respeito, por exemplo, a sua estrutura proposicional, já que tal forma de união não inclui “filhos biológicos”, “parceiros do mesmo sexo”, etc.

As **molduras comunicativas ou frames** são o “resultado da conjugação entre um conhecimento socialmente estabelecido e as representações singulares mobilizadas em casa situação social em que o sujeito está inserido” (MIRANDA, 1999:65). Por exemplo, num *frame* de consulta médica sabemos que há um médico; um paciente com alguma doença ou problema físico ou emocional; existe um consultório no qual o paciente é atendido; as relações sociais são bem claras: o médico irá escutar, examinar o paciente, que por sua vez, irá dizer qual seu problema, mas o diagnóstico é sempre dado pelo médico que tem a autoridade de diagnosticar e passar receita e exames. Enfim, são relações sociais mais ou menos estabelecidas e que podem ter variações maiores ou menores, mas certas características são sempre preservadas.

Os **esquemas genéricos** são estruturas configuradas de forma mais abstratas, mais abertas, representando domínios de homologia nos complexos processos de integração conceptual. Se tomamos um simples enunciado, como “Gastei meu tempo com você”, a compressão do mesmo decorrerá da integração entre domínios – ECONOMIA, DINHEIRO, TEMPO – e um esquema genérico organizado por uma metáfora estrutural de nossa cultura:

TEMPO É DINHEIRO, que se constitui como o espaço de homologia entre os domínios envolvidos.

Salomão (1999:32) sintetiza as características dos domínios conceptuais estáveis nos seguintes termos:

- a. existe uma permanência como ordens cognitivas identificáveis e evocáveis;
- b. há uma organização interna das informações que os constituem;
- c. existe uma flexibilidade de sua instanciación conforme necessidades locais manifestadas.

Já os **domínios locais**, chamados também de **Espaços Mentais**, são operadores dinâmicos do processamento cognitivo, espaços de construção de **referência**. Tal conceito se contrapõe ao conceito lógico de Universos Possíveis, utilizado pela Semântica Formal, emprestando ao espaço de referência um caráter de incompletude e processualidade. Salomão (1999:32) os define como “bases de conhecimentos locais, produzidos precariamente para o propósito da realização epistêmica e sustentados interativamente dentro desta finalidade.” São, portanto, de caráter processual e dinâmico, ou seja, acontecem durante o fluxo discursivo, *on line*, e por isso mesmo são diferentes a cada nova enunciação. Os domínios locais são estruturados pelos domínios estáveis.

Os Espaços Mentais operam em nossa memória de curto termo e são revelados tanto por marcas lingüísticas quanto contextuais. Gramaticalmente falando, são sintagmas preposicionais, sintagmas adverbiais, sentenças, marcas temporais, modos verbais. Exemplos de Espaços Mentais apontados por Fauconnier (1994,1997):

- Crença: *Eu acredito na justiça.*
- Imagem: *A atriz Letícia Spiler de cabelo curto numa novela, me aparece de cabelo enorme na outra por causa do aplique.*
- Hipótese: *Se eu passar no doutorado, vou morar no Rio.*
- Contrafactualidade: *Se eu fosse efetiva, reformularia o curso de Letras.*
- Tempo: *Ontem a noite o Flamengo deu o maior vexame!*
- Drama: *No teatro, a Renata Sorrah, realmente, parece louca.*
- Lugar: *Nos EUA, o governo dá muito incentivo às Universidades.*

2.4.2 Projeções

Conforme ressaltado, de modo veemente, nas seções anteriores, um dos pontos cardiais da Lingüística Cognitiva é o poder projetivo da mente. Para os cognitivistas, nossa mente parabólica projeta e integra domínios gerando, **identidade** entre contrapartes.

É, nesses termos, que projeções assumem papel nuclear no Modelo dos Espaços Mentais. Estas são responsáveis por formar e interligar dinamicamente os *domínios*; integram, mesclam esses domínios gerando conhecimento, através renovações e criações conceptuais e lingüísticas.

Em projeções figurativas como as construções metonímicas, por exemplo, projeções de função pragmática atuam entre espaços mentais, mapeando dois domínios relevantes, que são estabelecidos localmente, e tipicamente correspondem a duas categorias de objetos, que são projetados um em outro por uma função pragmática. Assim, projeções nos permitem identificar elementos do domínio gatilho através da sua contraparte no domínio alvo (**Princípio de Identificação**). É o que acontece em um exemplo de formação metonímica do tipo INSTITUIÇÃO PELO RESPONSÁVEL: *“as universidades federais estão em greve”*. Neste caso, não são as universidades que entraram em greve, mas sim seus funcionários e professores. Neste exemplo o **gatilho** seria *professores e funcionários* e o **alvo** seria *as universidades federais*.

Em construções idiomáticas de natureza metafórica, como por exemplo, *tô frito* ou *tô na fossa*, projeções atuam entre Espaços Mentais, mapeando um domínio **fonte** (MCI 1: fritura/buraco) em domínio **alvo** (MCI 2: estados emocionais), integrando-os em um domínio de homologia (*alta temperatura é perigo*, no caso de *“eu tô frito”/para cima é bom – para baixo é ruim*, no caso de *“eu tô na fossa”*). Essa integração é que permite a emergência de domínios novos, inéditos em que a construção metafórica surge inteligível para os interlocutores (cf. seção 2.4.3., a seguir). Assim, é que ao dizer *tô frito* ou *tô na fossa* nenhum falante pode imaginar seu interlocutor em uma frigideira quente ou menos ainda dentro de uma fossa. Mas sabemos que estamos falando de estados emocionais perigosos (*tô frito*) ou melancólicos (*tô na fossa*).

2.4.3. O processo cognitivo de mesclagem

Um dos constructos teóricos mais significativos do Modelo dos Espaços Mentais é, de fato, o conceito de *blending*, traduzido por Salomão (1999) como **mesclagem**.

Dado o caráter criativo e integrador da mente humana (cf. seção 2.5), Fauconnier (1994, 1997) desenvolveu a Teoria da Mesclagem, definindo-a como um processo cognitivo geral, não exclusivo da linguagem, que opera em diversos níveis de abstração e possui as mais variadas funções e diversificados contextos. Trata-se de um processo de integração conceptual **rotineiro**, responsável, em grande parte, pelas renovações e criação do pensamento e da linguagem em múltiplos domínios da experiência humana. Define-se como um processo **não estático** e ativo no pensamento, que opera “*online*”, ou seja, durante o fluxo discursivo e é altamente recorrente na cognição.

Em obra mais recente, Fauconnier e Turner (2002), avaliando os avanços dos estudos sobre a mesclagem, ressaltam que não basta constatar a existência e a magnitude desse fenômeno; é preciso ir em frente com as investigações sobre a sua natureza. Em outros termos, os autores afirmam que uma teoria do poder projetivo da cognição humana tem que dar conta não só da riqueza da imaginação e da variedade da inovação, mas também dos **princípios** que delimitam e governam tal capacidade. Assim, quando se postulam processos cognitivos em rede, quando se fala de projeções em mescla, não é o “vale tudo”. A mescla está sob a regência de princípios constitutivos e de governabilidade, como descrevemos, de modo muito sucinto, a seguir⁷:

A estrutura constitutiva do processo cognitivo da mesclagem implica pelo menos quatro espaços⁸: dois **espaços mentais fontes** (*input 1* e *2*) que se integram em um terceiro espaço de homologia, o **espaço-genérico**. Dessas projeções resulta um novo espaço inédito, o **domínio-mescla**, com sua **estrutura emergente**. Esse domínio inédito é o lugar da nova conceptualização e a estrutura que nele emerge tem sua lógica e dinâmica próprias “não subsumível a uma soma das estruturas dos espaços inputs, nem previsível quer somente a partir dos espaços *inputs* quer a partir do espaço genérico, e ainda incompatível com os espaços *inputs*.” (SILVA, 2003:57).

⁷ Para uma visão mais profunda da mesclagem, ver *The way we think* (FAUCCONNIER E TURNER, 2002). A ligeira referência a princípios construídos nessa obra se justifica pelo fato de não termos podido, devido ao tempo restrito, incorporar muitas dessas novas contribuições ao nosso trabalho.

⁸ Em Fauconnier e Turner, (2002) descrevem-se mesclas de múltiplos escopos e espaços genéricos globais que operam sobre qualquer número de espaços-fonte (EM).

Como exemplo dessa estrutura constitutiva e do processamento em mesclagem, consideremos o exemplo abaixo⁹ :



Fonte: Folha de S. Paulo

Figura 1

O **domínio-fonte 1** opera sobre o **MCI da geração hippie dos anos 70**, ao qual podemos relacionar alguns traços como: sexo livre, uso de drogas e bebidas, relacionamentos livres e menos compromissados, além da liberdade sexual e o *Rock and roll*.

Já no **domínio-fonte 2** temos o **MCI de noivado**, nos moldes da cultura judaico-cristã, ao qual podemos relacionar alguns elementos: noivo/noiva, relacionamento estável, fidelidade, relacionamento burguês, busca de vida estável, etc.

O **espaço genérico**, por ser um espaço de homologia mais abstrato e amplo, poderia ser representado por **relações sociais/comportamento**.

É interessante ressaltar que existe um conflito entre os MCIs. O MCI de noivado possui características que normalmente um *hippie* repudiaria, já que é um modo burguês de relacionamento. O conflito entre os MCIs gera um reenquadramento do input 2 pelo input 1. Da projeção parcial entre os domínios, surge o **domínio- mescla**, no qual temos a leitura inesperada e nova que é uma *noiva compartilhada sexualmente*. Tal leitura provoca o riso, porque, intencionalmente, brinca com domínios conflitantes, sobrepondo traços incompatíveis e gerando o *nonsense*.

Podemos formalizar tal **mescla** no diagrama 1 abaixo:

⁹ Proposta de trabalho do curso Cognição e Linguagem ministrado pelas professoras Neusa Salim e Helena

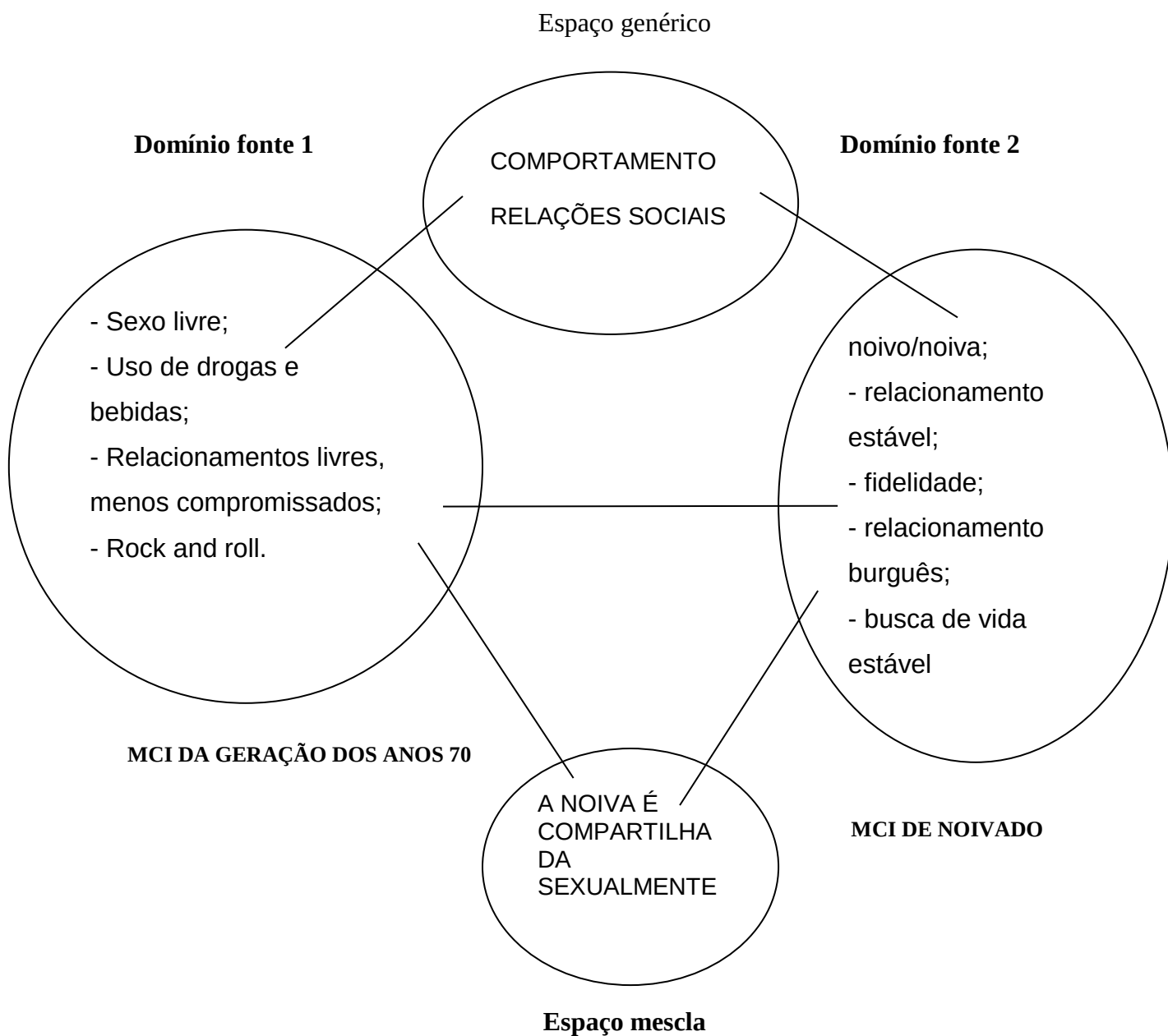


Diagrama 1: Representação esquemática da mesclagem da piada “Wood & Stock”.

Fauconnier e Turner (2002) ressaltam ainda que a mescla é, por excelência, um mecanismo de compressão. COMPRIMIR PARA COMPREENDER é, portanto, o objetivo do processamento em mescla. Mesclas operam, integrando significados e formas, de modo a alcançar legibilidade. E legibilidade e compreensão se alcançam quando se opera *na escala humana*, i.e., quando se obtém *insights* globais, comprimindo o múltiplo, o difuso, o complexo, de modo obterem-se historinhas mais familiares, *frames* conceptuais e interacionais básicos da experiência humana (cf. proto-narrativas, esquemas imagéticos, nas subseções 2.3.4 e 2.2, respectivamente). O quadro a seguir sintetiza tais objetivos do processamento em mescla:

OBJETIVO DA MESCLA: OPERAR NA ESCALA HUMANA	
Frames básicos – conceptuais e interacionais	
1. Comprimir o que é difuso;	
2. Obter <i>insights</i> globais;	
3. Fortalecer relações vitais; ¹⁰	
4. Fazer emergir histórias;	
5. Ir do múltiplo ao uno.	

Em termos da linguagem, podemos afirmar a importância desse conceito. A mesclagem, rotineira e inevitavelmente, estende o uso de palavras, expressões, padrões sentenciais, gerando novas construções no léxico ou na sintaxe. Aplica-se a uma grande diversidade de fenômenos, como categorização, inferências metafóricas e metonímicas, ironia, mecanismos e processos discursivos. Mas, não nos damos conta disso; raramente temos consciência dessa extensão. Só em caso espetaculares. Aí, damos nome ao fenômeno, apostamos na sua periferia, na sua raridade. A mesclagem é, no entanto, rotineira no pensamento e na linguagem (MIRANDA, 2004).

Por tudo isso, essa categoria é de fundamental importância para o nosso trabalho, já que nos ajudará a compreender o fantástico e, a um só tempo, rotineiro, processo de compressão existente por trás da grande e complexa rede de construções agentivas em –eiro.

¹⁰ Para conceito de relações vitais, confira Fauconnier & Turner, 2002.

2.4.3.1. A mesclagem e as projeções figurativas (metáforas e metonímias)

Reinventadas pela Lingüística Cognitiva e, em especial, pela denominada Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson (1980, 1987) como processos cognitivos rotineiros¹¹, metáforas e metonímias vão deixando para trás a sua história de “figuras de estilo”, em que eram vistas como ornamentos da linguagem, ou mesmo a história formalista em que a expressão figurativa era apartada do pensamento racional, da linguagem rotineira e científica. Nesse enquadre, as projeções figurativas eram confrontadas com o “literal”, fonte objetiva da verdade, e alijadas de toda a investigação sobre a linguagem, inclusive pela Lingüística.

A essa altura, um parêntese para confrontar a diferença entre metáfora e metonímia se faz necessário:

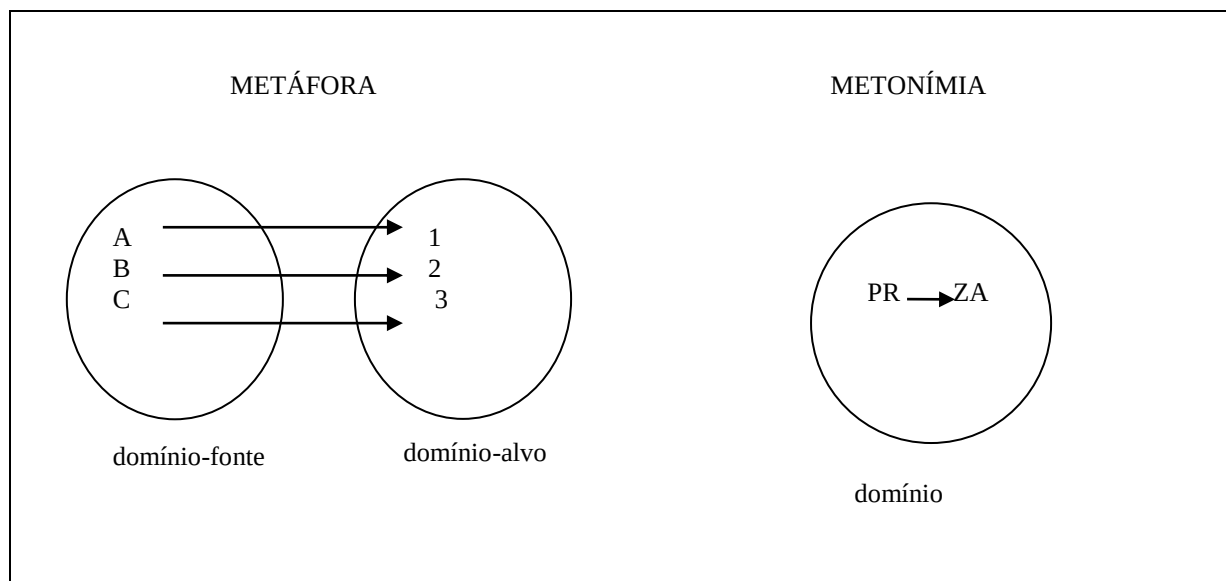
À primeira vista, metáfora e metonímias são processos bastante semelhantes. Ambas “descrevem projeções (*mappings*) conceptuais sistemáticas de um domínio-origem para um domínio-meta, experiencialmente motivadas (SILVA, 2003:23)”. Dada essa proximidade inicial, há autores cognitivistas que preferem focalizá-las em um *continuum* metáfora-metonímia, enquanto outros buscam entender a distinção e reafirmá-la.

A distinção entre esse dois processos tem sido posta, de forma mais ampla, em termos de oposição entre **similaridade** (metáfora) e **contigüidade** (metonímia). A partir do modelo lakofiano, a distinção é assim configurada: a metáfora envolve domínios conceptuais (experienciais) distintos, projetando um domínio-fonte em um domínio-alvo, passando este a ser entendido em termos daquele, ao passo que a metonímia envolve um mesmo domínio conceptual (experiencial), em que um subdomínio é tomado em vez de um outro (ou por todo o domínio, ou este por um dos seus subdomínios). Em outros termos, a metonímia se caracteriza por “uma salientação de domínios”: um domínio pouco saliente (zona ativa – ZA) por referência a outro mais saliente (ponto de referência - PR) (LANGAKER, 1984, 1993) apud SILVA: 2003:27).

Em termos da linguagem, a ação de metáforas e metonímias se aplica não só ao léxico, mas também à gramática (morfologia, sintaxe) e ao discurso. Outro aspecto importante na investigação contemporânea é a afirmação de que metáforas e metonímias não são mecanismos conceptuais independentes, mas que interagem freqüentemente, integrando-se (metonímias dentro de metáforas, mais freqüentes (cf. seção 4.2.2); ou o contrário) ou sucedendo-se, (como mecanismo de extensão semântica).

A figura abaixo, apropriada de Silva (2003:28), visualiza a distinção entre tais projeções:

¹¹ A teoria contemporânea da metáfora tem precursores remotos, como o filósofo John Locke (1689), o retórico Du Marsais (1730), como assinalam Nerlich e Clarke (2002). Tais pensadores reconhecem a natureza fundamentalmente metafórica de muitos dos nossos conceitos básicos (apud SILVA, 2003:17).



O reconhecimento da naturalidade e ubiquidade de pensamento metafórico e metonímico (em especial, o metafórico) trouxeram à cena analítica da Lingüística múltiplos fenômenos tidos como periféricos pela tradição formalista. Dentre eles, as redes polissêmicas - metafóricas, tão comuns na linguagem, em nível do léxico e da sintaxe, e objeto do presente trabalho.

O advento de uma nova teoria cognitiva sobre a natureza de projeções e integrações conceptuais, a **teoria da mesclagem**, vai permitir uma revisão crítica da teoria da metáfora conceptual nos termos lakofianos, emprestando-lhe um caráter menos linear e mais processual. As principais diferenças entre tais teorias da metáfora são as seguintes:

A TEORIA DA METÁFORA CONCEPTUAL postula:	A TEORIA DA MESCLAGEM postula:
Relação entre dois domínios: domínio-fonte e domínio-alvo	Relação entre múltiplos domínios (cf. descrição da mescla nesta seção)
Fenômeno estritamente direcional	Fenômeno multidirecional
Foco de integração nas relações conceptuais estabelecidas, nos domínios estáveis.	Foco no discurso <i>on line</i> , nos espaços mentais, nas novas conceptualizações que podem ser temporárias

Ainda que não incompatíveis, é certo que a teoria da metáfora com a perspectiva integradora da mesclagem ganha em superioridade analítica. Um exemplo disso é a metáfora expressa em *Este cirurgião é um carnicheiro*. (FAUCONNIER E TURNER, 2002:297). A simples projeção de um domínio-fonte (açougue) para um domínio-alvo (cirurgia) não pode explicar o elemento crucial dessa metáfora, a noção de incompetência, que não está presente em nenhum dos domínios-fonte. Tal avaliação negativa da ação do cirurgião, de fato, emerge no domínio-mescla, ante o conflito entre aquilo que um açougueiro faz (cortar carne animal) e aquilo que faz o cirurgião.

2.5 A Gramática das Construções e a integração entre forma e significado

A gramática das construções, nos termos de Goldberg (1995) e Mandelblit (1997), também servirá de alicerce teórico para este trabalho e nos ajudará a refletir a respeito de uma questão cara aos cognitivistas: **como tratar a forma sem ser formalista?**

A pertinência dessa questão se deve ao fato, já discutido anteriormente, de a Linguística Cognitiva ter surgido na dissidência aos estudos formalistas que exaltam a forma, apostando na autonomia do significante e subfocalizando as questões semânticas em suas análises.

Para a Linguística Cognitiva, a **forma é motivada**, emergindo, portanto, de nossas experiências conceituais e interacionais. É fato, no entanto, que ao romper com o paradigma anterior, os cognitivistas tiveram como agenda investigativa privilegiada as questões de significação, erigindo, de certa forma, uma *Semântica Cognitiva* mais que uma *Linguística Cognitiva*. A busca por soluções analíticas, a princípio, focalizava os casos “mais espetaculares” em que o processo de integração conceptual implica uma ruptura com a Hipótese Forte da Composicionalidade. É o caso das expressões idiomáticas, dos idiomas lexicais, etc., conforme apresentado por Fillmore (1979) em seu comentado ensaio *Innocence: a second idealization for linguistics* (cf. seção 2.1).

Ao tomar como centro de sua investigação fenômenos de significação tidos até então, pela tradição formalista, como periféricos, a Semântica Cognitiva trouxe à luz outro achado teórico fundamental: a periferia não difere, de fato, do centro. Assim, tanto fenômenos lexicais e gramaticais considerados “regulares”, como as inúmeras “exceções”, passaram a receber da Linguística Cognitiva um trato único, um trato **construcional**. O que temos, assim,

no léxico ou na gramática são **construções** lingüísticas que articulam, de modo complexo, uma forma e seu significado.

Tais construções podem ser mais ou menos especificadas ou abertas, isto é, existem construções com um grau menor de abstração ou generalidade (como a construção S SN SV) e construções com alto grau de especificação lexical (como construções proverbiais: *quem cala, consente*; comparativas hiperbólicas: *mais por fora que umbigo de vedete*).

Nesse sentido, gramática ou léxico recebem tratamento indistinto. Nos termos postos por Salomão (2003:3) “a linguagem é concebida como uma grande **rede construcional**, de tal modo que as unidades construcionais (léxico e sintaxe) divergem apenas no caráter de sua especificação formal interna”.

Para a autora, o corolário contemporâneo dessa perspectiva construcional é a postulação de uma língua como um conjunto de construções, isto é, como uma rede de estruturas simbólicas.

Dentre os principais precursores dessa abordagem construcional da linguagem, podemos citar Fillmore (1976) com a chamada *Semântica dos Enquadres* que introduz a idéia de diferentes enquadres ou perspectivas sobre uma mesma cena conceptual (uma cena comercial, por exemplo) suscitados por oposições lexicais como comprar/vender ou pagar/cobrar. Em 1979, com o falante/ouvinte inocente, Fillmore traz à luz novos parâmetros para a análise da complexidade da questão da integração conceptual, levando à compreensão dos idiomas frasais como construções gramaticais. Fillmore e Kay (apud SALOMÃO 2002:67) têm também uma importância fundamental nessa abordagem, pois seus estudos sobre expressões idiomáticas, tidas como periféricas na linguagem por outras abordagens, atingem um estatuto de grande relevância para esta abordagem construcional da linguagem. A análise do *let alone* é um exemplo emblemático do percurso traçado no trato das construções.

É exemplar, também, a análise de Lakoff (1997), acerca da rede de construções polissêmicas do *there* que tem a construção locativa como categoria central, irradiando-se até uma concepção “existencial” da construção.

Nesse estudo, o conceito de construção gramatical como “um par forma-sentido (F,S), em que F é um conjunto de condições da forma sintática e fonológica e S é um conjunto de condições de significado e uso.” (LAKOFF, 1987:467)

Outros autores que contribuíram para o desenvolvimento da teoria da Gramática das Construções foram Goldberg (1995) e Mandelblit (1997). Nas próximas subseções detalharemos um pouco mais os estudos dessas duas autoras por serem fundamentais à

construção teórica da Gramática das Construções e por emprestarem ao nosso estudo o escopo analítico fundamental.

2.5.1 A Gramática das Construções na concepção de Goldberg

Goldberg, em seu detalhado trabalho intitulado *Construction: a construction grammar approach to argument structure* (1995), estuda as sentenças básicas do inglês como construções, formadas por um pareamento de forma – sentido.

A tese central do trabalho da autora é de que as sentenças básicas de uma língua são correspondências entre forma e significado que existem independentemente dos verbos particulares que as instanciam, ou seja, as construções em si carregam significados, independentemente das palavras da sentença (GOLDBERG, 1995:1)

Nos termos da autora, as construções são tomadas como unidades básicas da linguagem e podem ser definidas da seguinte maneira:

C é uma construção se e somente si C é um par de forma/sentido <Fi, Si> de forma que algum aspecto de Fi ou algum aspecto de Si não seja estritamente preditível das partes componentes da construção ou de outras construções previamente estabelecidas. (GOLDBERG, 1995:4)

A partir do conceito de construção traçado acima, Goldberg propõe a indistinção entre léxico e sintaxe, já que ambos passam a ser entendidos como uma rede de construções, isto é, de significantes articulados de modo complexo a significações.

Semântica e Pragmática também são indissociáveis já que “construções de orações simples são associadas diretamente a estruturas semânticas, as quais refletem cenas básicas da experiência humana”. (GOLDBERG, 1995:5)

Como esclarece Salomão (2003:69), há duas premissas fundadoras nesta teoria construcional:

- (i) **a indistinção entre léxico e gramática** : a linguagem é concebida como uma grande **rede construcional**, de tal modo que as unidades construcionais divergem apenas no caráter de sua especificação formal interna; há construções **inteiramente abertas** (como a construção SUJEITO-PREDICADO), há construções **parcialmente especificadas** (e.g. a construção PROPORCIONAL **Quanto mais x, mais y**) e há construções **inteiramente especificadas** (e.g. as expressões formulaicas e proverbiais **Fica com Deus! Gato de casa a gente não corre atrás**, etc.)

(ii) **a concepção do signo lingüístico como vetor bipolar indissociável**, pareando forma e condições de construção do sentido, que são indissolivelmente semântico-pragmáticas.

Em seu livro, que é resultado de sua tese de doutoramento orientada por Lakoff e defendida em 1992, Goldberg tece um suporte teórico firme e coerente sobre a questão da variação da valência de algumas construções do inglês. Contrapondo sua abordagem construcional a uma teoria lexicalista que afirma que um verbo, a cada nova configuração, deve ter valências diferentes, a Gramática das Construções propõe uma análise diferente.

A autora analisa cinco tipos de construções argumentais básicas do Inglês que são um amálgama entre estrutura argumental básica e uma cena dinâmica, básica à experiência humana. As cinco construções são:

CONSTRUÇÕES	SINTAXE	SEMÂNTICA BÁSICA
Ditransitivas	[S V OBJ ₁ OBJ ₂]	X causar Y receber Z
Movimento causado	[S V OBJ OBL]	X causar Y mudar Z
Resultativas	[S V OBJ XCOMP]	X causar Y tornar-se Z
Movimento intransitivo	[S V OBL]	X mover Y
Conativas	[S V OBL _{a/para}]	X dirigir a ação a Y

Conforme elucida Goldberg (1995:43), há uma diferença entre a **semântica do verbo**, na qual a identificação dos papéis participantes é obrigatoriamente focalizada, e a **semântica da construção**, na qual há a identificação dos papéis argumentais mais genéricos (agente, paciente, alvo) com as funções gramaticais (verbo, sujeito, objeto). Em outras palavras, para a autora, a instanciação do significado verbal se dá através dos papéis participantes do verbo, de natureza específica, que se distinguem dos papéis associados com a construção, os chamados **papéis argumentais**. Nas palavras da autora,

Se um verbo é membro de uma classe de verbos que é convencionalmente associado à construção, então os papéis participantes do verbo podem ser semanticamente *fundidos* com os papéis argumentais da estrutura argumental da construção. (...) A fusão de papéis se dá mediante a compatibilidade semântica entre as funções dos participantes (associadas com o verbo) e as funções dos argumentos (associadas à construção) em oposição à simples fusão de espaços vagos com entradas lexicais simples (GOLDBERG, 1995:50)

As construções implicam, portanto, a **fusão** entre papéis argumentais e funções gramaticais:

A fusão entre verbo-construção segue dois princípios:

- I. **Princípio da Coerência Semântica:** só é possível fundir funções semanticamente compatíveis. Por exemplo, para o verbo *beijar*; existem dois participantes: o *beijador* e o *beijado*, no qual, o beijador se fundirá ao papel temático *agente* e o beijado ao papel temático *paciente*.
- II. **Princípio da Correspondência:** cada participante previsto lexicalmente deve fundir-se com uma função gramatical. Assim, em *O menino beijou a mãe*; o *menino* é agente e sujeito, a *mãe* é paciente e objeto.

A formalização das construções argumentais proposta por Goldberg nos permite perceber melhor como ficaria a fusão verbo-construção, em termos semântico/pragmático e sintático/lexical, em uma construção de movimento causado, como a seguir:

(1) *Ronaldo chutou a bola para fora do campo.*

MOVIMENTO CAUSADO

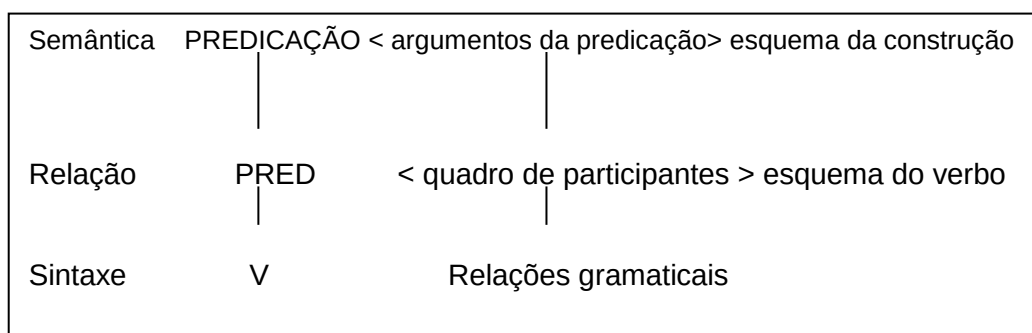


Diagrama 2: fusão abstrata dos esquema verbo-construção¹²

¹² Diagrama retirado de JESUS, I. T. *As construções condicionais universais proverbiais: uma abordagem sociocognitiva*. Dissertação de mestrado, UFJF, 2003.

MOVIMENTO CAUSADO

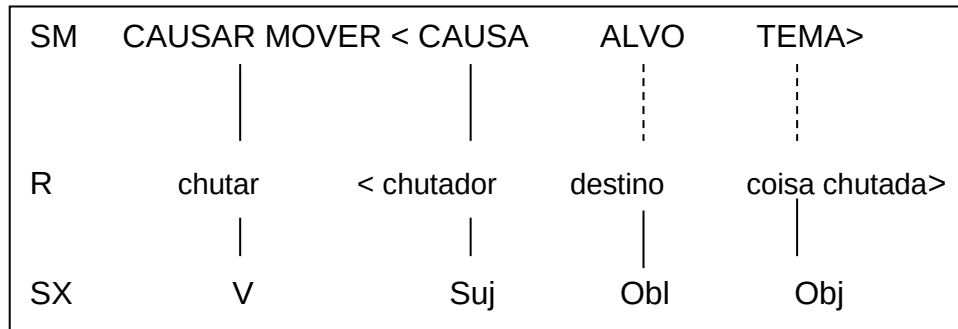


Diagrama 3: Fusão da construção movimento causado *Ronaldo chutou a bola para fora do campo*.

A semântica desta construção é CAUSAR MOVER <causa alvo tema>. A sintaxe evoca o sujeito (o *chutador*), o verbo *chutar*, o oblíquo indicando *destino* e o objeto, *a coisa chutada* (a bola). Na formalização acima temos: linhas contínuas que representam os papéis fundidos, obrigatoriamente preenchidos, e as linhas pontilhadas que indicam papéis não obrigatoriamente fundidos.

2.5.1.1 Os elos entre construções

Goldberg, alinhada com Lakoff, defende que as construções não são um conjunto aleatório, pelo contrário, são organizadas em *rede* por relações de herança motivadoras de outras construções (*A motiva B que, por sua vez, é herdeira de A*). A relação de herança existente entre as construções permite que expliquemos com maior clareza tanto as construções centrais de uma língua, como as consideradas periféricas.

A autora aponta quatro *princípios psicológicos* relevantes para a organização da linguagem no que concerne às relações entre construções, a saber:

- **Princípio da Motivação Maximizada:** Se uma construção A se relaciona sintaticamente com uma construção B, então o sistema da construção A é, também, semanticamente motivado pelo sistema da construção B;
- **Princípio da Não-sinonímia:** Se duas construções são sintaticamente distintas, elas serão semântica ou pragmaticamente distintas;

Corolário A: Se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, então elas são pragmaticamente distintas.

Corolário B: Se duas construções são sintaticamente distintas e pragmaticamente sinônimas, então elas são semanticamente distintas.

- **Princípio da Expressividade Maximizada:** O repertório das construções é maximizado procurando atender às necessidades comunicativas;
- **Princípio da Economia Maximizada:** O repertório de construções não excederá as necessidades comunicativas.

O *Princípio da motivação maximizada* na abordagem construcional tem importância ressaltada, porque podemos reafirmar que relações sintático/lexicais e semântico/pragmáticas são motivadas e se relacionam por elos de herança. Com os conceitos de motivação e herança, poderemos perceber as semelhanças e diferenças entre as construções relacionadas, ou seja, como elas se organizam em *redes*.

O princípio da não-sinonímia também é relevante para esta abordagem, já que revela a importância do contexto situacional e das pistas de contextualização para as análises. Assim, postula-se que se há diferença na forma (na sintaxe) deve haver diferença semântica ou pragmática. E se houver sinonímia semântica, a diferença de sentido será dada pragmaticamente.

Em exemplo dado por Salomão (2002:65), o princípio da não-sinonímia fica claro:

(2) A roupa secou.

(3) Secou a roupa.

Em (2) e (3) as construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas: portanto, a diferença de significado se dá pragmaticamente. Nestes casos, o enunciador pode escolher uma ou outra construção, de acordo com o que queira colocar como foco da construção: a *roupa* ou a *secagem*.

Goldberg também sugere a existência de quatro tipos de elos de conexão entre construções: **Polissemia, Relação entre Subpartes, Instanciação e Extensão Metafórica**. Muito embora se refira à possibilidade de existirem relações de Herança Múltipla, ou seja, casos em que uma construção seja motivada por mais de um vínculo, suas análises não contemplam tal multiplicidade. A seguir descrevemos os elos (ou links) propostos por Goldberg¹³ (1995:74-81):

¹³ Embora Goldberg separe, o elo por extensão metafórica do elo polissêmico, este é efeito daquele. A polissemia é fenômeno de superfície, isto é, é **efeito** e não processo cognitivo.

- **Elo por Polissemia (Lp):** captura a natureza da relação semântica entre um sentido particular de uma construção e qualquer extensão de sentido. As extensões herdam as especificações sintáticas da construção central;
- **Elo por Subpartes (Ls):** ocorre quando uma construção é subparte de outra construção, existindo independentemente. Caracteriza-se também pela redução de valência do verbo;
- **Elo por Instanciação (Li):** é postulado quando uma construção particular é um caso especial de outra construção, ou seja, motivada por outra construção. Neste elo, pode haver ocorrência de múltipla herança sintática e semântica associada a outras construções;
- **Elo por Extensão Metáfora (Lm):** define que duas construções são relacionadas metaforicamente se a semântica da construção dominante for mapeada na semântica da construção dominada. É no sentido central da construção que está o domínio fonte da extensão metafórica.

2.5.2 A Gramática das Construções e o Processo Cognitivo de Mesclagem: a abordagem de Mandelblit

Em seus estudos acerca da Gramática das Construções, Mandelblit (1997) integra as contribuições de Fauconnier (1994) e Goldberg (1995). À luz do Modelo dos Espaços Mentais e da teoria da Mesclagem, a autora inova, ao dar um trato *processual* às construções.

A mudança fundamental ocorre a partir do fato de Mandelblit, diferentemente de Goldberg, subscrever as teses fundamentais da Linguística Cognitiva acerca do caráter dinâmico, gestáltico, multidirecional e contextual dos processos de integração conceptual, substituindo o conceito de **fusão** desenvolvido por Goldberg, na concepção das construções, pelo conceito de **mesclagem**.

Assim, o conceito de construções, como pareamentos complexos de forma e sentido ganha em simultaneidade, multidirecionalidade e perde seu caráter mais linear ou estrutural definido no trabalho de Goldberg.

Em suas análises, Mandelblit revisita as construções descritas por Goldberg e destaca a construção de movimento-causado. O exemplo dessa construção extraído de Goldberg (1995:9), é o seguinte:

(4) Frank espirrou o guardanapo para fora da mesa.

Frank sneezed the napkin off the table.

Como foi explicitado na seção anterior o exemplo acima evidencia que tal significado lingüístico não é derivado composicionalmente pela soma dos significados lexicais que a compõem. Mandelblit, assim como Goldberg, sugere que a construção é derivada da estrutura argumental dos verbos do movimento-causado, ou seja, é toda a construção que dá sentido ao enunciado e não os itens lexicais isoladamente.

Goldberg mostra que há verbos que são prototipicamente movimento-causado como “jogar”.

(5) Jack jogou a bola na cesta [NP V NP PP]

Jack threw the ball into the basket.

No entanto, há verbos no inglês que modificaram sua valência, podendo apresentar-se em construções com a mesma descrição sintática [NP V NP PP] dos verbos prototípicos de movimento-causado. O exemplo (4), aqui repetido, é um deles:

(4) Frank espirrou o guardanapo para fora da mesa

Frank sneezed the napkin off the table.

Houve, portanto, uma mudança de valência do verbo espirrar, que canonicamente é um verbo intransitivo e nesta construção aparece com transitividade.

Fauconnier e Turner sugerem, para tais casos, a existência de um processo de mesclagem entre *instâncias prototípicas do movimento-causado* (como em (5)) e *seqüências de eventos de movimento-causado originais*. O *input 1* é a seqüência de eventos “causal” concebida no mundo, o *input 2* é a representação esquemática do evento do movimento-causado. O resultado da mescla é uma extensão do uso prototípico desta construção.

No entanto, a análise de Mandelblit, que opta por estudar construções *básicas* do Hebreu como as intransitivas e as transitivas, afirma que a mescla, neste caso, não se dá entre uma instância prototípica da construção de movimento-causado e a seqüência de evento do movimento-causado mas, ao contrário, a mescla ocorre entre uma representação **abstrata** da construção do movimento-causado e o evento concebido de movimento-causado. Ou seja, para a autora um dos *inputs* na mescla (*input 2*) não é uma representação da sentença propriamente dita na linguagem, mas um esquema abstrato de todas as instâncias da construção.

A título de ilustração, apresentamos uma construção do Português, reproduzindo o processo de mesclagem, proposto pela autora, para uma construção transitiva básica do inglês.

Construção transitiva básica

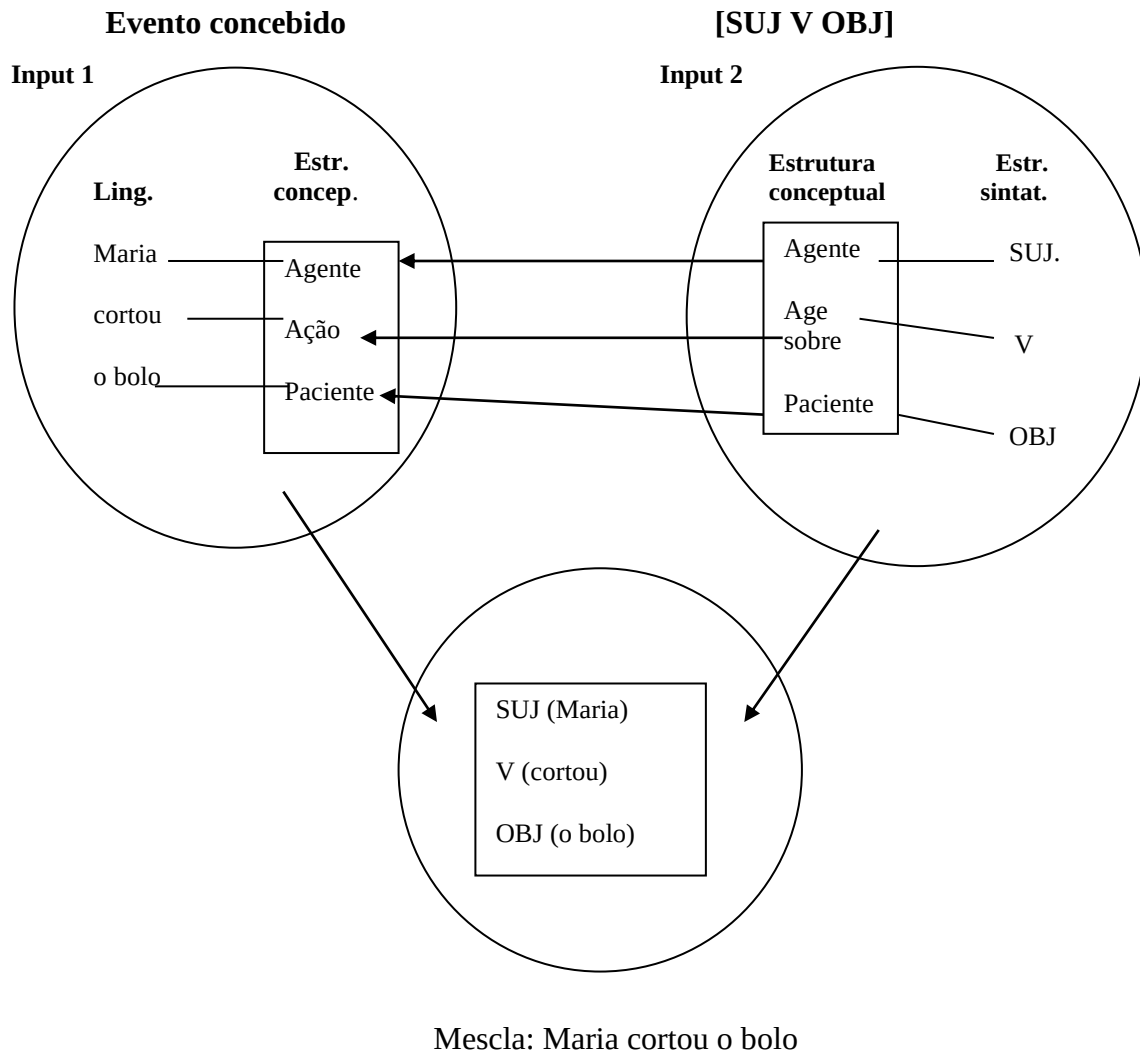


Diagrama 4: Construção transitiva básica

No input 1, temos a caracterização, de forma esquemática, do evento concebido no mundo: há um agente (Maria) que age sobre um paciente (bolo). Os participantes desta cena têm um papel semântico mais genérico (*agente, paciente, agir sobre*) que pode ser preenchido por itens lexicais da língua como *Maria cortou o bolo*.

No input 2, temos a esquematização da Construção Transitiva Básica do Português na qual a forma sintática é associada à forma semântica correspondente.

Associando os dois domínios, selecionamos tal construção como a forma sintática pertinente para expressar semanticamente o evento concebido no mundo. Então, o *agente* na construção é associado à *Maria* no evento concebido e, sintaticamente, representado por SUJEITO. O mesmo ocorre com os itens lexicais *cortar bolo*.

Mandelblit defende, ainda, que a operação de mesclagem é a mesma tanto para as sentenças mais simples e prototípicas da língua, como é o caso do exemplo acima, quanto para as construções mais criativas feitas na linguagem (1997:26).

Podemos perceber, de acordo com as discussões arroladas acima, que uma abordagem construcional apresenta, a nosso ver, inúmeras vantagens em relação às outras teorias no trato dos processos de integração conceptual na gramática e no léxico. É fato que as análises desenvolvidas e aqui apresentadas põem o foco nas construções sintáticas. O nosso desafio no presente estudo, portanto, é, lançando mão dessas ferramentas construcionais erigidas pela Gramática das Construções, levar a cabo a descrição das construções lexicais x-eiro, estendendo os constructos elaborados na sintaxe para o léxico. Nessa tarefa, cabe-nos romper com o círculo vicioso da **forma**, que condena o analista a “descascar cebolas”, desvendando camadas de formas secretas através de formas ostensivas. Para nós, a forma é força potencial que pode ser usada dinâmica e imaginativamente. Assim, por trás da forma o que se tem não é outra forma, e sim um complexo processo cognitivo, cultural e interacional, peculiar à espécie humana, de construir significados.

3. BREVE APANHADO DOS ESTUDOS MORFOLÓGICOS

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
E te pergunta, sem interesse pela resposta
Podre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?*

Carlos Drummond de Andrade

Este capítulo se organiza da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, traçamos um breve histórico dos estudos da Morfologia, elencando alguns marcos teóricos desse campo, principalmente, no que respeita às teorias estruturalista e gerativista. Tal recensão tem como escopo fundamental a competente obra de Rosa (2002) de introdução aos estudos morfológicos¹⁴.

Em seguida, apresentamos uma abordagem crítica de Basilio (1997) acerca das soluções teórico-analíticas da Gramática Gerativa frente a formações lexicais complexas do PB.

A subseção seguinte aborda os trabalhos de Miranda (1979) e Rocha (2003) que estudam aspectos da formação derivacional do léxico no PB sob uma perspectiva gerativista. De suas obras, recortamos, especificamente, o estudo sobre as formações lexicais do tipo x-eiro, objeto da presente dissertação.

Por fim, elaboramos, de forma sucinta, um apanhado crítico do tratamento que o sufixo -eiro recebe em gramáticas normativas e dicionários da Língua Portuguesa.

3.1 Breve apresentação dos estudos morfológicos nas correntes lingüísticas

Embora o termo *morfologia* seja uma criação do século XIX, a *palavra* sempre ocupou, nos estudos tradicionais, o centro da gramática. A definição de gramática do português Pedro Rombo (séc. XV-XVI), comentando a famosa gramática latina do espanhol Juan de Pastrana¹⁵ evidencia tal centralidade:

¹⁴ Dadas as restrições de tempo para a elaboração do presente trabalho, nossas referências teóricas para construção da primeira seção deste capítulo (teorias morfológicas) são secundárias. Enquanto no capítulo 2 nos respaldamos diretamente nas obras dos principais teóricos da Lingüística Cognitiva, nesta seção estamos lidando com leituras críticas das teorias, elaboradas por lingüistas conceituados.

¹⁵ Títulos curiosos dados a essa gramática: *Baculo Cecorum* (Bengala de Cegos), *Thesaurus Pauperum* (Tesouro dos Pobres) ou ainda *Speculum Puerorum* (Espelho dos Meninos). (ROSA, 2002:28)

A primeira [parte da gramática] é o conhecimento dos vocábulos. Onde cada vocábulo ou é um nome, ou é um verbo, ou é um advérbio, denominando-se o vocábulo muitas vezes por *dição*. A segunda é a própria declinação. E a declinação é a manutenção do início e a variação da terminação. Declina-se o nome por suas declinações; o verbo pelas conjugações; o advérbio não se declina. A terceira parte é a própria construção. E se faz por quatro maneiras a saber: entre o substantivo e o adjetivo, entre o relativo e o antecedente, entre o suposto e o verbo e quando uma palavra exige outra depois de si. (ROSA, 2002: 28).

O que se observa, portanto, é que as duas primeiras partes da gramática estão voltadas para o vocabulário, sua classificação e variação. Só a última parte trata da construção, remetendo à sintaxe.

Tal perspectiva tem origem nos estudos filosóficos greco-latinos e define-se pela preocupação tanto com a relação entre a lógica e a linguagem, quanto com a descrição e fixação de paradigmas e com as questões de regularidades e irregularidades da língua. A unidade básica é, como vimos, a *palavra*, que segue um determinado esquema de categorização (classes morfológicas) e se organiza em paradigmas (modelos de variação como declinação, conjugação). Não se estuda, nessa tradição, a constituição interna dos vocábulos, os quais são abordados em termos de letras e sílaba até por volta do século IX (ROSA, 2002: 28).

Tal modelo de análise, denominado por Hockett (1954, apud ROSA, 2002:44) de **Palavra e Paradigma**, prevalece por muitos séculos no Ocidente e ainda está presente nas gramaticais tradicionais do Português e de outras línguas. É nesses termos que identificamos um verbo de 1ª conjugação (*cantar*, por exemplo) como aquele que segue um determinado modelo ou paradigma. Do mesmo modo identificamos como um *todo* uma forma como **partiu**: *3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do Indicativo do verbo partir*. Não se trata aqui de uma análise linear, de uma relação sintagmática entre unidades mínimas, nos termos que será postulado pelo estruturalismo.

O **Historicismo** (Gramática Comparada ou Filologia Comparada ou ainda Lingüística Histórica e Comparada), como uma nova perspectiva de abordagem dos fenômenos de linguagem, emerge no século XVIII, com a descoberta de que o Latim e o Grego tinham raízes comuns no Sânscrito.

Surgem estudos da linguagem que voltam-se para a busca de uma língua-mãe, para o enigma da origem da linguagem.

É nesse contexto que o termo *morfologia* aparece¹⁶. Segundo Rosa, (2003:31), as *palavras* continuam no centro da investigação, mas o que se enfatiza são os estudos históricos comparativos¹⁷; “a busca das *formas básicas*, originárias das palavras, pertencentes ao *proto-indo-europeu*”. Nessa busca pelo processo de evolução das línguas, emerge o interesse pela estrutura interna da palavra e surge uma nomenclatura designativa de tal estrutura (raiz, radical, tema).

A Lingüística saussuriana, no início do século XX, impõe-se como uma forte adversária da vertente de estudos histórico-comparativos que domina o século anterior. Para Saussure, a língua é um *sistema* e, para se compreender o *valor* de uma unidade lingüística é preciso analisá-la em um determinado momento, dentro dos limites de uma comunidade lingüística, ou seja, em uma perspectiva *sincrônica*.

Se a *palavra* permanece no centro da proposta saussuriana (o signo é a palavra), para a vertente americana do Estruturalismo o morfema é o elemento central. Para Bloomfield (1933:162 apud ROSA, 2002:50), “o estoque total de morfemas numa língua é seu léxico”. Rosa (2003:39) afirma:

Ao se tratar a *palavra* (ou melhor, *forma de palavra*), o *sintagma* e a *oração* como resultado da aglutinação de morfemas em camadas sucessivas de constituintes imediatos, tornava-se indefinida a fronteira entre morfologia e sintaxe, e a *palavra* passava a segundo plano – unidade problemática, a não ser na escrita. Pela *substituição*, um dos eixos da análise estrutural, podia-se ir do *morfema* para o *enunciado*, tornando a *palavra* uma unidade, se não desnecessária, de forma alguma um primitivo (2003:39).

Em sua grande tarefa de descrição de línguas indígenas, o estruturalismo americano vai operar com a identificação de *morfemas* (um átomo de som e significado) através da análise comparativa, buscando estabelecer essas unidades irreduzíveis, sua ordenação linear e os padrões que regem a sua combinação. A metodologia de análise utilizada consiste em observar grupos palavras que apresentam uma oposição parcial, tanto na expressão como no conteúdo (*teste de comutação ou substituição*). Assim, dadas as palavras do Asteca de Tecelcingo (México) (ROSA, 2002:78):

¹⁶ Criação do termo é atribuída ao escritor e cientista alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) (ROSA, 2002: 31).

¹⁷ Não se trata de um estudo diacrônico nos termos definidos pelo Estruturalismo, já que a noção de **sistema**, crucial a tal conceito, não está presente.

- | | |
|-------------|-------------------|
| 1. nikwika | “eu canto” |
| 2. tikwika | “você canta” |
| 3. nikonis | “eu vou beber” |
| 4. tikwikas | “você vai cantar” |

Podem-se depreender morfemas, como { ni-}: 1p.sg; {ti-} 2p.sg.; {kwika}: cantar; {koni}: beber, {-s}: futuro. Tal modelo ficou conhecido como **Item-e- Arranjo**¹⁸.

Sob a égide do Estruturalismo, o *morfema*, definido como unidade básica de comunicação, ou seja, como unidade mínima de significante e significado, torna-se, portanto, a categoria básica da Morfologia e, nos termos de Gleason Jr. (1961, apud ROSA, 2002:38) também da sintaxe. Para o autor, a distinção entre morfologia e sintaxe torna-se difusa:

Podemos dividir a gramática de modo conveniente em morfologia e sintaxe. A sintaxe pode definir-se, grosso modo, como o conjunto de princípios de organização das construções formadas pelo processo de derivação e flexão (palavras) em construções mais vastas, de espécies diversas. Nem sempre é clara a distinção entre morfologia e sintaxe. Para algumas línguas, esta definição de sintaxe é razoável, enquanto que, para outras, levanta dificuldades consideráveis. Não é, porém, possível uma discriminação mais satisfatória que abranja as línguas em geral. (ROSA, 2002:38)

Segundo Rosa (2002:38), ainda que a distinção entre sintaxe e morfologia não pareça suficientemente clara, a morfologia é definida, na época, como “a gramática interna das palavras’ e a sintaxe, como o estudo ”de sua gramática externa e das seqüências das palavras”.

Nesses termos, a Morfologia praticada, em grande parte do século XX, é uma Morfologia baseada no morfema, na análise sintagmática da palavra.

Não foram poucos os problemas enfrentados pelas análises que postulavam o morfema como forma mínima significativa. Os estudos da morfologia lexical sempre lidaram com a dificuldade de se estabelecer o significado de um morfema (o significado global das palavras não é necessariamente uma função exclusiva do significado das partes que a compõem (cf. seção 2.1.2)) e a morfologia flexional enfrentou o problema da relação um-para-um¹⁹ postulada pela noção clássica de morfema.

Em meados do século XX, o Gerativismo traz de volta a *palavra*.

¹⁸ Outro modelo denominado Item e Processo concebe a concatenação de elementos em termos derivacionais, postulando hierarquias ou formas subjacentes a que se aplicam processos, regras, operações que as transformam em estruturas superficiais. Este é um modo analítico da Gramática Gerativa.

O Gerativismo, sem romper com a tradição estruturalista, surge na dissidência à preocupação meramente descritivista do estruturalismo americano (segmentação, comparação e classificação dos enunciados das diferentes línguas), buscando construir uma teoria lingüística, de natureza *explicativa* (o que é o conhecimento lingüístico e como se desenvolve nos indivíduos?).

Esse novo paradigma teórico traz um novo rumo para os estudos lingüísticos e morfológicos ao postular que a competência de um falante em relação ao léxico de sua língua possibilita que o falante nativo reconheça as palavras de sua língua, rejeite outras, saiba relacionar itens lexicais ou perceber a estrutura de um vocábulo (ROCHA, 2003:30).

Diante da nova perspectiva teórica, surge a necessidade de uma redefinição do que seja morfema e qual a sua importância dentro dos estudos morfológicos, já que para os gerativistas as *palavras* são a unidade básica da morfologia e não mais o morfema (ROSA, 2003:71). Assim, nessa escola, os estudiosos trabalham com *regras* de formação de palavras e não mais a com descrição e classificação de morfemas. Nos termos de Rosa (2002:69):

O redimensionamento do conceito de morfema significou retirar dele o papel central na análise morfológica. Na busca de explicação para a competência lexical dos falantes, o que passa a ser necessário não é o estabelecimento de listas de elementos mínimos, mas a resposta a questões acerca de que palavras os falantes podem formar, que tipos de palavras, novas ou antigas na língua, são capazes de analisar, que relações estabelecem no âmbito do vocabulário. É esta, *grosso modo*, a visão de Aronoff (1976), de Aronoff & Anshen (1998) e de Basílio (1980). Os processos produtivos de formação de palavras (a questão central em Aronoff, 1976) atuam sobre palavras existentes na língua. Essa hipótese é conhecida como **morfologia baseada em palavras**.

Embora trazendo de volta a *palavra*, o modelo gerativista é, de fato, uma teoria centralizada na sintaxe. Assim, nas primeiras fases da teoria, a Morfologia não dispunha de um componente autônomo da gramática. Ainda que superado este momento (em *Remarks on Nominalization*, Chomsky já defende a existência de um nível morfológico autônomo, que resolveria problemas com que as regras sintáticas e fonológicas não conseguiam lidar. (MIRANDA, 1979:11)), a teoria gerativa enfrenta sérias dificuldades no trato dos fenômenos lexicais quando estende seus princípios algorítmicos, derivacionais a constructos morfológicos denominados *regras de formação de palavras* (RFP) (cf. subseção 3.2).

¹⁹ A relação um-para-um implica um pareamento entre uma forma e um significado.

De qualquer modo, segundo Basílio (2001)²⁰, é significativa a contribuição da Gramática Gerativa no que respeita à postura diante do léxico. A compreensão do léxico como uma realidade interna, mental, conduz ao interesse pelo léxico como um todo, como telas de organização geral. Nesta perspectiva, a visão tradicional do léxico como lista, sem expectativa de sistematização (como “caos”) cede lugar a abordagem oposta: o léxico é parte da estrutura lingüística e interessa compreender o seu papel nessa estrutura. O foco na competência lingüística possibilita a esse modelo pensar não somente as formas lexicais já existentes, mas também a potencialidade da língua para formação de novas palavras, dadas as necessidades comunicativas.

Sob o endosso da Lingüística Cognitiva, nossas análises buscarão evidenciar a insuficiência dessas construções teóricas formalistas no trato da integração conceptual no léxico.

Passamos, na próxima seção, à abordagem crítica de Basílio (1997).

3.2 O Princípio da Analogia na constituição do léxico: a visão de Basílio

Em um instigante artigo denominado “O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais”, Basílio (1997) faz uma proposta inovadora para a análise de formações de palavras. Para a autora há três proposições principais que estudam as relações lexicais: a primeira é a do ESTRUTURALISMO AMERICANO que encara os itens lexicais como concatenações morfêmicas; a segunda, nos moldes da TEORIA GERATIVA, postula regras de formações de palavras (doravante RFP) para analisar e interpretar a estrutura de palavras pré-existentes ou a formação de palavras novas; e há ainda, o PRINCÍPIO DA ANALOGIA (doravante, PA), proposto por Saussure, para o tratamento das relações e produtividade lexical.

Basílio analisa as duas últimas propostas, comparando o Princípio da Analogia às Regras de Formação de Palavras.

Faz-se necessário, a esta altura, um parêntese para uma rápida explanação sobre o que sejam RFPs (regras de formação de palavras) e RAEs (regras de análise estrutural).

De acordo com Rocha (2003:40), através das regras de análise estrutural (RAEs) um falante é capaz de analisar a estrutura de uma palavra, por exemplo, o uso de *semanal* e

²⁰ Anotações de curso ministrado por Basílio em 2001 no Programa de Pós-graduação em Letras da UFJF.

preparação numa conversa informal, como “Tenho encontro **semanal** com meu orientador para acelerar a **preparação** da dissertação”. Ao ouvir tais palavras, conseguimos reconhecer que *semanal* vem de *semana* e *preparação* vem de *preparar*. Formalizando a descrição acima, temos a seguinte regra, nos termo de Rocha (2003:40):

RAE: [[X] Y]

a b

RAE de *preparação*: [[preparar] –ção]

V N

Podemos dizer que, ao reconhecer tais estruturas, o falante está empregando uma RAE, ou seja, o falante é capaz de analisar a estrutura das palavras derivadas existentes.

Já as RFP são usadas para se produzirem novos itens lexicais como *apelidador e micreiro*, ou seja, “uma entrada lexical da categoria b pode ser formada pela adição de Y a uma base X” (Miranda: 1979:24), como na formalização abaixo:

RFP : [X] → [[X] Y]
(a) (a) (b)

RFP de apelidador : [apelidar] → [[apelidar] –dor]
V S

Toda RFP corresponde a uma RAE, pois, ao criar uma palavra nova ou ao analisar um novo item lexical, o falante demonstra conhecer a estrutura do item recém criado. Nem toda RAE, no entanto, apresenta, necessariamente, uma RFP correspondente, uma vez que existem formações cristalizadas e não-produtivas na língua.

Ao traçar um paralelo entre Regras de Formação de Palavras e o Princípio da Analogia, Basílio (1997:18) diz que, empiricamente, podem parecer equivalentes já que, uma palavra formada por RFP pode ser analisada por PA. Por exemplo: a palavra “micreiro” pode ser analisada como acréscimo do sufixo –eiro a um substantivo: micro + -eiro ; ou como uma formação por analogia com pares como livro/livreiro, relógio/relojoeiro. No entanto, nem sempre o contrário é verdadeiro, pois as RFPs não dão conta de todas as palavras analisadas pelo Princípio da Analogia. A autora considera o seguinte exemplo: a partir do par acrescentar/acrécimo devemos estabelecer uma regra de adição de –imo a verbos? Para se

estabelecer tal regra teria que haver mais de uma ocorrência? Tal postulação seria empiricamente prudente?

Frente a tais questões, a autora pontua a diferença empírica entre o PA e as RFPs:

- Para operarmos o Princípio da Analogia não precisamos de elementos delimitados e categorizados nos moldes estabelecidos pelas RFPs;
- O PA dá conta não apenas da produtividade lexical, mas também da criatividade no processo de formação de palavras. Temos o exemplo de Guimarães Rosa, *enxadachim*, que tem uma origem analógica óbvia: **espada: espadachim :: enxada : x.**

O exemplo de Guimarães Rosa é interessante porque não seria o caso de se estabelecer uma regra de adição de –chim a um instrumento e, mesmo se existisse tal regra, não teria o valor de evocação que tem a analogia.

Em uma RFP, um determinado tipo de estruturação está pressuposto em construções gramaticalmente funcionais e pré-estabelecidas, mas na formação analógica contempla-se um número maior de possibilidades, pois abrange criações literárias, desvios lingüísticos com o objetivo de estranhamento e mecanismos em jogo na formulação de piadas, etc. Assim, *panelaço* é um evento de cunho político e de protesto caracterizado pelo uso ensurdecido das panelas. Por analogia, surge *businaço*, *apitaço*. Outros exemplos seriam: *carreata* ou *tratorada* a partir de *passeata*. Pelo Princípio da Analogia podemos explicar também construções como: baiano (baiano + mineiro), portunhol (português + espanhol), miserite (miséria + holerite), entre outros.

Outro exemplo interessante é a criação de *Irangate* e *Collorgate* a partir de *Watergate*. *Watergate*, como se sabe, é o condomínio comercial onde ocorreu o “escândalo de Nixon”, que virou símbolo da desonestidade política. Temos nessas criações uma dupla analogia, uma mais metafórica e outra que pode ser interpretada por princípios lógicos - *Watergate* pode significar tanto o condomínio comercial, quanto o “escândalo de Nixon”. Parte do uso migra da referência do condomínio, para a referência ao escândalo. Sendo assim, *Irangate* significa “o escândalo do Irã” e *Collorgate* corresponde ao “escândalo do Collor”. Se *Watergate* é o escândalo de Nixon, Xgate é escândalo de X. Se X for Irã ou Collor, donde *Irangate* ou *Collorgate*. Interessante observar que neste mecanismo a estrutura geral se liga ao **significado referencial** e não ao significado morfêmico (BASÍLIO, 1997:15).

A autora conclui, por fim, que uma construção descrita por RFP pode ser descrita por PA, mas o contrário não é sempre verdadeiro. Tal fato acarreta uma diferença empírica entre PA e RFP.

Com a argumentação em favor das vantagens teóricas do PA, Basílio conclui este instigante artigo. A autora pontua que, uma vez que a perspectiva gerativa atual banizou as regras do componente sintático, o mesmo seria desejável no léxico; seria melhor lidar com o princípio geral da analogia nos fenômenos de produção lexical do que com regras particulares; um princípio geral em oposição à arrolagem de inúmeros casos específicos de aplicação é mais interessante teoricamente.

Em suma, no processo de formação de palavras, se nos ativermos apenas às RFP, teremos um léxico bem comportado e construções previsíveis. Mas se aplicarmos os mecanismos de analogia, além das formas previstas, poderemos também contemplar construções não lineares e imprevistas, “já que no PA existe uma confluência de relações sintagmáticas e associativas que nos possibilita criar e ressuscitar elementos morfológicos” (BASÍLIO, 1997:18). Então, o Princípio geral da Analogia é mais interessante teoricamente porque consegue ampliar a análise para construções não previstas na língua.

No entanto, como aponta a própria autora, o PA é um **princípio da cognição geral e não especificamente lingüístico**. Esta constatação consiste num problema, já que um dos preceitos gerativistas é que existe, no nosso cérebro, um módulo inato exclusivo para a linguagem que não está relacionado com outros processamentos cognitivos, como o pensamento.

Na perspectiva da presente dissertação, a postulação do PA, longe de representar um problema, fortalece os preceitos cognitivistas adotados e nos encoraja na postulação de uma perspectiva cognitivista antimodularista, construcional e multidirecional para a análise das construções lexicais (cf. cap. 2).

Apresentamos, a seguir, os trabalhos de Miranda (1979) e Rocha (2003) que realizam uma análise gerativista das formações x-eiro.

3.2.1 A questão da produtividade na perspectiva gerativista

Miranda (1979), em sua dissertação de mestrado, faz um estudo sobre a produtividade lexical dos agentivos deverbais e denominais do Português do Brasil, ancorada nos

pressupostos gerativistas (Hipótese Lexicalista), com base nos modelos de HALLE²¹ (1973), JACKENDOFF²² (1975) e, principalmente, ARONOFF²³ (1976) e BASÍLIO²⁴ (1977).

A autora procura aplicar princípios, restrições e regras impostas à produtividade lexical nos dados do Português do Brasil.

Traçaremos, em linhas gerais, alguns aspectos teóricos postos por Aronoff e Basílio, acerca do fenômeno da produtividade, por serem de fundamental importância para o entendimento das análises feitas por Miranda.

ARONOFF defende que, dentro da Morfologia Derivacional, devemos distinguir a classe de palavras existentes e a classe de palavras possíveis. Essa distinção estabelece um tratamento diferenciado entre Morfologia Derivacional (com produtividade parcial) e sintaxe (com produtividade total). A Morfologia Derivacional teria, então, que descrever não a estrutura de palavras existentes, mas a capacidade do falante em criar novas palavras em sua língua.

As **Regras de Formação de Palavras (RFP)** formam um conceito basilar nessa teoria e possuem três propriedades básicas:

- 1º. O grau de produtividade de uma RFP depende do tipo de base morfológica.
- 2º. Há uma relação direta entre coerência semântica e produtividade.
- 3º. Define-se o fenômeno Bloqueio, ou seja, a não ocorrência de uma forma pela existência de outra que já preenche o seu papel no léxico. Assim, o bloqueio impede a listagem de sinônimos numa mesma raiz.

Cabe observar que a morfologia postulada por Aronoff (1973) é baseada na **palavra** e não em morfemas.

Basílio (1977) concebe um modelo teórico no qual as relações paradigmáticas constituem um traço básico no léxico: “o léxico deixa de ser uma lista de entradas lexicais não ordenadas para ser uma lista de entradas organizadas de acordo com padrões relacionais de diversos tipos (1979:19).” Para a autora todas as RFPs têm regras de análise de estrutura (RAEs) correspondentes, no entanto, as RAEs podem existir isoladamente.

Enquanto Aronoff propõe a noção de bloqueio de caráter sintagmático (propriedade 3), Basílio estende tal proposta de bloqueio ao nível dos padrões derivacionais gerais, sugerindo o *bloqueio paradigmático*. Nessa proposta há uma relação entre paradigma e produtividade lexical, possibilitando, assim, prever a improdutividade de uma regra morfológica.

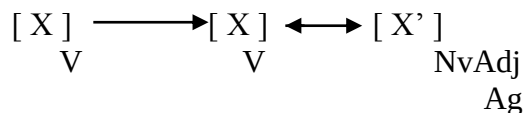
Miranda (1979), em seu estudo sobre a produtividade de agentivos deverbais e denominais, busca, acima de tudo, estabelecer um *padrão derivacional subjacente* que inclua as regras formadoras desses agentivos. Sua proposta marca ainda a importância da noção de bloqueio de caráter paradigmático, proposta por Basílio, que torna possível a previsão de improdutividade, produtividade restrita ou marginal das RFPs.

²¹ HALLE, M. *Prolegomena to a theory of word formation*. In *Linguistic Inquiry*, vol. IV Winter, 1973.

²² JACKENDOFF, R. *Morphological and semantic irregularities in the lexicon*. *Language*, vol. 51, 1975.

²³ ARONOFF, M. *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Mass, MIT Press, 1976.

Nesses termos, vai partir de um padrão geral subjacente aos pares Verbos/Agentivos:



Tal padrão abstrato significa dizer que o sentido de agentivos associados a verbos independe de um sufixo específico ou da direção do processo morfológico. O estabelecimento de tal padrão vai permitir estabelecerem-se regras de formação específicas (x-dor, x-nte e x-ivo), assim como explicar as restrições de produtividade e a distribuição complementar dessas formas deverbais: x-dor (formador de N), x-nte (formador de Adj) e x-ivo (este último tem produtividade quase nula, porque foge ao padrão geral subjacente). Ratifica-se, desse modo, a hipótese do Bloqueio Paradigmático.

A autora vai assumir a relação entre transparência/produtividade, colocando-a nos termos propostos por Basílio (1977): “uma regra é **transparente** quando qualquer de suas formas tem a composição fonética, a função e/ou o significado de seu sufixo definidos sem qualquer ambigüidade, assim como as classes de base com a quais este sufixo se combina”. A **opacidade** da regra morfológica resulta da ausência das condições listadas acima. Uma RFP é transparente quando podemos prever o sentido de qualquer forma resultante dela. A noção de transparência não deve limitar-se, portanto, à semântica²⁵, devendo incluir também informações fonéticas e sintáticas a respeito tanto do sufixo quanto da base. Nesses termos, **transparência/produtividade e opacidade/improdutividade estão intimamente relacionados.**

A análise das formações agentivas denominais do PB servirá de endosso a tais postulações acerca da relação entre opacidade e graus de produtividade das RFPs.

Assim, tomando os agentivos denominais do tipo x-ista e constando a opacidade de tais formações, a autora opta por considerar a existência não de um único processo, mas de dois processos morfológicos; um processo responsável por formações como *dentista*, *pianista* (‘especialista em X’) e outro, por formas lexicais como *marxista*, *estruturalista* (‘partidário de x-ismo’) . Isto é, para se desfazer a opacidade postulam-se **dois processos morfológicos homônimos e distintos.**

²⁴ BASILIO, M. *Aspects of the structure of lexicon: evidence from Portuguese*. Ph. D. dissertation, The University of Texas at Austin, 1977.

Para dar conta de tal descrição, Miranda (1979:71) postula dois conjuntos de regras para os processos distintos de formação x-ista, quais sejam:

Grupo A: malufista, desenvolvimentista, gerativista

1. RFP - [X] Adj v N	→	[[X] -ista] Adj v N Adj N Ag
2. RAE - [[X] -ista] Adj v N Adj N Ag		

Grupo B: ginecologista, surfista

3. RFP → [X] N	[[X] -ista] N N Ag
4. RAE - [[X] -ista] N N Ag	

Essa descrição, no entanto, esbarra em um problema: trata-se de duas regras para um mesmo sufixo, o que significa, de qualquer forma, opacidade (cf. conceito de opacidade na presente seção). Para solucionar tal questão, sem ferir a hipótese de relação entre opacidade/produtividade, o conceito de opacidade é redesenhado pela autora nos seguintes termos:

1. Uma regra pode se manter transparente, mesmo quando a composição fonológica do sufixo que ela adiciona é idêntica ao sufixo adicionado por outra regra, contanto que a especificação sintático-semântica da base e do produto da regra impeçam a identificação do sufixo desta regra com o sufixo da outra regra. (1979:73).

Miranda (1979:81) ainda se depara com uma concorrência entre regras diferentes que têm mais ou menos a mesma função, como os agentivos em -ista e -o. Em português existe

²⁵ Para Aronoff a transparência se define em termos exclusivamente semânticos.

um padrão lexical do tipo Nabstr/Adj/Ag que teria como o correspondente o segmento paradigmático x-ia/x-ico/x-ista, como pode ser verificado nos exemplos abaixo:

- (6) neurologia – neurológico – neurologista
ginecologia - ginecológico – ginecologista
economia – econômico – economista

No entanto, o mesmo padrão pode apresentar outras regras, formando um paradigma concorrente: x-ia/x-ico/x-o ou x-a

- (7) biologia – biológico – biólogo
filologia – filológico – filólogo
homeopatia – homeopático – homeopata

A autora observa que a preferência entre um paradigma ou outro se dá de acordo com o grau de sua formalidade. Ambos são formais, mas as formações em x-o têm caráter mais erudito que as formações x-ista. Além do mais, as regras do x-ista são mais simples para o falante que as regras em x-o (formações proparoxítonas), fato que corrobora com a hipótese de que existe um decréscimo de produtividade dos agentivos em x-o.

Existe, ainda, a concorrência com o sufixo x-eiro, que também é denominal e formador de agentivos. A autora traça uma escala de formalidade do uso de tais sufixos na linguagem e propõe a seguinte escalaridade:

De caráter nitidamente formal, estariam os agentivos do tipo x-o (antropólogo); em seguida viria a regra formadora dos agentivos e x-ista (neurologista) com menor grau de formalidade. Um terceiro lugar vai surgir ainda se tomarmos uma nova regra formadora de agentivos denominais – trata-se da regra de adição do sufixo –eiro de caráter nitidamente informal. (MIRANDA, 1979:84)

A hipótese apresentada é a de que existe uma distribuição complementar entre esses grupos de agentivos denominais, com base no nível de formalidade que carregam. O mais formal seria a formação em x-o (filólogo), com traço de formalidade menos acentuado o

sufixo x-ista (jornalista), e com traço nitidamente informal, x-eiro (jornaleiro)²⁶. As conclusões a que conduzem suas análises vão reafirmar a relação entre paradigma/produtividade sugerida por Basílio.

A análise apresentada por Miranda (1979) é de grande importância para o nosso trabalho, por isso será retomada no capítulo 4. A autora, apesar de apresentar as RFPs como solução para a questão do estudo da produtividade dos agentivos e postular a homonímia de modo a manter a relação anunciada entre transparência/produtividade e opacidade/improdutividade – posição contrária a que assumiremos em nossas análises – consegue extrapolar os limites de uma mera análise formalista, estabelecendo, dentro do estudo da produtividade, uma importante relação paradigmática (e a nosso ver, pragmática) entre os sufixos concorrentes, quais sejam, x-o, x-ista, x-eiro.

3.2.2 Uma análise de viés gerativista de x-eiro

No capítulo 6 de seu livro “**Estruturas morfológicas do português**”, Rocha (2002) faz uma análise das construções x-eiro sob uma perspectiva gerativista.

O autor esclarece que seu estudo requer uma distinção entre *condições de produtividade* (possibilidade de uma RFP formar novas palavras) e *condições de produção* (restrições relacionadas com a produção efetiva de itens lexicais).

Ao analisar a produtividade da regra em questão ($S \rightarrow S\text{-eiro}$), o autor esclarece que tratará apenas das construções agentivas, deixando de lado os sufixos homófonos, como:

- Árvore ou arbusto: limoeiro, laranjeira;
- Lugar ou recipiente: banheiro, açucareiro;
- Coletivo, conjunto: berreiro, nevoeiro;
- Gentílico: brasileiro, pantaneiro;
- Formador de adjetivo: verdadeiro, costeiro;
- Objeto: chuveiro, ponteiro.

Para o autor, portanto, as construções acima não estão relacionadas com formações agentivas em x-eiro que denotam agentividade humana. Para evidenciar tal hipótese, o autor

²⁶ Em relação às formações x-eiro, a autora se limita a considerar o grupo de formas agentivas [+ humano] uma vez que este grupo é que está em relação semântica com as demais regras de formação de agentivos humanos (x-

vai apresentar uma lista de 150 substantivos, escolhidos de forma aleatória. A partir desses dados, o autor estabelece um conjunto de restrições da regra x-eiro, postas nos seguintes termos:

A RFP x-eiro não se aplica a algumas bases substantivas, a saber:

- substantivos abstratos como *mentira* (mentireiro*), *tolice* (toliceiro*), etc.²⁷
- bases que designam agentes ou indivíduos, pois não faria sentido algum adicionar um sufixo agentivo a um agente ou indivíduo. Portanto, eliminam-se também itens como, *mulher*, *mãe*, *atleta*, etc...
- a formações compostas como *guarda-roupa*, *pára-raio*, entre outras.

A partir dessa análise, o autor descreve as condições semântico-formais da base e do *output*: o substantivo que será a base da regra deverá ser [- abstrato]; [- agente-indivíduo]; [- palavra composta]; o produto da regra será [+ substantivo], e [+ agente indivíduo].

O próprio autor argumenta que, se considerarmos apenas as condições apresentadas acima, ainda assim, entrariam bases que não são formadoras de agentivos em x-eiro, mas que possuem os traços que foram descritos, como por exemplo, *lápiz*, *cruzeiro*, *terra*, entre outro. Cabe lembrar que as formações possíveis seriam homófonas e, por isso, estão fora da análise proposta.

Para resolver tal questão, Rocha apresenta três tipos de restrições que podem impedir uma regra de formar novas palavras: **as restrições *stricto sensu*, bloqueio e inércia morfológica**. Discutiremos algumas delas a seguir.

As restrições *stricto sensu* podem ser fonológicas, paradigmáticas, pragmáticas e discursivas. O fator fonológico é preponderante na restrição, já que ficaria cansativo para o falante dizer, por exemplo, *saboneteireira* ou *dinheireiro*. Nas palavras de Rocha (2002:136),

Embora teoricamente possíveis, uma vez que foram satisfeitas as condições de produtividade da regra, observa-se que os produtos não têm existência real na língua. A inexistência desses produtos pode ser explicada por razões fonológicas, uma vez que é difícil e cansativa para o falante a sequência de fonemas *-eireiro*.

O fator pragmático também é de fundamental importância já que o falante não produz ocorrências que não sejam relevantes pragmaticamente. Assim, *doleiro* é um vocábulo no

ista e x-o).

²⁷ Em nosso *corpus* temos contra-exemplos: *cambalacheiro*, *manoteiro*, *biscateiro*, *boateiro*, *marqueteiro*, *palpiteiro*, *mexeriqueiro*...

português do Brasil, pois na nossa cultura, *doleiro* é a pessoa que troca/lida com dólar. Já exemplos como *franqueiro* (franco) ou *libreiro* (libra) não são ocorrências possíveis no português, porque nossa cultura dispensa tais construções, mesmo que obedecem às exigências das regras em questão.

As restrições discursivas estão relacionadas à pragmática. Rocha pondera que formações mais recentes com o sufixo *x-eiro* têm conotação pejorativa e dificilmente designariam ofícios/profissões socialmente elevados na língua.

Restrições por bloqueio são descritas, minuciosamente, pelo autor. O bloqueio, fenômeno apontado por Aronoff, “é a não concorrência de uma forma, devido à simples existência de uma outra (ARONOFF, 1976 apud ROCHA, 2002:141). Assim, não temos “unheiro” porque esta construção está bloqueada por “manicure”, nem aviãozeiro, que é bloqueado por “piloto”. Este fenômeno é o que chamamos de *bloqueio heterônimo*, no qual “certas formações deixam de ser produzidas na língua, por existirem outras palavras com raiz diferente da raiz base em questão – que bloqueiam o surgimento dos possíveis produtos (ROCHA, 2001:143).” Já o *bloqueio homofônico*, segundo Rocha (2001:144), ocorre quando uma palavra deixa de ser criada por existir outra com o mesmo aspecto fonético, mas sentido distinto. Então, não existe “saleiro” (a pessoa que cuida da sala), porque já existe “saleiro” (recipiente onde se guarda o sal).

Já a inércia morfológica, de acordo com o autor, ocorre quando não há motivo algum para a não existência de uma formação derivada, (por que existe laranjada e limonada e não existe cajuada e maracujada, sucos também muito comuns?). Ou seja, nestes exemplos não se pode falar em restrição fonológica, paradigmática, pragmática e discursiva e também não se nota qualquer tipo de bloqueio.

A análise minuciosa proposta por Rocha para as formações *x-eiro* é um interessante exemplo de como a abordagem gerativa lida com o fenômeno da formação lexical, presa à Hipótese Forte da Composicionalidade e aos princípios de previsibilidade e transparência absolutas. O autor elege como objeto de estudo os agentivos “regulares” [+ humanos], e “coloca debaixo do tapete” as demais formações em *x-eiro*, afirmando apenas que não fazem parte da regra de formação de agentivos e que são casos de homonímia. Esse é, de fato, o mesmo procedimento adotado por Miranda (1979) e por toda a tradição de estudos formalistas.

Nossas propostas teórico-analíticas apontam em outra direção. Estamos propondo uma análise das construções em *x-eiro* como uma rede polissêmica metafórica e não como formações distintas, homófonas. O nosso desafio principal é colocar no centro da análise não só as formações consideradas “regulares”, mas todos os membros da família *x-eiro*, mesmo os mais

periféricos. Para tanto, contamos com a perspectiva da Lingüística Cognitiva, que vai nos oferecer princípios e instrumentos analíticos de natureza *construcional e multidirecional* em lugar dos constructos estruturalistas lineares ou regras derivacionais, algorítmicos (RFPs) do gerativismo. O conceito de *motivação e herança* vai nos permitir lidar com a previsibilidade relativa nos processos de formação lexical, sem apelar sistematicamente para a coincidência de forma, ou seja, para a homonímia. Enfim, ainda que saibamos as dificuldades a enfrentar e as lacunas que necessariamente deixaremos, vale enfrentar o jogo da linguagem, a complexidade das relações não paritárias entre sistemas de significação e sistema de formas.

3.2.3 Abordagem da tradição gramatical brasileira do sufixo -eiro

Nesta subseção, mencionaremos o tratamento dado pela tradição gramatical brasileira ao sufixo -eiro e a abordagem que os dicionários de língua portuguesa fazem do referido sufixo.

Como existe uma grande variedade de gramáticas normativas, selecionamos algumas tradicionais e mais conceituadas, como as de Cunha (1970); Cegalla (1989); e Bechara, consultamos, ainda, a *Gramática de usos* de Moura Neves (2000). Os dicionários pesquisados foram Aurélio (1975) e Houaiss (2001). (1999). Alguns “manuais” de gramática mais recentes como Cereja & Magalhães (1999), Abaurre (2000), Faraco & Moura (2000), Infante (1995) também foram consultados.

É fato que o léxico continua sendo tratado, pelas gramáticas normativas, como uma lista aleatória, sem qualquer possibilidade de sistematização, como “caos”. Nesse caos, existem os exemplos ordinários, regulares e listas e mais listas... São listas de coletivos, gentílicos, de flexões irregulares de plural, feminino, etc. Não poderia ser diferente quando se trata dos afixos formadores de palavras em Português. No que concerne ao estudo do sufixo, podemos observar que, de maneira geral, a maior preocupação das gramáticas normativas é a apresentação de listas, englobando todos os sufixos do português de origem latina e grega. Nestas listas de sufixos isolados, não de regras ou construções, são estabelecidas considerações semânticas e formais muito genéricas e não foram constatadas, em nenhum compêndio, questões relativas à produtividade ou a restrições de uso.

É interessante observar, ainda, que os exemplos usados nas gramáticas são todos cristalizados na língua ou dicionarizados, ficando de lado as formações novas e criativas feitas pelos falantes.

Na gramática de Celso Cunha (1970:65-74), por exemplo, na seção dedicada à derivação sufixal, o autor apresenta as listas de sufixos de origem grega e latina de acordo com a classificação seguinte: **sufixo nominal**, que forma substantivo ou adjetivo; **verbais**, que dá origem a um verbo; **adverbial**, que é o sufixo *-mente* acrescido à forma feminina de um adjetivo. Em relação ao sufixo *-eiro*, Cunha (1970:69) procura fazer um agrupamento das principais variações de sentido, a partir da base substantiva (grupo 1 e grupo 2), a saber:

1.Substantivos que formam outros substantivos:

- a) ocupação, ofício, profissão: barbeiro, copeira
- b) lugar onde se guarda algo: galinheiro, tinteiro
- c) árvore ou arbusto: laranjeira, craveiro
- d) idéia de intensidade, aumento: nevoeiro, poeira
- e) objeto de uso: perneira, pulseira
- f) noção coletiva: berreiro, formigueiro.

2. Formam também adjetivos de substantivos:

-eiro: relação, posse, origem = caseiro, mineiro

Porém, a análise não vai além disso, pois não é considerada qualquer relação paradigmática entre sufixos agentivos concorrentes e não há nenhum comentário específico acerca da gama de sentidos do sufixo *-eiro*. Estudo similar é feito por outros gramáticos pesquisados, como Cegalla (1989) e por autores de manuais com objetivo pedagógico, como Faraco & Moura (2000), Abaurre (2000) e Infante (1995).

Em manuais gramaticais, voltados para a “facilitação pedagógica”, como a *Gramática Reflexiva* de Cereja & Magalhães (1999), não há a famosa lista de afixos. Os processos de formação de palavras são explicados com base em alguns exemplos e o que há é apenas um agrupamento semântico em um exercício destinado ao aluno.

Na *Moderna Gramática Portuguesa*, Bechara (1999:358) explora os múltiplos valores semânticos que um sufixo pode ter, mas, ao listar os sufixos formadores de substantivos (*-tor*, *-dor*, *-sor*, *-or*; *-nte*; *-ista*; *-eira*, *-eiro*; *-ária*, *-ário*), tece um comentário, que merece ser aqui reproduzido:

É constantemente contrariada pela realidade da língua a hipótese de se estabelecer uma distribuição complementar entre tais construções agentivas calcada nos critérios ‘grau de prestígio social’, ‘formalidade’, e ‘grau de especialidade’. Não se podem deixar de lado os valores semânticos dos elementos que integram os constituintes e seus reflexos não só nos produtos

derivacionais, mas também as motivações do contexto. A concepção afixocêntrica na produção lexical está sendo revista, para pôr em evidência o papel que desempenham as bases e os mecanismos derivacionais na criação lexical.

A crítica feita pelo gramático, ainda que não muito clara, deixa entrever alguns princípios analíticos formais: a crença no significante e a separação entre semântica e pragmática. O gramático elenca sufixos isolados, não separa os sufixos deverbiais dos denominais, fato esse que pode acarretar profundas diferenças analíticas.

A *Gramática de usos* de Moura Neves (2000:146) não apresenta comentários a respeito do sufixo –eiro ou mesmo dos sufixos em geral, ficando apenas no nível descritivo, com exemplificação retirada da linguagem em uso. Fato interessante é que todos os exemplos usados pela autora são, na verdade, o equivalente feminino do sufixo –dor (-deira), como ilustramos a seguir:

Outros femininos terminam em –EIRA

arrumador – arrumadeira: Os patrões chamaram a *arrumadeira* às falas.

falador – faladeira: a *faladeira* quer saber se a rosa é bonita.

lavador – lavadeira: Gostaria de ser *lavadeira*.

No capítulo referente à formação do feminino dos adjetivos, ao tratar do adjetivos biformes, que possuem uma forma para o masculino e outra para o feminino, a autora diz que:

“outros (adjetivos) em –dor, fazem feminino em –eira:

engomador – engomadeira: Então me arranje um trabalho que não seja de costureira, nem muito menos de lavadeira e engomadeira (MOURA NEVES, 2000:223).

De fato, a Morfologia não está em foco na *Gramática de Usos*, razão pela qual o estudo das formações lexicais, nesta obra, é bastante lacunar.

3.2.3.1 A contribuição dos dicionários nos estudos do sufixo –eiro

O dicionário Aurélio (1975) não traz o verbete “-eiro”, mas sim “-ário”, no qual faz uma pequena descrição das acepções possíveis do sufixo –eiro. Segundo o dicionário,

-ário. [do lat. –ariu] suf. Nom. = ‘profissão’, ‘ofício’, ‘ocupação’, ‘lugar onde se guardam as coisas’, ‘coleção’, ‘relação’, ‘posse’, ‘origem’, ‘árvore’,

‘arbusto’, ‘intensidade’, ‘objeto de uso’: operário (< lat. *Operariu*), bancário, vestiário (< lat. *Vestiarium*), rimário, anedotário, partidário, calcário (< lat. *Calcariu*). [equiv.: -eiro: barbeiro, copeiro, açucareiro, tinteiro, formigueiro, viveiro (< lat. *Vivariu*); caseiro, mineiro, abacateiro: fem. (de -eiro) -eira: copeira, laranjeira, coleira, pulseira, -ério: elastério.

Já o dicionário Houaiss (2001) traz uma minuciosa descrição do sufixo -eiro. São dezessete acepções do sufixo e ainda inclui uma breve explicação etimológica²⁸.

Um dado interessante mencionado pelo autor é que em Latim, inicialmente, o sufixo era formador de adjetivo, depois passaram a ocorrer formas substantivadas. Já no Latim, assim como ocorre em Português, havia uma estreita ligação entre os sufixos formadores de adjetivos e dos formadores de substantivos. Por essa razão, no referido dicionário, em uma única entrada, estão os vocábulos adjetivos e substantivos que são originários do latim vulgar (HOUAISS, 2001:1105).

Diferentemente do que faremos no nosso trabalho (cf. capítulo 4), Houaiss coloca o sufixo -deira, que é o equivalente feminino de -dor, na mesma entrada do -eiro. Por serem de base verbal (falar – faladeira, empilhar – empilhadeira), tais construções não entraram em nossas análises.

Podemos afirmar que de todas as gramáticas e dicionários que examinamos, foi no dicionário Houaiss que encontramos o maior número de informações a respeito do sufixo -eiro e uma boa organização e descrição dos exemplos dados.

3.3 Considerações finais

Os estudos morfológicos inventariados no presente capítulo, ainda que pautando caminhos teóricos e analíticos distintos, cometem o mesmo pecado capital: a crença na auto-suficiência da forma. Sejam fixados na perspectiva do léxico como uma lista aleatória, a qual guia as gramáticas tradicionais em suas listas de afixos isolados; sejam ancorados em uma visão linear de significantes autônomos que se somam, transportando para o todo o seu sentido; sejam ainda guiados pela visão derivacional e algorítmica da gramática gerativa, esses estudos enfeixam pressupostos formalistas que sucumbem ante a instigante vitalidade do

²⁸ A pesquisa etimológica sobre tal sufixo não constituiu objeto do presente estudo, uma vez que tivemos dificuldade em encontrar estudos acadêmicos sobre tal questão. Tivemos notícia de uma tese sobre origem dos sufixos no Português Arcaico, em desenvolvimento na UFB, sob orientação da Profa. Dra. Rosa Virgínia (trabalho apresentado na ANPOLL-2004). A informação obtida, nessa ocasião, é de que o sufixo -eiro se desgarrar no século XII, com carga semântica/funcional diferente do Latim – arius e de que não aparece, então, (e até o séc.XV, onde a pesquisa se encontrava no momento), com traço [-humano].

jogo da linguagem. Se, como defenderemos em nossas premissas cognitivistas, “a linguagem não porta o sentido, mas o guia” (FAUCONNIER, 1994:x), a ciência não pode acorrentar o fenômeno lingüístico nos grilhões da forma, alegando critério de rigor analítico. Rigor em ciência é não fechar os olhos para a complexidade de um fenômeno, enfrentando a dura tarefa de compreender a linguagem como prática social, viva, real e tão flexível, tão pouco afeita a enquadramentos fechados, como o próprio pensamento humano.

4. AS CONSTRUÇÕES AGENTIVAS EM –EIRO, UMA REDE METAFÓRICA

“Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo.”

Ludwig Wittgenstein, *tractatus logico-philosophicus*, 5.6

Considerando as discussões arroladas nos capítulos anteriores, passamos, no presente capítulo, à análise das construções lexicais **agentivas denominais com o sufixo –eiro**, objeto do presente estudo. Trata-se de construções agentivas, do tipo [X FAZER Y], marcadamente experienciais, formadoras de N (nome) e Adj. (adjetivo) pelo acréscimo do sufixo a uma base nominal (*Aquele que faz o jardim é o **jardineiro***).

No trato dessas construções, adotaremos a perspectiva da Lingüística Cognitiva, em seu feixe de pressupostos cognitivos, socio-interacionais e lingüísticos apresentados no capítulo anterior. Como constructos teóricos fundamentais de análise, as seguintes categorias serão adotadas: CONSTRUÇÃO, MESCLAGEM, METÁFORA e POLISSEMIA.

O quadro abaixo ilustra o conjunto de dados que serão considerados em nossas análises (cf. anexo 1):

As construções agentivas X-eiro

Exemplos	AGENTE
pão – padeiro, dólar – doleiro, freezer – frizeira, jornal – jornaleiro, jardim – jardineiro	humano
faxina – faxineiro	humano
roça – roceiro	humano
sanfona – sanfoneiro, viola - violeiro	humano
cinza – cinzeiro, faca – faqueiro, lixo – lixeira,	objeto-recipiente
sanduíche – sanduicheira, iorgute – iorguteira	objeto-aparelho
colo – coleira, pulso – pulseira, cotovelo –cotoveleira	objeto-equipamento

porta – porteira, cabeça – cabeceira	objeto-mobiliário
formiga – formigueiro, galinha – galinheiro	objeto-locativo
goiaba – goiabeira, rosa – roseira	objeto-planta
roubo – roubalheira; berro – berreiro; discurso – discurseira	atividade
névoa – nevoeiro, gelo – geleira, brasa – braseiro	fenômeno
besta – besteira, bobo – bobeira, bambo – bambeira	estado

Nossa agenda analítica consiste em responder, de modo teoricamente superior, à questão da multiplicidade de sentidos das formações agentivas em x-eiro, buscando evidenciar a inadequação da **Hipótese Forte da Composicionalidade** no trato dessas construções.

Os pressupostos cognitivistas a respeito da questão da integração conceptual (cf. seção 2.6) afirmam tanto a ausência de paridade entre sistemas conceptual e formal, como a inseparabilidade desses mesmos sistemas. Tal suposto sugere nossa questão investigativa: como o sistema lingüístico, limitado, pode conter a vastidão, a riqueza do sistema conceptual? Ou vice-versa, como os processos conceptuais podem encontrar expressão lingüística? Em termos restritos à presente investigação, qual será, portanto, o processo de integração conceptual comprimido nesta rede de construções agentivas, capaz de encadear uma gama de sentidos tão ampla?

Tal agenda implica questionar os seguintes tratamentos conferidos, de modo mais freqüente, pela tradição analítica formalista a essas construções lexicais:

- reconhecimento de formações lexicais como meras concatenações de morfemas, cujo todo consiste na soma das partes que o compõem (Estruturalismo) ou;
- uso de regras algorítmicas de descrição e de formação de palavras (RAEs e RFPs), próprias da tradição gerativista, que implicam transparência e previsibilidade em sua aplicação;
- postulação de homonímias semânticas nos casos de formações que, frente ao Princípio Forte da Composicionalidade, revelam opacidade.

Nos termos de Miranda (2004²⁹), a insuficiência e mesmo a inadequação de tais procedimentos teórico-analíticos evidencia-se ante o impasse criado frente às inúmeras redes de formações lexicais que, rompendo com a linearidade composicional, instituem rumos de significações não previstos. Como dar conta, por exemplo, pelos processos de integração conceptual formalistas, da ampla rede de sentidos da construção x-eiro acima arrolada, sem apelar, sistematicamente, para a “coincidência do significante”?

Frente a tais questões, e assumindo o conjunto de afirmações definidoras do programa de investigação da Lingüística Cognitiva e, em especial da Teoria da Gramática das Construções, apresentamos os parâmetros-guia para o trato das formações lexicais dentro desse programa (Miranda, 2004):

1. Postulação de construções lexicais como pares de forma-sentido, i.e., como formas de conhecimentos estruturados, disponíveis no léxico, sob forma de MCIs constituídos de *esquemas formais* mesclados a *esquemas conceptuais e interacionais*.
2. Afirmação da CONTINUIDADE ESSENCIAL entre léxico e gramática, Semântica e Pragmática, dicionário e enciclopédia.
3. Sustentação da concomitância dos processos de composicionalidade e multidirecionalidade na integração de esquemas conceptuais e formais geradores das construções lexicais.
4. Postulação das categorias de *herança e motivação* nas relações entre construções lexicais, de modo a configurarem-se REDES DE CONSTRUÇÕES, estabelecidas através de projeções (*links*) de diferentes naturezas a partir de uma construção radial.
5. Afirmação do mesmo trato conferido tanto a produções previsíveis, regulares quanto às ditas formações lexicais “periféricas”.

Ancorada no programa sociocognitivistista acima explicitado, nossas hipóteses sobre as construções x-eiro podem ser assim anunciadas:

²⁹ Fragmento retirado do texto elaborado para a II Conferência em Cognição e Linguagem, realizada em abril de 2004, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Para referência completa confira **Referências**.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">(i) As construções agentivas denominais em <i>–eiro</i> se constituem, sincronicamente, como uma <i>rede de construções polissêmicas</i>;(ii) A categoria radial ou central de <i>agente humano motiva</i> a rede de construções <i>herdeiras</i>;(iii) As construções herdeiras são projeções metafóricas de proto-narrativas da mente humana, expandindo-se em personificações de objetos, elementos da natureza, locativos, atividades, fenômenos e estados. |
|---|

A partir desse conjunto de hipóteses, nosso roteiro analítico no presente capítulo, em busca de procedimentos de validação, se estrutura do modo seguinte:

1. Descrição da construção central, prototípica, formadora de agentivos humanos em seus aspectos morfológicos e semântico-pragmáticos;
2. Postulação dos processos de **integração conceptual e formal** implicados nessa construção (o papel dos **processamentos sociocognitivos** na gênese dessa forma e em sua significação);
3. Descrição dos três subgrupos de construções herdeiras da construção agentiva radial;
4. Explicação dos processos de projeção – *links* metafóricos – implicados na construção semântico-pragmática dessa rede que se estende do mais concreto ao mais abstrato.
5. Considerações sobre a questão da produtividade das construções denominais em *x-eiro*.

A postulação de cinco itens acima não implica, necessariamente, uma ordenação linear dos mesmos no corpo deste trabalho. Alguns aspectos analíticos serão contemplados simultaneamente em distintas seções.

4.1 A construção agentiva lexical genérica

Embora o objeto específico do nosso trabalho sejam as construções agentivas em *x-eiro*, cabe lembrar, como explicitado na introdução desta dissertação, que nossa investigação integra um projeto mais amplo que pesquisa a expressão da AGENTIVIDADE na morfologia do Português do Brasil (MIRANDA, 2003). Inquirindo a ampla rede de construções agentivas

em nossa língua, mas delimitando o espaço de investigação, no presente momento, aos agentivos denominais, a hipótese analítica que guia este projeto pode ser assim formulada: tal rede seria deflagrada a partir de uma construção genérica **parcialmente especificada**: [X FAZER/AFETAR Y].

Nesses termos, tal construção teria como esquema conceptual básico (cena concebida no mundo) um **evento causativo** prototípico (agente (ator volicional) afeta paciente); e, semanticamente (cena lingüisticamente correspondente), uma relação argumental³⁰ de transitividade agentiva e experiencial do tipo [AFETAR b, a], constituindo, portanto, um predicado de dois lugares.

É fato que a expressão lingüística deste esquema conceptual-semântico encontra, na Língua Portuguesa, um repertório de construções tanto analíticas (sintáticas – Suj. V. Obj.) como sintéticas (morfológicas - radical + sufixo agentivo), como ilustram os exemplos de (8) a (11):

(8) João faz o jardim. /jardineiro

(9) João toca viola. /violeiro

(10) João produz romances/romancista

(11) João pratica surfe. /surfista

Estes esquemas conceptuais e formais (morfológico, no caso) integrariam o MCI das formações lexicais agentivas.

A esta altura, vale lembrar que, pensados a partir de uma hipótese sociocognitiva da linguagem, esquemas são domínios estáveis e dinâmicos, não funcionando como geradores de valores específicos, mas como uma estrutura integrada que incorpora a comunidade de seus membros. Assim, um MCI garante a estabilidade de uma categoria, mas também a sua flexibilidade.

Outro aspecto relevante a ser considerado e confrontado neste ponto, seria a diferença entre a proposição aqui afirmada de uma construção agentiva lexical genérica, parcialmente especificada, e a proposta de um padrão geral subjacente para os pares V/AG, feito por Basílio e Miranda (cf. cap. 3). Em ambas, é inegável, prevalece a busca por generalizações. A

³⁰ Acerca dos agentivos deverbais, nossa hipótese preliminar é de que são construções “destransitivizadas” do tipo [X fazer] em que X é o agente e o Y objeto omitido (complemento nulo, GOLDBERG: 1995:56-58) porque a identidade do objeto é recuperada no contexto ou é irrelevante (comprador, vendedor, estudante, navegante, etc).

diferença, no entanto, está no caráter formal, unidirecional e algorítmico do padrão geral subjacente, posto em termos de **regras**, e a proposta de generalização em termos de outro constructo – a **construção**. Construções, como já explicitado, são complexos pareamentos de forma e sentido, de caráter multidirecional, e definidoras de herança e motivação. Não são manipulações de cálculos abstratos, com previsibilidade matemática.

No presente estudo, propomo-nos, portanto, desvendar uma instanciação dessa construção genérica agentiva, qual seja, a complexa rede polissêmica da construção x-eiro.

A postulação de um esquema conceptual e formal básico como o acima exposto se estabelece a partir da hipótese cognitivista que afirma a existência de um cerne experiencial para o pensamento humano: os esquemas imagéticos (LAKOFF, 1997; JOHNSON, 1997) ou, nos termos de Turner (1996), as **proto-narrativas de nossa mente literária** (cf. subseção 2.3.1.2).

Vale lembrar que, para Turner (1996), na base da mente humana, existem proto-narrativas, consideradas como um mecanismo cognitivo básico do nosso sistema conceptual. Essas narrativas emergem do cerne experiencial de nosso pensamento, qual seja, as experiências motoras de deslocamento no espaço ou manipulação de objetos. Assim, a experiência de pegar um copo, por exemplo, pode ser conceptualizada, dentro de um esquema mais abstrato que implica AGENTE – AÇÃO – OBJETO, como uma “historinha” básica que se projeta parabolicamente e se instancia em múltiplas histórias (ou construções concretas). Essa mente, constituída a partir dessas proto-narrativas é, para o autor, a nossa mente literária que antecede e estrutura a mente lingüística. Assim, atrás de cada construção frasal (e de formações lexicais) haveria uma micro-narrativa projetada desse esquema *agente – ação – objeto*.

É a partir dessas proto-narrativas que emerge a conceptualização de AGENTIVIDADE que passamos a assumir em nossas análises:

- A agentividade não é um primitivo semântico;
- A agentividade é uma conceptualização resultante de projeção da proto-narrativa espacial em uma metáfora básica do tipo EVENTOS SÃO AÇÕES e ATORES SÃO MANIPULADORES e MOVEDORES;
- A agentividade define os atores prototípicos de uma cena, qual seja, os humanos, que a projetam rotineiramente do “humano” para “animais” e “objetos” de diferentes naturezas, e do mais concreto para o menos concreto, como em fenômenos e estados.

Tecendo essa análise em termos de outros constructos teóricos da Linguística Cognitiva – poderemos dizer que tal conceptualização de agentividade institui-se como um **domínio estável** da cognição (MCI).

Torres (2003:37) faz uma detalhada descrição do MCI de pessoa e de alguns submodelos desse MCI. Tal descrição parece poder contribuir com nossas análises, razão pela qual abrimos, na presente seção, um parêntese de recensão dessa descrição.

A autora propõe alguns dos submodelos de MCI de pessoa:

- **Submodelo físico-biológico:** Uma pessoa é um ente mortal, bípede, bímano, mamífero, pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva. É dotado de sensações e se desloca no espaço físico, manipulando-o, modificando-o, e funcionando tipicamente como o AGENTE de ações variadas. Diferencia-se dos demais entes da mesma espécie por possuir atributos físicos particulares, como cor dos cabelos, olhos, etc. **Especificação de itens lexicais deste submodelo:** fazer, usar utilizar, partir sair procurar, trazer, sofrer, valer de, grupar, etc.;
- **Submodelo moral/deôntico/volicional:** Toda pessoa é sujeito de vontades e desejos e também de mecanismos de regulação desses impulsos volicionais; reconhece ao lado das vontades, que a levam a pedir, impor, exigir etc., os deveres e direitos, que a tornam capaz de permitir e proibir e/ou assujeitar-se a ou transgredir permissões e interdições, etc. **Especificação de itens lexicais deste submodelo:** pecar, discriminar, (des)respeitar, permitir, possibilitar, admitir, impor, aceitar, exigir, possuir intenção de etc.;
- **Submodelo cognitivo/epistêmico:** Uma pessoa é um ente capaz de pensar, raciocinar, ponderar, duvidar, fazer avaliações e estimativas sobre o curso dos acontecimentos, generalizar, imaginar, comparar, discernir, levantar questões e procurar respostas para elas, etc. **Especificação de itens lexicais deste submodelo:** considerar, comprovar, ignorar, pressupor, analisar, fazer idéia, ter dificuldade em admitir, etc.;

- **Submodelo Interacional:** uma pessoa é um ser social, ou seja, existe/é em relação ao outro; interage de infinitas maneiras com o outro, de forma harmoniosa ou conflituosa: ajudando, mostrando, seduzindo, defendendo, atacando, dividindo, roubando, divertindo-se, etc... **Especificação de itens lexicais deste submodelo:** ajudar, propor, apontar, mostra, defender, dedicar-se, influenciar etc.;
- **Submodelo Lingüístico:** uma pessoa usa articuladamente um sistema de sinais e símbolos lingüísticos empregados pelo homem no seu trato social; comunica-se verbalmente com o intuito de passar informação, de persuadir, de aconselhar, de mentir, etc. **Especificação de itens lexicais deste submodelo:** falar, expressar-se, dizer, sugerir, citar, afirmar, descrever, etc.;
- **Submodelo Psico-emocional:** Uma pessoa tem uma vida psíquica e temperamentos próprios, comove-se, apaixona-se, odeia, alegre-se, entristece-se, entendia-se, é otimista ou melancólica etc. **Especificação de itens lexicais deste submodelo:** não foram encontradas instâncias verbais de itens lexicais associados a esse modelo.

A agentividade prototípica se institui como parte do submodelo físico- biológico a partir da projeção parabólica da metáfora EVENTOS SÃO AÇÕES e ATORES SÃO MANIPULADORES E MOVEDORES. Tal projeção seria, portanto, a gênese conceptual da construção básica dos agentivos em geral [X FAZER Y] e, em especial, das construções em x-eiro, fortemente marcadas por variações do fazer em sua acepção de feitos físicos, mais concretos.

Em síntese, em nossas análises estamos assumindo o princípio da continuidade essencial entre gramática e léxico (cf. seção 2.6.1) e postulando, portanto, para as formações lexicais em foco, a existência de uma proto-narrativa que antecede a estrutura lingüística e se projeta na construção agentiva geral, semi-especificada (a mente literária antecede a mente gramatical), constituindo-se como a ponta de lança de toda a rede: **X FAZER/AFETAR Y**, em que temos um predicado de dois argumentos no qual X é agente (o fazedor), Y é objeto/paciente (o feito) e na contraparte formal temos uma base e um *output* nominal (N Adj):

[[X]	SUFIXO]	AG
N Adj	N Adj	

4.2. A construção agentiva radial em x-eiro

A partir das hipóteses formuladas na seção anterior, estamos postulando a existência, no caso das construções em x-eiro, de uma categoria radial de **agente**, que é central nessa rede e motivadora das outras construções derivadas. Trata-se das construções agentivas humanas, instanciadas em exemplos como: jardineiro, jornaleiro, padeiro, bordadeira, enfermeira, sacoleira, blogueiro, etc.

Tal postulação se estabelece, como explicitado anteriormente (cf. 4.1), a partir do conceito de proto-narrativas estruturadas em uma cena básica do tipo: AGENTE AÇÃO OBJETO. Nesta cena experiencial básica, podemos definir o **proto-agente**, nos termos de Goldberg (1995:116):

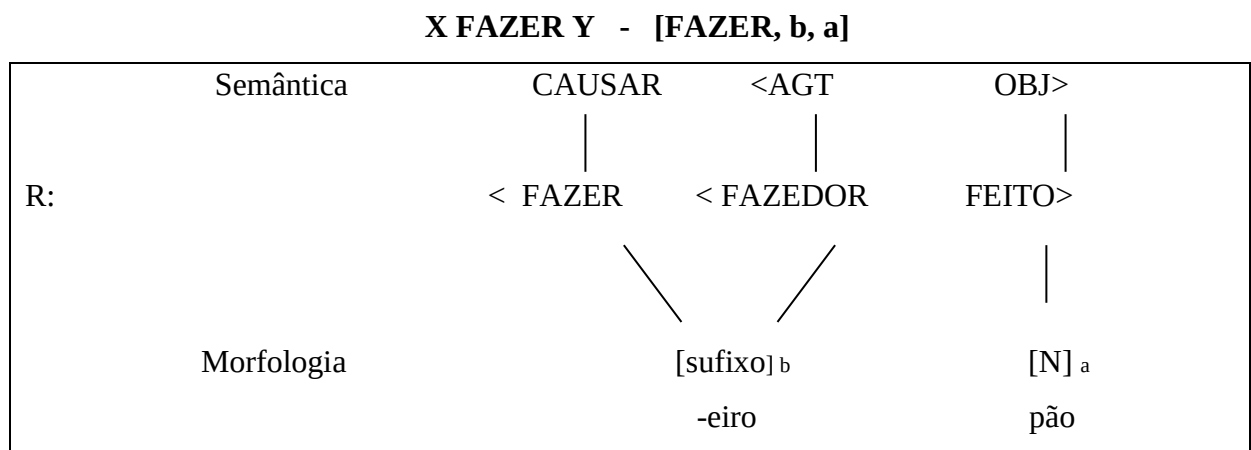
PROTO-AGENTE Conceito prototípico Propriedades: 1. Envolvimento volicional no evento ou estado; 2. Sensibilidade e/ou percepção; 3. Causador de evento ou mudança de estado em outro participante; 4. Movimento/manipulação (relativo à posição de outro participante); 5. Existência independente do evento indicado pelo verbo.

Esses traços nos permitem considerar a construção agentiva humana como categoria radial desta rede, já que são os humanos os melhores exemplos de agentes, ou seja, os exemplos prototípicos.

Guardadas as especificidades internas, próprias ao nível analítico em questão – formações lexicais – passamos a utilizar aqui, como categoria analítica fundamental, já anunciada (cf. subseção anterior), o conceito de CONSTRUÇÃO, proposto por Goldberg (1995) para as construções sintáticas (cf. seção 2.6.1). A opção se justifica: construções são um constructo teórico apto a captar a assimetria entre os limites da forma e a amplidão de uma rede conceptual, i.e., construções são sistemas de formas próprias para captar a extensão de significados que vão muito além da forma. É esta assimetria entre forma e significado, de fato, o enigma a ser enfrentado na rede de formações em x-eiro.

Vale um parêntese para lembrar: para Goldberg (1995) as **construções** são um pareamento de *forma* e *sentido*, tomadas como unidades básicas da linguagem. A assumpção do conceito de construção no nível da sintaxe abre caminho para uma revisão das relações entre léxico e sintaxe. Para Salomão (2003:3), existe uma “**indistinção entre léxico e gramática**”: a linguagem é concebida como uma grande **rede construcional**, de tal modo que as unidades construcionais divergem apenas no caráter de sua especificação formal interna”. Nesses termos, o tratamento analítico conferido a construções lexicais como *jardineiro*, *enfermeira*... seria em grande parte, o mesmo dado, por exemplo, a uma construção proverbial do tipo *quem corre, cansa* ou a construções simples como *Pedro beijou Sara*.

Nessa perspectiva, propomos a formalização inicial do processo de integração conceptual de uma construção agentiva prototípica humana, “padeiro”, através de um diagrama semelhante ao proposto por Goldberg, para as construções sintáticas:



PADEIRO

Diagrama 5: formalização de *padeiro*, nos termos de Goldberg (1995).

De acordo com Goldberg, tal formalização representa a **fusão** dos papéis dos *participantes* (R) instanciados na cena em questão: *fazer*, *fazedor*, *feito* com os papéis argumentais semânticos: CAUSAR <agente ação>. Para a autora, as “construções de sentenças simples (para nós, as construções lexicais agentivas) são associadas diretamente com a estrutura semântica que reflete a cena básica da experiência humana (1995:05).”

Em termos semânticos, portanto, temos a seguinte configuração: um **predicado de dois lugares**, ou seja, de **dois argumentos** (X FAZER Y), em que X tem o papel de agente (fundido com o fazedor) e Y o papel de **objeto** (fundido ao feito/pão).

Conforme já explicitado (cf. seção 4.1), a língua dispõe de mais de uma escolha para expressar a estrutura conceptual genérica expressa por essa paráfrase X FAZER Y. Assim, a combinação conceptual desta construção específica, concreta (x-eiro) pode ser expressa lingüisticamente por uma forma analítica (sintática): (1) *João faz/age sobre o jardim* ou por uma forma sintética - a marca morfológica: (2) *jardineiro*.

A escolha pela expressão morfológica implica, como veremos à seção 4.3.1.1, em um espetacular processo de compressão em mescla; uma **compressão de personificação**, ou seja, estamos comprimindo um evento, uma cena, uma micro-narrativa, em seu protagonista – o agente. Assim, na palavra *padeiro*, temos comprimida toda a cena – o agente, a ação, o objeto. Este é um ponto de grande relevo em nosso debate (talvez o nosso melhor achado!) e a ele voltaremos para evidenciar sua relevância.

A construção agentiva humana, posta como categoria radial, prototípica, da rede de construções em x-eiro consiste, portanto, de uma instanciação do esquema genérico (MCI) de construções agentivas proposto na seção 4.1.

4.2.1. A singularidade pragmática

Pragmaticamente, esta construção apresenta traços singulares que valem uma discussão mais demorada.

A rede de construções em –eiro se restringe ao campo semântico-pragmático do *agir, do fazer*, ocupando um lugar dentro de um sistema de distribuição complementar com outras construções agentivas denominais, como –ista e –o. Tal distribuição proposta por Miranda (1979) pode ser assim descrita.

Miranda (1979) analisa, em sua dissertação de mestrado, que trata das relações entre paradigma e produtividade de agentivos deverbais e denominais, uma ocorrência de bloqueio paradigmático entre x-ista, x-o e x-eiro (cf. capítulo 3).

A autora traça uma escala de formalidade do uso de tais sufixos na linguagem e propõe a seguinte escalaridade:

De caráter nitidamente formal, estariam os agentivos do tipo X-o (antropólogo); em seguida viria a regra formadora dos agentivos e X-ista (neurologista) com menor grau de formalidade. Um terceiro lugar vai surgir ainda se tomarmos uma nova regra formadora de agentivos denominais – trata-se da regra de adição do sufixo –eiro de caráter nitidamente informal. (MIRANDA, 1979:84)

Os agentivos em x-ista são divididos em dois grupos: um com características de serem menos concretos e mais formais, como *ecologista*, *ortodontista* e outro com características de serem mais concretos e mais formais como *cartunista* e *surfista*. Os agentivos em x-eiro têm sua produtividade marcada por características por serem mais concretos e menos formais como, por exemplo, *capoteiro* e *motoqueiro*. Assim, no processo de formação lexical, percebe-se uma preferência do falante pelos os agentivos em x-ista para atividades de maior prestígio; enquanto os ofícios de menor prestígio social seriam designados por agentivos em x-eiro. Como aponta Miranda (1979:87), “em termos mais absolutos, as regras x-ista e x-eiro resultam, pois, como definidoras de *status*. Tudo isso resultaria do traço de formalidade que marca apenas um dos sufixos.”

Assim, as profissões ligadas à noção de “fazer” são expressas pelos agentivos em x-eiro, como, por exemplo, *jornaleiro*, *lixeiro*, *pedreiro* e profissões ligadas à noção de “ser especialista” estão vinculadas ao sufixo x-ista, como *jornalista*, *projetista*, *paisagista*.

Mesmo nas funções ligadas à música, a questão da formalidade está marcada: *pianista*, *flautista*, *violinista* são agentivos de instrumentos clássicos, enquanto *violeiro*, *sanfoneiro*, *batuqueiro* são agentivos de instrumentos populares. O uso do sufixo –eiro fora do jogo previsto pelo modelo vai implicar um sentido marcadamente pejorativo ou depreciativo. É o que ocorre se tratarmos um *pianista* por *planeiro*, ou nos exemplos atestados, um *projetista* por *projeteiro*³¹, um *sambista*, um *expert* em samba, por *sambeiro*, que é alguém que não sabe nada de samba.³² Ou ainda, *motociclista* é a pessoa que gosta de andar de moto (tem alto poder aquisitivo), é responsável e conhece a legislação de trânsito, respeitando carros e

³¹ Uma engenheira civil foi contratada para fazer o cálculo estrutural de uma casa. Quando a engenheira entregou o projeto, o contratante percebeu que ela não havia olhado a planta da casa, pois os cálculos foram feitos com base num “cálculo padrão” e não nos moldes específicos da casa. O contratante, então, exclamou: “Ela é uma **projeteira**, isso sim! Incapaz de fazer um projeto simples desse!”

³² Exemplo atestado em diálogo da novela *Celebridade*, Rede Globo (2004).

pessoas; já o *motoqueiro*, além de não conhecer as leis de trânsito, não respeita ninguém, nem vê o motociclismo como *hobby*.³³

A autora lembra ainda que há raras exceções em que o x-ista é usado para funções de menor prestígio, como *balconista*, *frentista*, e o x-eiro para uma profissão de maior valor social, como *engenheiro*³⁴. Majoritariamente, os agentivos em x-eiro estão ligados a noção de **agir** em suas variações ou gamas de sentidos: fazer, cuidar, tocar, etc.

Em suma, a paráfrase para x-ista e x-o, proposta pela autora, seria “**especialista em X**” com a agentividade caracterizada por ser “mais intelectual” e a paráfrase de x-eiro “**que faz algo em relação a X**” com agentividade caracterizada por ser “menos intelectual”.

Tal distribuição entre esses agentivos traduz, a nosso ver, um uso atestado em nosso léxico.

Um exemplo claro dessa distribuição pragmática dos agentivos em x-eiro foi o diálogo construído na cena abaixo ³⁵:

A professora de Biologia de uma escola faz seus estudos de pós-graduação em pesquisas com marimbondos. Os alunos perguntaram à professora se eles poderiam dizer que ela era uma **marimbondeira**. A resposta da professora foi a seguinte:

- Marimbondeira, não! Eu sou bióloga.

Tal diálogo mostra a preferência da professora pelo sufixo x-o, marcado pelo *status* mais elevado dentro das profissões em nosso modelo cultural, e não pelo sufixo x-eiro, que carregaria, nesse caso, um valor negativo, depreciativo .

³³ Exemplo atestado no Programa do Jô, na rede Globo, 2004. O convidado explicava a diferença entre um *motoqueiro* e um *motociclista* (categoria na qual ele se encaixava).

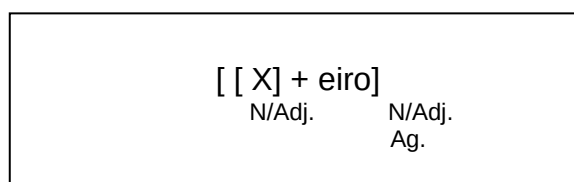
³⁴ No caso de *engenheiro*, vale lembrar o caráter marcadamente “experencial” desta profissão, talvez determinante da escolha do x-eiro. Outro caso seria *banqueiro* tomado no sentido de “dono de banco”.

³⁵ Exemplo atestado por Izabel Teodolina de Jesus, colega do Programa de Pós-Graduação em Letras.

4.2.2 Descrição morfológica

A expressão morfológica dessa cena (agente – ação – objeto) implica uma base nominal (no caso de *padeiro*, o substantivo *pão*) e um sufixo (-eiro) que exprime, em termos sintéticos, o predicado e o argumento principal – o agente.

Morfologicamente, as construções sufixais em x-eiro têm a formação denominal representada abaixo:



Temos, portanto, uma base nominal (adjetivo ou substantivo) que se junta ao sufixo – eiro, dando origem a formações denominais com função prototípica de substantivo, adjetivo ou substantivo e adjetivo, a um só tempo, como ilustram os exemplos abaixo:

Função substantiva:

- (12) O *caminhoneiro* foi seqüestrado.
- (13) O Luiz é *padeiro* do Bahamas.

Função adjetiva:

- (14) Um namorado *caseiro* não é o meu sonho.
- (15) O Pasquale é muito *gramatiqueiro*.

Função adjetiva e substantiva:

- (16) O *traíçoeiro* chegou... vamos ficar quietos! (substantivo)
- (17) Ela teve uma atitude *traíçoeira* e perdeu a confiança de todos. (adjetivo)

Nossa hipótese é de que agentividade em construções adjetivas ou substantivas se estabelece em termos da relação semântico-pragmática de **figura e fundo**: quando a construção é um substantivo, a agentividade é **figura**, quando, no entanto, a construção é um

adjetivo, a agentividade é **fundo**. Tal escolha depende do objetivo comunicativo da enunciação.

É fato, no entanto, que a agentividade das construções em x-eiro se traduz, majoritariamente, em construções substantivas.

4.2.3 Síntese formal e semântico-pragmática da construção agentiva central

O quadro abaixo apresenta, por fim, uma síntese dos esquemas formal, semântico e pragmático definidores da construção central descrita:

Estrutura formal (morfológico)	[[X] eiro] N/Adj. N/Adj. Ag.
Estrutura semântico- pragmática	- Agentivo - X fazer Y onde X é humano - Características predominantes: ter menos <i>status</i> e ser informal.

Não podemos entender tal esquema construcional como condições individualmente **necessárias** e conjuntamente **suficientes** para a definição ou delimitação das formações em x-eiro. Este é o esquema definidor da categoria radial, da construção prototípica que mostra como o núcleo estável de uma categoria se expande em múltiplas significações, sem perder os elos de motivação e herança, garantindo, portanto, a flexibilidade/estabilidade características das redes polissêmicas. Outro aspecto relevante dentro dessa argumentação é o de que uma rede se constrói no sentido ascendente, do particular para o geral – e não ao contrário, definindo a relação de familiaridade entre os membros (SILVA,2001:153-154). Assim, se o protótipo não traduz os traços necessários e suficientes, há características que emergem em certos nós da rede, não estando presentes em outros nós e há mesmo características que comparecem em um só nó.

O quadro abaixo mostra a categorização que pudemos obter dessa construção central agentiva [+ humana] a partir de nossos dados. A significativa variedade de significações apresentadas não traduz, é certo, a totalidade dos sentidos possíveis.

Grupo I – CONSTRUÇÃO CENTRAL (PROTOTÍPICA) – [+ HUMANO]

<u>EXEMPLOS</u> <u>AGENTIVOS</u> <u>(substantivos e/ou adjetivos)</u>	<u>AGENTE:</u> <u>humano</u> agente manipulador- MCI pessoa- submodelo físico- biológico	<u>AÇÃO</u> (VARIAÇÃO EM TORNO DO AGIR, FAZER)	<u>OBJETO</u>
1. padeiro, sapateiro, relojoeiro, lixeiro, leiteiro	Humano	fazer, produzir, cuidar	<u>produto ou matéria</u> : pão, sapato, relógio, lixo, leite
2. doleiro, frizeira, balseiro, charreteiro, sacoleira, mochileiro	Humano	guia, opera, manipula, faz,	<u>instrumento</u> : dólar, freezer, balsa, charrete, sacola, mochila
3. sanfoneiro, gaitero, violeiro	Humano	tocar	<u>instrumento musical</u> : sanfona, gaita, viola
4. vaqueiro, boiadeiro, peixeiro	Humano	cuidar, vende	<u>animal</u> : vaca, boi, peixe
5. açougueiro, fazendeiro, pantaneiro, mineiro	Humano	cuida, opera	<u>local</u> , <u>estabelecimento</u> : açougue, fazenda, pântano, mina
6. faxineiro, manobreiro, guerrilheiro, macumbeiro	Humano	faz	<u>atividade</u> : faxina, manobra, guerrilha. macumba
7. arruaceiro, aventureiro, verdadeiro, mexeriqueiro, arapuqueiro	Humano	faz, provoca, promove	<u>designativo de</u> <u>comportamento</u> : arruaça, aventura, verdade, mexerico
8. mineiro, brasileiro	humano	habita	<u>local</u> (gentílicos): Brasil, Minas Gerais

Alguns exemplos interessantes merecem ser destacados e, em especial, algumas formações metonímicas deste grupo.

A metonímia, de acordo com Lakoff & Johnson (2002[1980]:91), ocorre quando “estamos usando uma entidade para nos referirmos a outra que é relacionada a ela”. A metonímia é um processo cognitivo básico que propicia o entendimento e tem função referencial (cf. subseção 2.4.3.1). No entanto, como observam os autores, os conceitos metonímicos não são, meramente, referenciais, porque tais conceitos permitem que conceptualizemos uma “coisa” por sua relação com outra. Assim, quando usamos a metonímia não estamos, apenas, representando uma entidade em termos de outra, pois esta é uma maneira de organizarmos o modo com agimos e pensamos cotidianamente. Lakoff & Johnson (2002[1980]:96) esclarecem que:

Quando pensamos em *um Picasso*, não estamos pensando apenas em uma obra de arte: mas estamos também pensando na relação dessa obra com o artista, isto é, a sua concepção de arte, sua técnica, seu papel na história da arte, etc. (...) assim, a metonímia do PRODUTOR PELO PRODUTO afeta, ao mesmo tempo, nosso pensamento e nossa ação.

Silva (2003) advoga que metáfora e metonímia são processos que se sobrepõem, que não se excluem, pelo contrário se completam. É o que verificamos nos exemplos que passamos a analisar começando pelo subgrupo 2 do quadro acima.

Na construção SACOLEIRA, por exemplo, para compreendermos seu significado temos que compreender a escolha metonímica da base nominal.

Um conhecimento pragmático explica tal escolha metonímica: dado o **conteúdo** ilegal e variado com o qual tal profissional opera; opta-se pelo **continente** para designar a profissão. A sacola é o *ícone* que designa a profissão/ofício de ser sacoleira (todo). Interessante notar que a existência de palavras como *muambeira*, *contrabandista*, *traficante* não bloqueia tal criação, uma vez que **sacoleira** traz sentidos específicos como trabalho informal, pessoa que atravessa a fronteira com pequeno continente, trazendo mercadorias baratas... **Muambeiro** tem sentido mais negativo socialmente. Criada em um contexto sócio-econômico de profundas desigualdades, a sacoleira é uma forma eufemística que traz um traço de “tolerância” dentro do nosso modelo cultural.

A origem das duas palavras é, curiosamente, a mesma. Metonimicamente, escolhe-se o **continente**, no caso de muambeiro (origem africana - mu’ hamba “carga”, luso-brasileira

espécie de canastra para transporte). Há uma censura social sobre o conteúdo na origem da formação. Hoje muamba passou a designar o **conteúdo** (bras. contrabando), daí a palavra nova “menos forte”, sacoleira, em termos de conteúdo de “contravenção”.

Mochileiro, exemplo do mesmo subgrupo, também é um caso metonímico na rede de construção x-eiro. *Mochileiro* é aquela pessoa que faz viagens, geralmente, baratas e sem conforto, de “mochila nas costas”. A mochila é o ícone usado para construir a base nominal de MOCHILEIRO.

Outro bom exemplo metonímico é **arapuqueiro** que, não é “quem faz arapucas” (armadilha de prender passarinho), e sim aquela pessoa que faz cilada ou que nos coloca em uma cilada. Temos, neste exemplo, uma base metafórica (cilada). Quando dizemos: *caí numa arapuca*, queremos dizer que caímos numa cilada. A base metafórica (concreta) já existe na língua, daí, este exemplo, alinhar-se com outras bases abstratas (verdade, lisonja, palpite...), pertencentes ao subgrupo 7.

Mais casos de metonímia podem ser encontrados no subgrupo 8, que engloba os (poucos) gentílicos encontrados no *corpus*, como *mineiro* e *brasileiro*. Importa ressaltar que estes exemplo, no entanto, são casos diferentes dos mencionados até agora. As construções gentílicas são extensões de sentido de formas em x-eiro já existentes. A projeção metonímica – PARTE PELO TODO – permite que designemos por *mineiros*, *brasileiros* **todos** agentes que nascem em Minas, Brasil e não apenas aquela parte que trabalha em minas extraindo minério ou na extração do pau-brasil (subgrupo 8) são, na verdade, uma ampliação de sentido da categoria. A propriedade de estar concentrado num lugar em que existem muitas minas e mineiros (aquele que trabalha nas minas, subgrupo 8).

Em termos de Langcker (apud SILVA, 2002), o que a metonímia promove é uma “salientação” de domínios: um domínio mais saliente (a parte, isto é, os mineiros) é tomada como referência a um menos saliente (todos que habitam o estado) (cf. subseção 2.4.3.1). Vale ressaltar, que a dimensão do fenômeno metonímico dentro de uma rede metafórica, como x-eiro, pode ser muito mais ampliado que os casos singulares, presentemente, apontados. Dentro dos limites da presente investigação, no entanto, não há como ir mais longe.

Fora do escopo da metonímia, outro grupo que merece ser comentado é o subgrupo 7 que é constituído de construções adjetivas. Todos os exemplos deste grupo, com poucas exceções, possuem um sentido negativo, depreciativo como: *arteiro*, *boateira*, *fuxiqueiro*, *fofoqueiro*, *intrigueiro*, *grosseiro*... A característica negativa parece marcar as propriedades

agentivas deste subgrupo, uma decorrência de características de menos formalidade e pouco *status* e definidoras de toda a rede.

4.2.3 A mescla geradora da construção central

Faremos, na presente subseção, uma descrição da gênese da construção agentiva central (agente humano) utilizando a mesclagem nos termos de Mandelblit (cf. seção 2.6.2). A mesclagem, como um processo cognitivo multidirecional, revela o poder de **compressão** da construção estudada: há compressão de **personificação** que condensa todo o **evento (agente – ação – objeto) em seu protagonista** (MIRANDA, 2004).

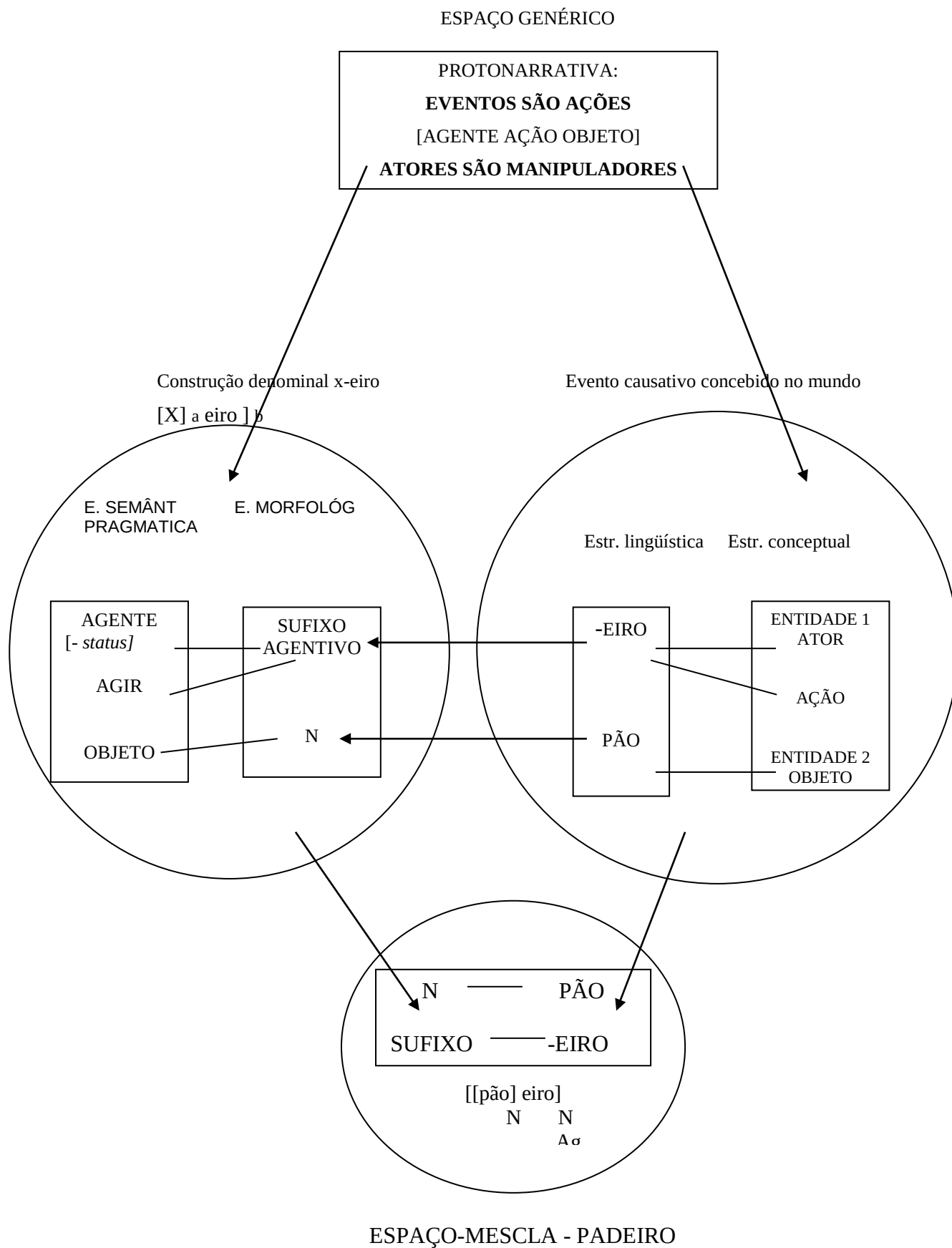


Diagrama 6: Formalização do processo cognitivo de integração conceptual (mesclagem) do item lexical *padeiro*.

No input 1, temos o evento causativo experiencial concebido no mundo e sua contraparte no léxico, como passamos a explicitar. Na estrutura conceptual estão as entidades mais genéricas e os papéis participantes desta cena: um ator, *agente* (“o jogador”) que faz/afeta um *objeto* (o “feito”). Essa cena conceptual é projetada em uma estrutura lingüística. Assim temos o sufixo x-eiro que comprime em sua forma o papel de ATOR/AGENTE e a própria AÇÃO; e o objeto que é o PÃO. Por outro lado, o input 2 representa a estrutura lingüística abstrata, no caso, uma construção morfológica disponível no repertório da língua, com sua estrutura binária: **forma** (estrutura morfológica: [[N]_a [SUFIXO]_b]) e **significado** (estrutura semântico-pragmática: AGENTE – AÇÃO – OBJETO), com a marca pragmática de [-*status*] e [- *formal*].

O esquema genérico é o espaço de homologia entre os inputs 1 e 2. Neste caso, o *frame* ativado por esta construção tem a seguinte base metafórica: EVENTOS SÃO AÇÕES, ATORES SÃO MANIPULADORES.

A estrutura emergente (a mescla) resulta de um belíssimo processo de compressão que cumpre a risca as metas do processo cognitivo de mesclagem – “comprimir para compreender”, reduzindo à escala de compreensão humana (cf. seção 2.6). O que temos, portanto, é uma “historinha” inteira comprimida em seu agente. Talvez possamos ir mais longe sugerindo a hipótese é de que os processos de formação lexical são, de fato, compressões de diferentes “historinhas”. Assim, em nominalizações, como no exemplo abaixo:

(18) O réu **confessou** o crime.

(19) A **confissão** levou-o à prisão.

temos uma anáfora que comprime e recupera em uma palavra a cena anterior que contém “agente – ação – objeto”. Só que o foco da compressão, desta vez, é a AÇÃO e não o AGENTE.

Nas próximas subseções descreveremos alguns dos nós da rede de construções polissêmicas, herdeiras da construção central de agente-humano.

4.3 A metamorfose Categorial

Se vamos passar a análise da rede polissêmica x-eiro, vale, a esta altura, um parêntese para registrar as postulações de Fauconnier e Turner (2002:275-277) a respeito dos processos de expansões categorial que os autores nomeiam como “metamorfoses”, no caso, das palavras.

Citando Damásio (*apud* FAUCONNIER & TURNER, 2002:275) – “as palavras não são diferentes de outros elementos neurobiológicos; elas estão atadas a redes; são ativadas e conectadas a outras redes e assim por diante” – os autores dedicam uma pequena, mas relevante parte de sua reflexão sobre metamorfoses categoriais às palavras e suas múltiplas extensões, afirmando o potencial de projeções das mesmas como o de qualquer outro elemento. Nesses termos postulam que “estender ou modificar o uso de uma palavra não é uma propriedade da palavra *per si*, mas um subproduto de uma operação conceptual e do fato de que palavras são projetadas dos *inputs* para a mescla”. (FAUCONNIER & TURNER, 2002:277).

Tal afirmação nos leva a crer que é possível dar não só às **palavras**, mas também as construções que constituem as redes de formações lexicais, o mesmo trato analítico.

Fauconnier & Turner pontuam quatro princípios básicos que operam na extensão das palavras, permitindo-nos usar palavras existentes para falar de novas categorias:

1. Através de projeções seletivas, expressões do espaço-fonte 1 (ou *input* 1) podem ser projetadas no espaço-mescla. Dessa forma, a mescla aproveita o significado original da palavra para expressar o novo significado que surge também no espaço-mescla. Um exemplo é a palavra “vírus”. Seu significado original está relacionado com a saúde humana, mas foi projetado para outro uso: *o vírus do computador*. Assim, este *output* de mescla, ainda que distinto do significado original, mantém a relação com a origem.

No caso da construção x-eiro há, no espaço-fonte original, a idéia de *agentividade* humana que pode ser projetada na sua contraparte e no espaço-mescla, através da metáfora de personificação, como objeto (cinzeiro), evento da natureza (nevoeiro), estados (bobeira), etc. Assim, o que x-eiro significa neste espaço-mescla não é exatamente o que significa no espaço-fonte original de onde foi projetado. O x-eiro retém o significado de seu input inicial de “agentividade”, mas adquire um novo

significado para selecionar sentidos na mescla de personificação. Os casos selecionados são metafóricos e permanentes.

2. Frequentemente, temos combinações de palavras que, mesmo inapropriadas nos domínios-fonte, tornam-se apropriadas na mescla. Assim, o resultado só faz sentido na mescla a partir do contexto comunicativo. É o que acontece com expressões do tipo “coração partido”, “cara-de-pau” e extensões categoriais como “casamento-do-mesmo-sexo”. Exemplos vistos à seção 4.2.2 (morcegueira, sacoleira, mochileiro) são construções que só pragmaticamente deixam desvelar o sentido como ocorre no princípio 2.
3. Também existem termos que surgem na mescla e não têm aplicação nos inputs. Um exemplo dado por Fauconnier & Turner é o termo “conversa” que emerge na mescla do diálogo hipotético de um filósofo contemporâneo com Kant. Só é possível tal conversa através do processo cognitivo da mesclagem.
4. O uso das palavras se estende através de mesclas, de forma rotineira e invariável, sem que, via de regra, tenhamos consciência disso. Quando emerge, no *output*, um domínio conceptual significativamente diferente (os casos mais espetaculares) do domínio-fonte, notamos tais projeções e as “nomeamos”: desdobramentos, analogia, metáfora, deslocamentos. A polissemia é vista, nestes termos, como um subproduto padrão³⁶ da mescla. Rotineira, mas raramente notada, a polissemia é **resultado** da extensão de sentidos das palavras através de mesclas. O uso de construções lexicais, como x-eiro, se estende, do mesmo modo, de forma rotineira e inconsciente. É o que buscamos evidenciar com o presente estudo.

O que tais princípios reafirmam é a escassez do significante e a conseqüente premissa de que a **variação é a regra**. A forma, como vimos afirmando reiteradamente, suscita o sentido, não o representa. Sistemas lingüísticos não têm sistemas conceptuais análogos, já que sistemas conceptuais são vastos e ricos e sistemas formais são restritos. Sugerimos que o significado de uma construção é um jogo em que o sistema lingüístico pode atuar; representar o significado, porém, **não**.

³⁶ Diferentemente de Goldberg (1995) e Fauconnier (1997), para nós a polissemia é tida como produto da mescla, não como um processo cognitivo.

É assim, portanto, que teoricamente endossamos a hipótese de uma rede polissêmica das construções em x-eiro que, através da metáfora de personificação, atribui agentividade aos objetos, à natureza, etc., expandindo e metamorfoseando tal categoria.

De acordo com o que anunciamos, passamos a descrever tal rede de construções.

É pertinente, no momento, fazermos, ainda, uma consideração a respeito do que estaremos chamando de construções “agentivas”. O agente prototípico, conforme já explicitado, é o agente humano (*padeiro, jardineiro*). Assim, é dessa **agentividade canônica**, (*agente é aquele que faz/age sobre algo*) que os enunciadores têm consciência. Não estaremos afirmando, portanto, que *cinzeiro, bobeira* são agentivos nos mesmos termos que *padeiro* ou *jardineiro*. Desse modo, estaremos reservando o termo “agentivo”, nos termos da tradição analítica, para o grupo I (humano). A agentividade das construções herdeiras (*cinzeiro, laranjeira, bobeira, nevoeiro*) se dá através de um jogo polissêmico constituído sociocognitivamente, de modo rotineiro e inconsciente. Resulta, como veremos a seguir, de projeções metafóricas como **EVENTOS SÃO AÇÕES** e **ATORES SÃO MANIPULADORES**, nos termos descritos por Turner (1996), e da nossa capacidade de pensar metaforicamente, sem que tenhamos, no entanto, consciência disso.

4.3.1 A rede de construções herdeiras

Na presente subseção passamos a descrever algumas das construções herdeiras, mapeando, assim, a rede de construções polissêmicas em x-eiro, desde a construção radial, representada pela construção agente-humano, descrita acima, até as construções ligadas a essa construção central por elos metafóricos.

Nossa hipótese, já anunciada, é de que a construção central marcada pelo traço de **agente humano** motiva a rede de construções herdeiras através do *link* metafórico **EVENTOS SÃO AÇÕES** e **ATORES SÃO MANIPULADORES**. Essa base conceptual metafórica sustenta um certo poder de previsibilidade, apontando a herança possível, mas sem precisar seus limites exatos. Assim é que subgrupos de agentivos em x-eiro projetam-se a partir da **AGENTIVIDADE PROTOTÍPICA** (humano), em um amplo processo de **PERSONIFICAÇÃO** que passa por agentes-objeto, agentes-plantas, agentes-locativo, agentes-fenômeno da natureza, etc.

Nas palavras de Miranda (2004)³⁷

Trata-se de uma ampla rede de PERSONIFICAÇÃO – limitada pelo submodelo do MCI de pessoa físico-biológico e alicerçada pelo amplo espectro do FAZER (agir, manipular, pegar, guardar, proteger, adornar...). A rede se constitui através de um link metafórico que capta a natureza das relações semântico-pragmáticas entre o sentido da construção central e suas extensões. A estrutura formal – morfológica – mantém-se em toda a rede – razão pela qual não é preciso estabelecer a descrição sintática/morfológica de cada extensão – essas especificações são herdadas da construção dominante.

Veremos a seguir as construções agentivas-objeto.

4.3.1.1 As construções agentivas – objeto

As construções herdeiras de agentes-objeto são ligadas cognitivamente à categoria central de agente humano. Uma irradiação polissêmica de base conceptual metafórica nos permite, assim, ligar agentivos como *enfermeira, padeiro, dogueiro...* à *leiteira, cinzeiro...* que são objetos. Esse elo se dá pela nossa capacidade cognitiva singular que é a de fazer projeções parabólicas (TURNER, 1996) e pensar metaforicamente (metáfora de personificação), como descrevemos no capítulo 2 e na subseção anterior.

Como vimos, a **parábola** é um processo mental que combina *história* e *projeção*, sendo, portanto, um mecanismo básico do nosso sistema conceptual. A parábola, como imaginação narrativa, detém um complexo de **objetos, eventos e atores** que são elementos básicos estruturados no nosso conhecimento de história. As parábolas mostram a capacidade da cognição humana de projeções de micro-narrativas em processos múltiplos. Mesmo as sentenças e palavras são histórias, ou seja, são pequenas cenas sobre as quais operam nossas projeções. As histórias básicas são organizadas em uma rede não sendo, portanto, independentes uma das outras, ou seja, um agente é uma unidade em uma rede conceptual da história, assim como um nome ou verbo são construções em uma rede gramatical.

Este é o caminho escolhido no presente estudo para explicar os “agentes-objetos”. Podemos dizer que, partindo da metáfora geradora desta rede de construções (EVENTOS SÃO AÇÕES), o movimento de manipulação exercido por um ator prototípico (ATORES SÃO MANIPULADORES) é projetado em uma história em que o objeto passaria a

³⁷ MIRANDA, N. S. *A gramática das construções na constituição do léxico*. Comunicação proferida na mesa-

manipulador (MIRANDA, 2003). Projetamos parabolicamente animacidade em objetos que viram manipuladores. Assim, teríamos um objeto-agente que guarda o leite (leiteira); a cinza (cinzeiro); a revista (revisteiro); ou faz o sanduíche (sanduicheira); a torrada (torradeira)...

Essa capacidade de delegar características humanas a entidades não-humanas constitui, como vimos, (cf. subseção 2.4.3.1, cap. 2) uma metáfora ontológica de personificação.

Essa construção de agente-objeto pode ser representada no diagrama proposto por GOLDBERG da seguinte maneira:

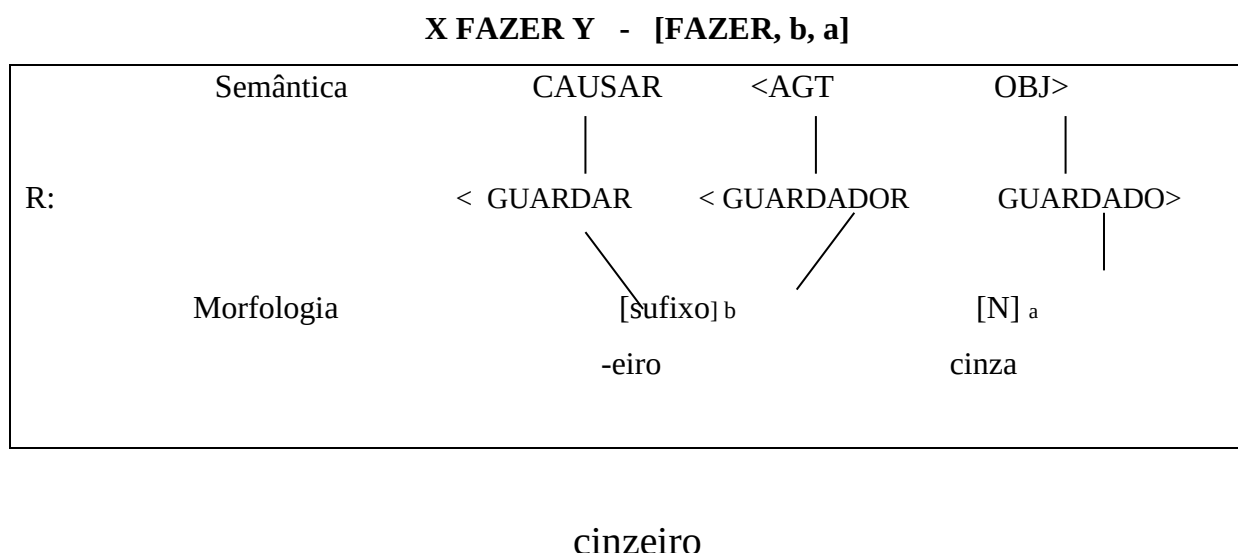


Diagrama 7: Formalização de *cinzeiro*

Nessa formalização, a fusão é feita a partir dos aspectos semântico-pragmáticos e morfológicos. Os papéis participantes, instanciados na cena são representados por guardar, guardador, guardado. A semântica desta construção é X FAZER Y [CAUSAR agente ação objeto]. Morfologicamente, temos o sufixo (eiro) e o nome (cinza). Assim, temos comprimidos no sufixo –eiro GUARDAR e GUARDADOR (agente e ação) e no N (cinza) o GUARDADO, resultando na construção: cinzeiro.

Posta nos termos de um processamento em mescla, a integração conceptual desta construção pode ser representada pelo seguinte diagrama:

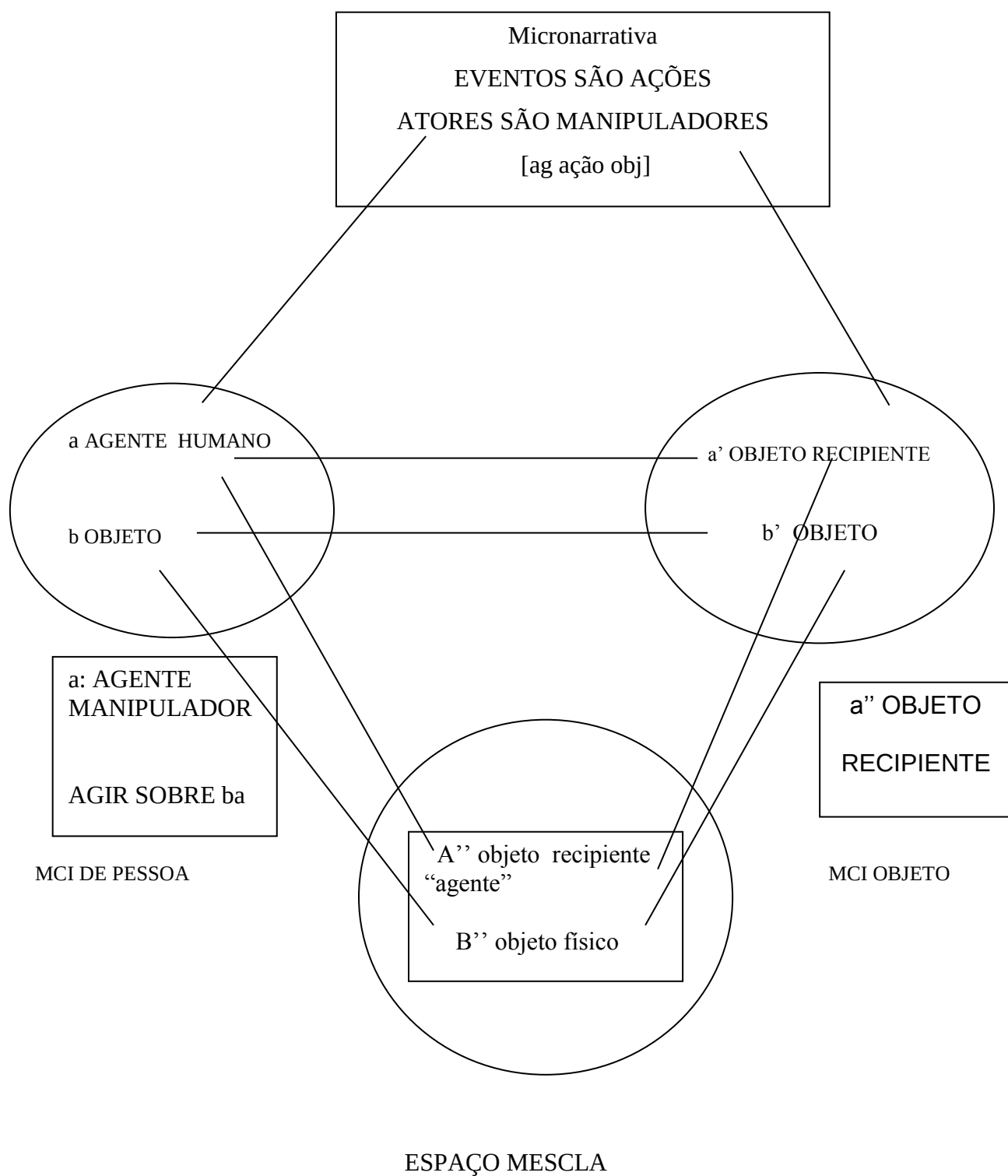


Diagrama 8: Formalização do processo cognitivo de mesclagem de *cinzeiro*

No input 1, temos o agente humano prototípico que é manipulador e age sobre algo (AGENTE AÇÃO OBJETO). No input 2, há um objeto físico a' (cinzeiro) e o objeto b', a cinza. Através da nossa capacidade projetiva, transferimos animacidade de um ator prototípico a um objeto físico recipiente que vira manipulador. Por isso, no espaço genérico temos as metáforas EVENTOS SÃO AÇÕES e ATORES SÃO MANIPULADORES. A mescla emerge da projeção de agentividade no objeto recipiente e da sua personificação, já que o “cinzeiro guarda a cinza”.

As construções herdeiras deste grupo carregam a noção de agentividade e estendem-se por uma ampla rede polissêmica. Temos assim, uma significativa variedade de objetos marcados pela agentividade como mostra o quadro a seguir:

Grupo II - objetos

<u>EXEMPLOS</u> (substantivos)	<u>AGENTE : objeto</u> (extensão metafórica de agente- manipulador- MCI pessoa- submodelo físico- biológico)	<u>AÇÃO</u> (VARIAÇÃO EM TORNO DO AGIR, FAZER)	<u>OBJETO</u>
1. cinzeiro, faqueiro, lixeira, açucareiro	objeto-recipiente	guardar	<u>objeto físico:</u> cinza, faca, lixo, açúcar
2. coleira, pulseira, braçadeira, cotoveleira	objeto-equipamento	adornar, cercar, proteger	<u>parte do corpo:</u> colo, pulso, braço, cotovelo
3. sanduicheira, churrasqueira, pipoqueira, cafeteira	objeto-aparelho	fazer	<u>alimento:</u> sanduíche, churrasco, pipoca, café
4. galinheiro, coelheira, formigueiro	objeto-locativo	“guardar”	<u>animal:</u> galinha, coelho, formiga
5. roseira, goiabeira, guaranazeiro, palmitreiro	objeto-planta	dar, produz	<u>flor/fruta/semente/</u> <u>caule:</u> rosa, goiaba, guaraná, palmito

Observe-se no quadro acima que o verbo que vai preencher a predicação implícita (a paráfrase em questão) é definido pelo enquadre resultante da mescla. Assim temos: *guardar* a cinza (cinzeiro), *dar* laranja (laranjeira), *proteger* a canela (caneleira), *adornar* o pulso (pulseira), etc... Há, portanto, uma integração entre o significado unitário de cada radical-base e o significado que a construção carrega. Destaque-se, por exemplo, as formações objeto-planta (subgrupo 5). A forma como habitualmente expressamos a produção das plantas – *A laranjeira está dando laranja; A roseira já deu rosas; A goiabeira não deu goiaba este ano* – já revela o evento causativo e a atribuição de agentividade às plantas.

O significado que uma construção instanciada, concreta adquire é parte ainda de um jogo pragmático. Há singularidades que não se pode, de forma alguma, prever. **E isto é parte da teoria que estamos assumindo.** Ainda que se postule um MCI da construção, estabilidade e flexibilidade estão em jogo. Não há como deixar de lado o jogo vivo da linguagem, não há como “coisificar a significação, aprisionando-a em um esquema fechado. Nesse sentido, em cada subgrupo e mesmo em cada palavra, podem emergir sentidos singulares para além dos traços de herança postulados pela rede polissêmica.

Como saber, por exemplo, *se chaveiro* é a pessoa que faz a chave ou é o lugar onde fazemos a chave, ou é o objeto em que guardamos a chave? *Bagageiro* é o agente humano ou o objeto? *Lixeira* é a pessoa que cuida do lixo ou é o recipiente em que joga meu lixo? Somente na cena comunicativa, no uso real da linguagem, o significado dessas construções pode, de fato, emergir.

Vale ressaltar ainda que também estamos excluindo de nossas análises as numerosas formações em –deira, indicativas de objeto-máquina, equivalentes femininos de –dor, embora dicionários coloquem tais formações na mesma entrada de x-eiro (Houaiss). A razão dessa exclusão está no fato de terem base verbal; são deverbais e não denominais: bater – batedeira, furar – furadeira, geladeira, enceradeira, empilhadeira... Suspeitamos (não é um hipótese ainda, já que não temos um estudo sobre tais formações deverbais) a existência de uma integração dessas construções, em termos de mescla, com as formações em x-eiro já que carregam as características de menos formalidade e pouco *status*, como evidenciam formações como: lavadeira, arrumadeira, varredeira, faladeira, namoradeira, quebradeira, “dadeira³⁸...”.

³⁸ Exemplo constatado no seguinte diálogo: Mulher, com ciúmes, falando com o marido que ela não era uma dessas **dadeiras** do calçadão.

O quadro abaixo apresenta, por fim, uma síntese dos esquemas formal, semântico e pragmático definidores da construção de agentes-objeto (Grupo II) descrita. Quanto à descrição de *input* e *output* formal, temos **majoritariamente** substantivos. A presença de formações com valor substantivo/adjetivo ou só adjetivo é muito restrita. No input, não temos registro de adjetivos em nosso corpus. Formadores de adjetivos ficaram restritas ao grupo I de agentes-humano.

Estrutura formal (morfológico)	[[X] eiro] N N Ag.
Estrutura semântico- pragmática	- traço metafórico de agentividade, mas não “agentivo” - X fazer Y onde X é [+ objeto] - Características predominantes: pouco <i>status</i> e informal

4.3.1.1.1 Pareamento das formas masculinas e femininas na rede de construções x-eiro

A ocorrência de um pareamento significativo de formas masculinas e femininas na rede de construções x-eiro, vale a presente menção.

Os agentivos humanos, na maioria dos casos, têm seu correspondente feminino da forma masculina, a saber:

- Faxineiro – faxineira
- Enfermeiro – enfermeira
- Blogueiro – blogueira, entre outras...

No entanto, observamos que nem sempre a forma feminina é o correspondente feminino da construção masculina. Em muitos casos, tal pareamento toma outro rumo; a forma feminina é o “objeto” ou “locativo” e a forma masculina “agente humano” prototípico. Vejamos os exemplos encontrados em nosso *corpus*:

HUMANO	OBJETO
Carteiro	Carteira
Churrasqueiro	Churrasqueira

Jardineiro	Jardineira
Leiteiro	Leiteira
Lixeiro	Lixeira
Pipoqueiro	Pipoqueira
Porteiro	Porteira
Queijeiro	Queijeira
Sanduicheiro	Sanduicheira
Sorveteiro	Sorveteira

HUMANO	LOCATIVO
Bolseiro	Bolseira
Baleiro	Baleira
Camiseiro	Camiseira
Calceiro	Calceira
Cimenteiro	Cimenteira
Cervejeiro	Cervejeira
Empreiteiro	Empreiteira
Madereiro	Madereira
Pedreiro	Pedreira
Sucateiro	Sucateira
Sapateiro	Sapateira
Sorveteiro	Sorveteira

Este é um dado instigante que convida a uma incursão mais profunda, o que não realizamos nos limites do presente trabalho. Somos tentados, no entanto, a conjecturar em duas direções. A primeira conjectura vai em direção ao nosso modelo cultural, fortemente, marcado pela suposição de uma superioridade masculina. Não seria estranho, portanto, nesse modelo, associarmos ao gênero gramatical feminino os traços [- humano] e [+ objeto] justificando assim, a escolha do feminino para as construções de objetos-agentes. De fato, os únicos exemplos de objeto e locativo que encontramos no masculino foram *chaveiro* e *bagageiro* que são formas homônimas, designando o agente humano e objeto.

A segunda conjectura, dentro do mesmo modelo cultural, diz respeito à origem mais remota desses ofícios no universo masculino. Primeiro surgiram os *lixeiros*, *pipoqueiros*, *sanducheiros*; estes postos, só mais recentemente, foram ocupados por mulheres.

São apenas conjecturas, não hipóteses. O que os dados nos permitem afirmar é que parece haver um número significativo de formações femininas e masculinas emparelhadas do tipo [+masculino] [+humano] *versus* [+feminino] [+objeto] ou [+locativo].

O ponto mais instigante das construções em x-eiro são, no entanto, formações que expressam **fenômenos** (nevoeiro, geleira...), **atividades** (roubalheira, discurseira) e **estado** (bobeira, leseira...), sobre as quais passamos a falar na próxima subseção.

4.3.1.2 A tensão entre polissemia e homonímia

Nossa hipótese é que construções em x-eiro que expressam fenômenos (nevoeiro, geleira), atividades (roubalheira, discurseira) e estado (bobeira, leseira, cegueira) seriam extensões da mesma rede. A “historinha” projetada neste grupo, contudo, ganha em complexidade, fortalecendo a tensão entre polissemia e homonímia. O quadro abaixo (Grupo III) ilustra tais formações:

GRUPO III

<u>EXEMPLOS</u> (substantivos)	<u>AGENTE :</u> (extensão metafórica de agente- manipulador- MCI pessoa- submodelo físico- biológico)	<u>AÇÃO</u> (VARIAÇÃO EM TORNO DO AGIR, FAZER)	<u>OBJETO</u> negativo, perigoso, maléfico
nevoeiro, aguaceira, buraqueira, lamaceira, fogueira	fenômeno em excesso: névoa, buraco, água, lama, fogo	produz, gera	fenômeno da mesma categoria

roubalheira, bandalheira, berreiro, discurseira	ato negativo e/ou acumulado, contínuo: roubo, berro, discurso	produz	atividade da mesma categoria
bobeira, leseira, doideira, ciúmeira, tonteira, cegueira,	característica/propriedade negativa e/ou em excesso/:bobo, leso, doido, tonto, ciúme, cego	produz	estado / doença da mesma categoria

Como estender o efeito polissêmico a tal grupo?

A opção pela polissemia ocorre porque, assumindo como critério categorizador o efeito prototípico e a noção de rede, nossa hipótese é de que a escolha de –eiro não sinaliza uma simples coincidência de significante, mas um nó da rede mais distante do centro (um membro mais distante da família), mais periférico, e marcado por características singulares. Como já foi dito (cf. seção 4.2.2), uma rede se define pela ascendência, pela relação de familiaridade entre os membros (o protótipo não traduz as características necessárias e suficientes); há características que emergem nos subgrupos e que não estão no protótipo e vice-versa.

No grupo III emergem características como intensidade, abstração, negatividade. A característica negativa tem íntima relação como o modelo cultural manifesto na distribuição do uso dos agentivos. Como descrito (cf. seção 4.2.1 – descrição pragmática) a respeito do agentivos humanos, a construção x-eiro carrega o estigma do FAZER (trabalhos braçais valem menos) dentro da pirâmide social - profissão, tarefa de menor prestígio – acumulando características como baixo *status* e informalidade. X-eiro, na base da pirâmide social, se expande para coisas, animais, plantas e, por fim, para estados (incluindo doenças), atividades e fenômenos. Nesse caso, a característica de informalidade permanece e idéia de baixo *status* se projeta em ações, fenômenos e características marcadamente negativos, malvistas, indesejáveis, maléficos mesmo em alguns casos, como doenças físicas (cegueira, gagueira...) ou sociais (roubalheira, bandalheira). Tal fenômeno já se anuncia no Grupo I, subgrupo 8 em

que os adjetivos assinalam, em sua maioria, propriedades **negativas** aplicáveis aos agentes humanos (arruaceiro, traiçoeiro, desordeiro).

Não encontramos em nosso corpus nenhum caso de *fenômeno*, *ação* ou *estados positivos* com –eiro.

Nesses exemplos há ainda a característica de intensidade. Em nossa hipótese, há, nesses casos, uma compressão, em uma única palavra, de propriedades, ações e fenômenos marcados pela intensidade, pelo excesso e continuidade. Por isso, temos *doideira*, *bobeira*, *gagueira*, *besteira* como efeito, resultado da intensificação/continuidade de suas bases (doido, bobo, gago, besta). REDUZA O MÚLTIPLO AO UNO - esta é uma das metas do processo cognitivo de mesclagem (cf. seção 2.4.3) que aí se cumpre. Tal processo de compressão definidor da mesclagem é, de fato, uma busca de maior eficiência comunicativa. Em outros termos, reduzir ações, fenômenos e estados múltiplos, contínuos, em excesso (*muito roubo*, *muito discurso*, *muito sono*, *muita névoa...*) a uma forma sintética (*roubalheira*, *discurseira*, *soneira*, *nevoeiro*) é um modo de comprimir o múltiplo em uno, facilitando a compreensão.

Este é um fenômeno que põe em relevo a assimetria entre os sistemas conceptual e formal, a complexidade dos processos integração conceptual frente à escassez do significante.

Se tal grupo caminha em direção à homonímia, nossa hipótese é de que ela ainda não se consumou, restando à construção traços que a ligam à família x-eiro. As características de pouca formalidade e baixo *status* motivam a escolha desta construção, ainda que a agentividade, seja conceptualmente menos perceptível, pelo menos no nível consciente. O enfraquecimento de traços e surgimento de outros é algo previsto no conceito de protótipo e rede, presentemente assumidos. Não temos no grupo III um enfraquecimento capaz de eliminar a coerência interna da rede x-eiro, instaurando a cisão completa. E, por outro lado, não vemos como postular, na origem, duas (ou três?) entradas distintas para o sufixo –eiro, optando pelo efeito homonímico para a interpretação dos três grupos aqui analisados.

Consideremos, então, na descrição desta construção, o que se mantém e o que se altera:

Estrutura formal	[[X] eiro] N/Adj N
Estrutura semântico-pragmática	X FAZER Y – Agente ação objeto – formações resultantes são objeto, não agente; efeito, não causa. Característica predominantes: Baixo <i>status</i> ; Informalidade; abstrato intensidade negatividade

Todas as postulações acerca da mente literária e das múltiplas parábolas que projetam propriedades humanas nos mais variados domínios conceituais (metáfora de personificação) nos encorajam a investigar a presença do traço de agentividade neste grupo, embora não nos mesmos termos com que tratamos os agentivos até o momento.

Há uma diferença crucial neste grupo, em relação as outras construções herdadas, que o afasta, de certo modo, da categoria central motivadora da rede.

De fato, a questão é a seguinte: as formações x-eiro (nevoeiro, geleira, bobeira, discurseira) deste grupo são “causa” ou “conseqüência”? Pensando por um lado, temos o seguinte: os outros agentivos em x-eiro funcionam como agentes na proto-narrativa (*cinzeiro* [agente] – *guarda* [ação] – *cinza* [objeto]), neste grupo há, em princípio, uma inversão da “historinha”: o que seria o objeto, nestas construções, funciona como agente (associado ao traço de [+ intensidade]): *muito sono* [agente] *dá* [ação] *soneira* [objeto]; *muito gelo dá geleira*; *muito berro dá berreiro*; *muito cansaço dá canseira*...

Neste caso, que as formações resultantes são “efeito”, ou seja, o nevoeiro não causa névoa; ao contrário, nevoeiro é a conseqüência do acúmulo de névoa.

Por outro lado, nossa hipótese é de que a natureza negativa definidora dos exemplos deste grupo (cegueira, gagueira, manqueira, leseira, bobeira) pode inverter a historinha: os estados negativos é que AGEM sobre o sujeito, como algo que domina, que não se controla, que atua de modo maléfico. Assim, a cegueira age sobre o cego, a gagueira age sobre o gago, a manqueira age sobre o manco, a soneira sobre o sono.

De qualquer modo, as construções deste grupo parecem estar ligadas à categoria radial de agente humano por outros traços mais salientes que não o da agentividade. Traços que também compõem a rede como informal, baixo *status* definem fortemente este grupo, já que não há nele exemplos positivos. No entanto, devido ao exposto acima, não há motivação suficiente para tratar tais construções com homonímias, apesar dos traços prototípicos da rede, neste grupo, estarem mais distantes.

4.3.1.3 Algumas considerações a respeito da produtividade das construções denominais em x-eiro

Mesmo não sendo o foco central de nosso trabalho, apontamos algumas considerações no que tange à produtividade dessas construções.

Nosso *corpus* revela que agentivos humanos além de sua frequência maior de uso, são o grupo mais produtivo da rede x-eiro³⁹ no Português do Brasil. Construções novas, informais surgem recorrentemente, tais como:

- *dogueiro* (pessoa que faz *hot dog*);
- *blogueiro* (pessoa que faz blogue, uma espécie de diário virtual);
- *orkuteiro* (pessoa que tem/gosta do orkut, nova mania da internet);
- *marimbondeira* (que estuda marimbondos);
- *gateiro* (pessoa que gosta de gatos, exemplo atestado na coluna da Danuza Leão, na Folha de São Paulo);
- *micareteiro* (que gosta de micareta);
- *bluseiro* (que toca *blues*);
- *perueiro* (que dirige “perua”, van);
- *xeroqueiro* (que tira xerox);
- *pipeiro* (que solta pipa);
- *timbaleiro* (que gosta/participa da timbalada);
- *metaleiro* (que gosta de *havy metal*);
- *tipeira* (que faz tipo), entre tantas outras.

³⁹ Estamos usando o termo produtividade para exprimir o potencial (maior ou menor) de produção de novas formas de um grupo na língua em termos sincrônicos.

Em uma testagem informal⁴⁰, procuramos avaliar a produtividade de outras construções, como subgrupo, aparentemente, pouco produtivo ou improdutivo de “objeto-recipiente” (grupo II, subgrupo 1 - cinzeiro, lixeira). Parece que há, hoje em dia, uma preferência marcante do falante pelo processo analítico de *composição* ao invés do processo sintético de *derivação*. Assim, formações hipotéticas como *devedezeiro**, *disqueteiro** são, fortemente, rejeitadas em favor de *porta-dvd*, *porta-disquete*. Numerosos exemplos atestam a preferência pelo uso de “porta- x”:

1. porta-lápis
2. porta-treco
3. porta-caneta
4. porta-toalhas
5. porta-fita
6. porta-talher
7. porta-prato
8. porta-copo
9. porta-guardanapo
10. porta-garrafa
11. porta-dinheiro
12. porta-níquel
13. porta-moedas
14. porta-cd
15. porta-dvd
16. porta-disco
17. porta-jóia
18. porta-remédio (de bolsa)
19. porta-disquete
20. porta-lente

⁴⁰ Esta subseção surge como uma resposta a alguns dos questionamentos surgidos durante a apresentação de parte deste trabalho para o grupo de pesquisa *Gramática e Cognição* do programa de Pós-graduação em Letras da UFJF.

Mesmo formações já existentes, como caneteiro, toalheiro são preteridas pelos falantes, principalmente, os mais jovens. Um exemplo interessante, relatado em nosso grupo de estudos por uma de nossas professoras⁴¹, foi o seguinte: tendo indagado à filha de 9 anos sobre a razão de não guardar suas roupas, espalhadas pelo quarto, no *cabideiro*, a filha revelou não ter compreendido o questionamento da mãe. À explicação do sentido de *cabideiro* seguiu-se, então, a escolha lexical da filha: “Ah! O porta-roupa!”.

Essas preferência por formas mais analíticas revela-se também no grupo II, subgrupo 5 (plantas) em que se elege a construção “pé-de-x” (pé-de-amora, pé-de-maracujá) em lugar de x-eiro (amoreira, maracujeira, açazeiro, moranguiera):

- | | |
|-------------------|-----------------------|
| 1. pé-de-maracujá | 5. pé-de-café |
| 2. pé-de-morango | 6. pé-de-amora |
| 3. pé-de-acerola | 7. pé-de-laranja-lima |
| 4. pé-de-açaí | 8. pé-de-romã |

Em relação ao grupo III, vale ressaltar o potencial de produtividade em formações facilmente aceitas, como “estresseira”, “estafeira”.

Em termos mais amplos, conforme já assinalamos (cf. subseção 3.2.1 e 4.2.1), os agentivos denominais x-eiro apresentam uma distribuição complementar, em termos de função semântico-pragmática, com as formações x-ista e x-o (relação escalar de *status*/formalidade).

Basílio (1977) e Miranda (1979) atribuem tal distribuição a um Bloqueio de caráter paradigmático, que explicam as condições de produção dessas formações. Goldberg, na Teoria da Gramática das Construções, postula princípios psicológicos que governam as relações entre construções (cf. subseção 2.5.1). Dentre os princípios elencados, temos os Princípio da Expressividade Maximizada (o repertório de construções é maximizado de modo a atender as necessidades comunicativas) e o Princípio de Economia Maximizada (o repertório de construções não excederá as necessidades comunicativas).

De fato, as duas postulações não são excludentes, o bloqueio paradigmático é um **efeito** dos princípios psicológicos postos por Goldberg ou, em outros termos, tal relação de bloqueio é cognitiva e pragmaticamente motivada.

4.4. Considerações finais

⁴¹ Caso relatado e vivido pela Profa. Dra. Cristina Name.

Rechaçando a Hipótese Forte da Composicionalidade, apostamos numa análise que sustentasse a concomitância dos processos de composicionalidade fraca e a multidirecionalidade da integração formal e conceptual das construções em x-eiro.

Muitas questões, é certo, estão em aberto e ainda nos intrigam devido à complexidade da rede estudada. Como esclarecido anteriormente, nossas análises buscaram evidenciar a hipótese de que a polissemia da rede de construções x-eiro se dá através da expansão da categoria radial do protoagente (jardineiro, padeiro, etc.) em múltiplas projeções metafóricas como objetos, locativo, plantas, estados, atividades, etc. Essas projeções são fruto de um jogo polissêmico constituído sociocognitivamente e, por isso mesmo, o falante não tem consciência dessa agentividade, como o tem no caso dos agentivos humanos. Portanto, não podemos afirmar que *cinzeiro*, *pessegueiro*...são agentivos nos mesmos termos que *padeiro*, *jardineiro*. Assim, a categoria AGENTIVO, nos termos definidos pela tradição analítica, só pode ser empregada, de fato, para o grupo I (humano).

5. CONCLUSÃO

“A coisa não está nem na partida e nem na chegada, mas na travessia.”

Guimarães Rosa

O desafio de tomar o léxico como matéria investigativa, após meio século da acentuada hegemonia da sintaxe, tem seu preço. Ainda mais quando se busca, nesse campo, imprimir nova perspectiva epistemológica, contrapondo-se à tradição formalista.

A primeira dificuldade decorre do fato de o novo paradigma da Lingüística Cognitiva, aqui assumido, buscar se afirmar exatamente a partir das questões mal resolvidas ou abandonadas pelo cognitivismo chomskiano, qual seja, o campo da integração conceptual da **frase**.

As evidências analíticas, via de regra, se estabelecem neste nível. É assim na Teoria dos Espaços Mentais, incluindo a Mesclagem; é assim na Teoria da Gramática das Construções. Goldberg (1995) afirma, de modo explícito, a continuidade essencial entre léxico e sintaxe, postulando sua organização em termos de redes de construções. Mas, é apenas na sintaxe que desenvolve suas evidências, tratando as construções argumentais do Inglês.

Assim é que, ante a escassez da bibliografia específica sobre o léxico em Lingüística Cognitiva (em relação aos estudos do léxico do Português do Brasil, com tal viés, não encontramos nenhuma referência), tivemos que ter a ousadia de fazer “a ponte”, estendendo ao léxico constructos teóricos que vêm sendo usados nas análises da frase. Acreditamos ser a melhor contribuição desta dissertação. Ainda que reconheçamos que lacunas ficaram por ser preenchidas, dadas as especificidades internas do sistema morfológico e a complexidade do objeto eleito, pudemos evidenciar a aplicabilidade do conceito de **construção** no campo da integração conceptual do léxico. Nesse enquadre, as formações x-eiro receberam um tratamento analítico unificado, assegurado pela afirmação de uma rede de construções polissêmicas, motivada por elos metafóricos de personificação. As conclusões a que pudemos chegar, dentro dos limites de nossa análise, são as seguintes:

- (i) A rede de construções denominais agentivas em x-eiro tem como núcleo as construções agente-humano (grupo I), motivadora das construções herdeiras através dos *links* metafóricos EVENTOS SÃO AÇÕES e ATORES SÃO MANIPULADORES;
- (ii) A partir da construção prototípica central (agente humano) projetamos agentividade, num complexo processo de compressão de personificação, em agentes-objeto de

diferentes naturezas (instrumento, recipiente, equipamento, locativo, vegetal, etc.) (grupo II);

- (iii) As construções agentivas do grupo III, que expressam fenômenos, atividades e estado, são também extensão dessa rede. No entanto, a parábola, neste caso, vai mais longe. A irradiação metafórica de tais construções é posta em outros termos: enquanto a herança de agentividade parece menos saliente, características como baixo *status* e informalidade ganham força, traduzindo-se, parabolicamente, em estados, atividades e fenômenos negativos. Características como intensidade e abstração emergem, afastando os laços de familiaridade do centro prototípico. A tensão homonímia e polissemia se acentua neste grupo, mas nossas análises nos autorizam a manter a hipótese de uma só rede polissêmica de construções x-eiro.

Um achado, a nosso ver, bastante significativo, em nossas análises foi a compreensão da metáfora personificação, já descrita por Lakoff & Johnson (1980), dentro da sua teoria da metáfora conceptual, em termos de processamento multidirecional de **mescla**. Nesse enquadre, podemos redesenhar este constructo no léxico, em termos de um espetacular processo de **compressão de personificação**, ou seja, a agentividade metafórica consiste em uma expressão sintética, uma compressão, de uma micro-história (AGENTE – AÇÃO – OBJETO) em seu papel principal – o AGENTE. Assim, é que em *sanfoneiro* temos comprimido toda a historinha experiencial de agentes manipuladores (X que toca Y).

No cômputo geral, acreditamos ter lançado um olhar investigativo “responsável” sobre as formações agentivas denominais x-eiro do Português do Brasil. Conforme já explicitado à Introdução, esta dissertação está inserida em um projeto investigativo maior sobre os formações de agentividade no léxico do PB. Duas dissertações sobre tal objeto estão em curso, neste momento, (formação denominal em x-ista e formações deverbais em x-dor e x-nte) em nosso Programa para as quais esperamos estar emprestando uma significativa contribuição. Os acréscimos e os contra-exemplos virão. As pesquisas no léxico sempre se deparam com aquela “palavrinha” resistente, levantada por um colega para quem apresentamos, entusiasticamente, nossos achados conclusivos. Acontece que, **até certo ponto**, estamos protegidos dessa “surpresa”. Nossas análises emprestam ao centro e à periferia o mesmo olhar, partindo da postulação de que a variação é a regra”.

Nos mesmos termos, os procedimentos de validação postos a serviço de uma Lingüística que pensa a linguagem como prática social e interacional e postula a origem

sociocultural da cognição e da linguagem, divergem dos procedimentos de verificação da “verdade”, divergem nos critérios do chamado rigor científico nos termos formalistas. Se abrimos mão de procedimentos algorítmicos no trato da questão da integração conceptual/formal, substituindo a noção de geratividade que prevê controle de resultados (transparência e previsibilidade), pela noção de motivação e herança, sabemos que há um limite de previsibilidade, sabemos o que não pode acontecer, mas não exatamente o limite dos processos de integração entre significados e formas. Assim, está longe de nós a pretensão de esgotamento na configuração da complexa rede agentiva aqui estudada. O ganho maior que obtive neste trabalho foi, exatamente, o aprendizado “duro” da pesquisa que me habilita a ir em frente. É uma travessia guiada por uma crença forte na força imaginativa, no caráter cultural e interacional do pensamento e da linguagem, tem mais atrativos do que o caminhos tantas vezes percorrido pelos lingüistas em busca de camadas de formas ocultas sob camadas de outras formas. Como aponta a epígrafe da nossa conclusão: *“a coisa não está nem na partida e nem na chegada, mas na travessia”*.

ANEXO

1º GRUPO	AGENTE HUMANO	ofício, profissão
		adjetivos
		gentílicos
2º GRUPO	OBJETOS	recipiente
		aparelho
		equipamento(de adorno, proteção)
		locativo
		árvores
3º GRUPO	ATIVIDADES	fenômenos acumulados
		coisas acumuladas
		atividades acumuladas
		estados acumulados

1º GRUPO – AGENTE HUMANO

1.1 Agente humano canônico

1. açougue – açougueiro
2. arco – arqueiro
3. arma – armeiro
4. artilharia – artilheiro
5. arraia – arraieiro (pessoa que pesca arraia com a arraieira)
6. bagagem – bagageiro
7. balsa – balseiro
8. banco – banqueiro
9. barba – barbeiro
10. barco – barqueiro
11. batuque – batuqueiro
12. jogo do bicho – bicheiro
13. batel – bateleiro (que governa um batel (barco))
14. bicicleta – bicicleteiro
15. bilhete – bilheteiro
16. blog – blogueiro
17. blues – bluseiro
18. bola – boleiro
19. bomba – bombeiro
20. borracha – borracheiro
21. boi – boiadeiro
22. cabelo – cabeleireiro
23. cabine – cabineiro
24. cachaça – cachaceiro
25. cadeira – cadereiro
26. caixa – caixeiro
27. caixa – caixoteiro
28. calça – calceiro
29. caminhão – caminhoneiro
30. cárcere – carcereiro
31. carreta – carreteiro
32. carroça – carroceiro
33. carvão – carvoeiro
34. cantina – cantineiro
35. carta – carteiro
36. casa – caseiro
37. carpinteiro “direto do lat. *carpentarius*, ‘construtor, carpinteiro de carros, carruagens’”
38. cavalo – cavaleiro
39. confeito – confeiteiro
40. copa – copeiro
41. cocho – cocheiro
42. caldo – caldeiro
43. charrete – charreteiro
44. chave – chaveiro
45. churrasco – churrasqueiro
46. cocho – cocheiro
47. craque – craqueiro
48. doce – doceira
49. dólar – doleiro
50. empreitada – empreiteiro
51. enfermo – enfermeiro
52. escudo – escudeiro
53. escoteiro “el. **escot(e)*, trad. do ing. *scout*, de *boy scout* ‘menino esculca’, + *-eiro*”
54. farol – faroleiro
55. fazenda – fazendeiro
56. faxina – faxineiro

57. flor – floreira
58. ferro – ferreiro
59. forró – forrozeiro
60. funk – fanqueiro
61. funil – funileiro
62. fuzil – fuzileiro
63. grileiro “rad. de *grilar* 'criar títulos falsos de propriedade de terra' + *-eiro*”
64. gol – goleiro
65. gôndola – gondoleiro
66. grafite – grafiteiro
67. granja – granjeiro
68. garrafa – garrafeiro
69. herança – herdeiro
70. hot dog – dogueiro
71. hotel – hoteleiro
72. *house* – houseira
73. jangada – jangadeiro
74. jardim – jardineiro
75. jóia – joalheiro
76. jornal – jornaleiro
77. lanche – lancheiro
78. lança – lanceiro
79. lanternagem – lanterneiro
80. leilão – leiloeiro
81. livro – livreiro
82. macumba - macumbeira
83. madeira – madeireiro
84. manobra – manobreiro
85. mar – marinheiro
86. marimbondo – marimbondeira
87. marmita – marmiteiro
88. marcenaria – marceneiro
89. marketing – marqueteiro
90. mensagem – mensageiro
91. (havy) metal– metaleiro
92. micro – micreiro
93. mina – mineiro
94. micareta – micareteiro
95. moto – motoqueiro
96. mochila – mochileiro
97. muamba – muambeiro
98. orkut – orkuteiro
99. “ola” – oleiro “do latim olla ‘panela de barro’”
100. olho – olheiro
101. pagode – pagodeiro
102. parto – parteira
103. pão – padeiro
104. passarinho – passarinho
105. pasto – pastoreiro
106. pastel – pasteiro
107. patrulha – patrulheiro
108. pelada – peladeiro
109. pedra – pedreiro
110. pipoca – pipoqueiro
111. pistola – pistoleiro
112. porta – porteiro
113. perua – perueiro
114. pesca – pesqueiro
115. peixe – peixeiro
116. pipa – pipeiro
117. quitanda – quitandeiro
118. quitute – quituteiro
119. queijo – queijeiro
120. rancho – rancheiro
121. relógio – relojoeiro
122. romaria – romeiro
123. serralheiro “lat.vulg. *serraculum* 'fechadura' + *-eiro*”

- 124. sacola – sacoleira
- 125. samba – sambeira
- 126. sucata – sucateiro
- 127. tapete – tapeteiro
- 128. tesouro – tesoureiro
- 129. tipo – tipeira
- 130. timbalada – timbaleiro

- 131. tintura – tintureiro
- 132. treino – treineiro
- 133. torno – torneiro (mecânico)
- 134. touro – toureiro
- 135. usina – usineiro
- 136. vaca – vaqueiro
- 137. xerox – xeroqueiro

1.2 Formadores de adjetivos

- 1. arte – arteiro
- 2. arruaça – arruaceiro
- 3. alcova – alcoviteira
- 4. aventura – aventureiro
- 5. bagunça – bagunceiro
- 6. bando – bandoleiro
- 7. barraco – barraqueiro
- 8. beijo – beijoqueiro
- 9. bisbilhoteiro “do italiano *bisbigliatore* 'id.', fonte de um rad. vern. *bisbilhot-* que serve de base para a criação do voc. *bisbilhot-* + *-eiro*,”
- 10. brejo – brejeiro
- 11. bolo (dar bolo) – boleiro
- 12. calote – caloteiro
- 13. cangaço – cangaceiro
- 14. caro – careiro
- 15. casa – caseiro
- 16. casamento – casamenteiro
- 17. certo – certezairo
- 18. cerveja – cervejeiro
- 19. companhia – companheiro
- 20. cortiço – corticeira
- 21. costa – costeiro
- 22. cura – curandeiro
- 23. dama – cavalheiro

- 24. desordem – desordeiro
- 25. eng. de produção – produteiro
- 26. encrenca – encrenqueiro
- 27. faniquito – faniquiteiro
- 28. farofa – farofeiro
- 29. fofoca – fofoqueiro
- 30. forasteiro “cat. *foraster*, provavelmente. pelo espanhol. *Forastero*”
- 31. festa – festeiro
- 32. “frango” – frangueiro
- 33. fuxico – fuxiqueiro
- 34. gato – gateiro (coluna da Danuza Leão, Folha de São Paulo)
- 35. gramática – gramatiqueiro
- 36. grosso – grosseiro
- 37. guerra – guerreiro
- 38. hospitalidade – hospitaleiro
- 39. interesse – interesseiro
- 40. intriga – intrigueiro
- 41. justiça – justiceiro
- 42. lisonja – lisonjeiro
- 43. lorota – loroteiro
- 44. maconha – maconheiro
- 45. maloca – maloqueiro
- 46. marmota – marmoteiro

47. mexerico - mexeriqueiro

48. novela – noveleiro

49. obra - obreiro

50. ordem – ordeiro

51. par – parceiro

52. palpite – palpiteiro

53. peido – peidoreiro

54. pesca – pesqueiro (navio)

55. prisão – prisioneiro

56. rotina – rotineiro

57. rua – rueira

58. solto – solteiro

59. traição – traiçoeiro

60. trambique – trambiqueiro

1.3 Gentílicos/ origem

1. Brasil - brasileiro

2. Campinas - campineiro

3. Minas Gerais - mineiro

4. Pantanal – pantaneiro

5. Rondônia – rondoneiro

6. Santista - Caranguejeiro (uso pejorativo para Santista)

2º GRUPO - OBJETOS

2.1 Objeto (recipiente)

- | | |
|----------------------------|-----------------------------|
| 1. agulha – agulheiro | 25. fralda – fraldeiro |
| 2. açúcar – açucareiro | 26. gravata – gravateiro |
| 3. alfinete – alfineteira | 27. gaveta – gaveteiro |
| 4. azeitona – azeitoneira | 28. gelo – geleiro |
| 5. bagagem – bagageiro | 29. gelo – geladeira |
| 6. bala – baleiro/a | 30. leite – leiteira |
| 7. biscoito – biscoiteira | 31. lixo – lixeira |
| 8. bolsa – bolseiro | 32. maionese – maioseneira |
| 9. calça – calceiro/a | 33. mama – mamadeira |
| 10. camisa – camiseiro/a | 34. manteiga – manteigueira |
| 11. caneta – caneteiro | 35. merenda – merendeira |
| 12. charuto – charuteira | 36. molho – molheira |
| 13. cinza – cinzeiro | 37. panela – panelheiro |
| 14. café – cafeteira | 38. palito – paliteiro |
| 15. caldo – caldeira | 39. papel – papeleiro |
| 16. chá – chaleira | 40. pimenta – pimenteira |
| 17. chapéu – chapeleira | 41. revista – revisteiro |
| 18. cigarro – cigarreira | 42. sabonete – saboneteira |
| 19. compota – compoteira | 43. sal – saleiro |
| 20. cristais – cristaleira | 44. salada – saladeira |
| 21. disco – disqueteira | 45. sapato – sapateira |
| 22. frasco – frasqueira | 46. sopa – sopeira |
| 23. farinha – farinheira | 47. tinta – tinteiro |
| 24. fruta – fruteira | 48. queijo – queijeira |

2.2 Objeto aparelho

- | | |
|---|----------------------------|
| 1. anel – aneleira | 4. carta – carteira |
| 2. arraia – arraieira (rede de pescar arraia) | 5. chave – chaveiro |
| 3. banho – banheira | 6. chocolate- chocolateira |

7. chuva – chuveiro
8. churrasco – churrasqueira
9. cabide – cabideiro
10. faca – faqueiro
11. fogo – fogareiro
12. fritura – frigideira
13. forca – enforcadeira
14. jardim – jardineira
15. letra – letreiro
16. lápis – lapiseira
17. misto – misteira
18. molho – molheira
19. nado – nadadeira
20. peixe – peixeira (faca de cortar peixe)

21. prato – prateleira
22. pedra – pedreira
23. pipoca – pipoqueira
24. pito – piteira
25. pingo – pingadeira
26. ponta – ponteiro
27. rato – ratoeira
28. sanduíche – sanduicheira
29. sorvete – sorveteira
30. sucata – sucateira
31. torrada – torradeira
32. tocha – tocheiro
33. vela – veleiro
34. yogurt – Yogurteira

2.3 Objeto-equipamento (de adorno/proteção)

1. braço – braçadeira
2. cabeça – cabeceira
3. canela – caneleira
4. chute – chuteira
5. colar – coleira
6. cotovelo – cotoveleira
7. dedo – dedeira
8. joelho – joelheira

9. mosquito – mosquiteira
10. munheca – munhequeira
11. perna – perneira
12. porta – porteira
13. pulso – pulseira
14. ombro – ombreira
15. “tauba” – taubeira
16. tornozelo – tornozeleira

2.4 Locativo

1. diante – dianteira
2. trás – traseira
3. banho – banheiro
4. claro – clareira
5. canto – canteiro

6. cativo – cativo “1. qualidade ou estado de quem se acha cativo. 2 lugar em que alguém se encontra cativo; prisão, clausura.”
7. carvão – carvoeira
8. cimento – cimenteira
9. coche – cocheira
10. coelho – coelheira

11. cupim – cupinzeiro
12. empreitada – empreiteira
13. formiga – formigueiro
14. fraude – fraldeiro
15. galinha – galinheiro
16. lagarta – lagarteiro
17. madeira – madeira
18. minhoca – minhoqueiro
19. palha – palheiro

20. pedra – pedreira
21. petróleo – petroleiro
22. puta – puteiro
23. sombra – sombreiro
24. sucata – sucateira
25. terra – terreiro
26. vespa – vespeiro

2.5 Vegetal

1. abacate – abacateiro
2. açaí – açaizeiro
3. araçá – araçazeiro
4. ameixa – ameixeira
5. amendoim – amendoeira
6. amora – moreira
7. banana – bananeira
8. cacau – cacauzeiro
9. café – cafeeiro
10. cajá – cajazeiro
11. caju – cajueiro
12. carambola – caramboleira
13. caqui – caquizeiro
14. cereja – cerejeira
15. figo – figueira
16. goiaba – goiabeira
17. guaraná – guaranazeiro
18. jabuticaba – jaboticabeira
19. jaca – jaqueira
20. laranja – laranjeira

21. lima – limeira
22. limão – limoeiro
23. maçã – macieira
24. mamão – mamoeiro
25. manga – mangueira
26. mexerica – mexeriqueira
27. noz – noqueira
28. romã – romãzeira
29. rosa – roseira
30. oliva – oliveira
31. paina – paineira
32. palmito – palmeira
33. pêra – pereira
34. pêssago – pessegueiro
35. pimenta – pimenteiro
36. pinha – pinheiro
37. pitanga – pitangueira
38. quaresma – quaresmeira
39. toranja – toranjeira

GRUPO 3 – ATIVIDADES

3.1 Fenômenos acumulados

- | | |
|-----------------------|-----------------------------|
| 1. água – aguaceiro | 6. gota – goteira |
| 2. brasa – braseiro | 7. lama – lameiro/lamaceira |
| 3. fogo – fogueira | 8. névoa – nevoeiro |
| 4. fumaça – fumaceira | 9. pó – poeira |
| 5. gelo – geleira | 10. sol – soleira |

3.2 Coisas acumuladas

- | | |
|----------------------------|---------------------------|
| 1. barranco – barranqueira | 4. esterco – esterqueira |
| 2. buraco – buraqueira | 5. estrume – estrumeira |
| 3. cabelo – cabeleira | 6. montanha – montanheira |

3.3 Estados acumulados

- | | |
|----------------------------|---|
| 1. asno – asneira | 15. estafa – estafeira |
| 2. bagaço – bagaceira | 16. estresse – estresseira |
| 3. bagunça – bagunceira | 17. fígado – figadeira |
| 4. bambo – bambeira | 18. frio – frieira “inflamação cutânea, de cor arroxeada, dolorosa, acompanhada às vezes de bolhas e rachaduras, causada pela exposição do organismo ao frio” |
| 5. besta – besteira | 19. gago – gagueira |
| 6. bicho – bicheira | 20. leso – leseira |
| 7. bobo – bobeira | 21. lombo- lombeira “Derivação: por extensão de sentido. Regionalismo: Brasil, Portugal. Uso: informal, estado sonolento; sonolência, modorra” |
| 8. cansaço – canseira | 22. manco – maqueira |
| 9. cego – cegueira | 23. meleca – melequeira |
| 10. choro – choradeira | 24. morcego – morcegueira |
| 11. ciúmes – ciumeira | |
| 12. desgraça – desgraceira | |
| 13. doido – doideira | |
| 14. doença – doenceira | |

25. nojo – nojeira

26. olho – olheira

27. pé – peeira

28. piolho – piolheira

29. sono – soneira

30. tonto – tonteira

3.4 Atividades acumuladas

1. bando – bandalheira

2. barulho – barulheira

3. berro – berreiro

4. bebida – bebedeira

5. borracha – borracheira (bobagem)

6. bobagem – bobageira/baboseira

7. bordo - bordoeira “rad. desnasalizado de

¹*bordão* sob. a f. *bordo-* + *-eira*”

8. discurso – discurseira

9. ladrão – ladroeira

10. monte – montoeira

11. ralo – raleira

12. zoadá – zoadeira

13. roubo – roubalheira

Observação: As observações etimológicas, feitas em algumas palavras, foram retiradas do Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. L. *Português: volume único*. São Paulo: Editora Moderna, 2000.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1975 [1962].
- BASÍLIO, Margarida. *O princípio da analogia na constituição do léxico*. Veredas, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 1, no. 1, 1997.
- _____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições*. Veredas, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 4, no. 2, 2000.
- CEGALLA. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional. 32.ed. 1989.
- CEREJA; MAGALHÃES. *Gramática reflexiva*. São Paulo: Atual Editora, 1999.
- CHOMSKY, N. *Aspectos da Teoria da Linguagem*. Trad. Meirelles, J. A. & Raposo, Ed. Coimbra, Portugal. Título original *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Massachussetts, 1965.
- CLARK, H. H. *Using Language*, Cambridge: Cambridge University Press. In: Cadernos de Tradução, Porto Alegre, no. 9 p. 49-69, 2000 [1996].
- CUNHA, C. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Alves, 1970.
- CYRANKA, L. F. M. & SOUZA, V. P. *Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos*. 6. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004.
- DURANTI, A., GOODWIN, C. (eds). *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- FARACO; MOURA. *Gramática*. São Paulo: Ática. 12 ed., 2000.
- FARIA, I. H. et alli (org.). *Introdução à Lingüística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, s.d.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- _____. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, G; TURNER, M. *Conceptual Integration Networks*. In *Cognitive Science*, 22(2),133-187, 1998.

_____. *Polysemy and Conceptual Blending*. Disponível em www.wam.umd.edu.com, 2002.

_____. *The way we think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002. pp. 3-15 e 275-277.

FERNANDINO, M. H. *As expressões Comparativas Hiperbólicas Idiomáticas: uma abordagem sociocognitivista*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2003.

FILLMORE, C. *Innocence: a second idealization for linguistics*. University of California at Berkeley , 1979 (mimeo).

_____. *On Grammatical Constructions*. Berkeley: University of California, 1988.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix, 1978.

GOFFMAN, E. *A situação negligenciada*. In Ribeiro B. T. & Gracez, P. (orgs). *Sociolingüística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998.

GOLDBERG, A. E. *Construction: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago and London: The University Chicago Press, 1995.

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B., GARCEZ, P.M. (orgs.). *Sociolingüística interacional* . Porto Alegre: AGE, 1998[1982].

HOUAISS A. *Dicionário Houaiss da língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

ILARI, R. & GERALDI. *Introdução a semântica*. Ática: São Paulo, 1990.

ILARI, R. *Introdução à semântica*. São Paulo: Contexto, 2001.

INFANTE. *Curso de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 1995.

JESUS, I. T. *As construções condicionais universais proverbiais: uma abordagem sociocognitiva*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things. what categories reveal about the mind*. Chicago: The University Chicago Press, 1987.

_____; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo, Mercado de Letras, 2002.

_____. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: The Basic Books, 1999.

LAROCA, M. N, de C. *Manual de morfologia do português*. 3. ed. Ver. E amp. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.

MANDELBLIT, N. *Grammatical Blending: creative and schematic aspects in sentence processing and translation*. San Diego: University of Califórnia, 1997. (tese de doutorado)

MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia: Dos pré socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

MARTINS, H. F. *Metáfora e polissemia no estudo das línguas do mundo: uma aproximação não representacionista*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1999. (Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

_____. *Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein*. In Veredas, v.4, n. 2 – jul/dez –2000, pp. 19-42.

_____. *Anotações de curso: Semântica e Gramática e Cognição*, 2001, 2002.

_____. *Fundamentos de Lingüística Cognitiva 1: Experiencialismo*. Manuscrito, 2001.

MIRA MATEUS, M. H. et. al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Ed. Caminho. Lisboa, 1989.

MIRANDA, N. S. *Agentivos deverbais e denominais: um estudo da produtividade lexical*. RJ: UFRJ, 1979. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais*. In Veredas, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 3, 1999.

_____. *A Configuração das Arenas Comunicativas no Discurso Institucional: professores versus professores*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. (Tese de Doutorado).

_____. Projeto de pesquisa CNPq: *A Gramática das construções na constituição do léxico*, UFJF, 2003.

_____. *A Gramática das Construções da constituição do léxico*. In. II Conferência de Lingüística e Cognição, UFJF, abril de 2004.

_____. *Anotações de curso: Tópicos avançados em Cognição e Gramática e Cognição*, 2001, 2002.

MOURA NEVES, M. H. *Gramática de usos do Português*, São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MUSSALIM, F.; BENTES A. C. (orgs.) *Introdução a Lingüística: domínios e fronteiras*, v. 2, 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NICOLA; INFANTE. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Scipione, 1991.

PINKER, S. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

PLATÃO. *Diálogos*. Tradução Carlos Alberto Nunes, Belém: Ed. Univ. do Pará.

REDDY, M. *The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language*. In *Cadernos de Tradução*, no. 9, Porto Alegre, 2000 [1979].

ROCHA, L. C. A. *Estruturas morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SADOCK, J. M. *Figurative speech and linguistics*. In: ORTONY, A (org): 1993.

SAEED, J. *Semantics*. Oxford: Blackwell, 1997.

SALOMÃO, M. M. M. *Construções no Português do Brasil: integração conceptual na sintaxe e no léxico*. Projeto Integrado de Pesquisa. Juiz de Fora: UFJF, 2003.

_____. *Gramática das Construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico*. In *Veredas*, Juiz de Fora: EDUFJF ,v.6, n. 1., jan./jun., 2002.

_____. *Projeto integrado de pesquisa. Espaços mentais e a gramaticalização das representações espaço-temporais em Português* UFJF/CNPq, 1996. (xerox).

_____. *Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem*. In: *Veredas* . Juiz de Fora: EDUFJF, v.1, n. 1., jul./dez., 1997.

_____. *O processo cognitivo da mesclagem na análise lingüística do discurso*. Projeto Integrado de Pesquisa. Juiz de Fora: UFJF/UERJ/UFRJ, 1999. (mimeo).

_____. *Anotações de cursos (Gramática das Construções e Tópicos avançados em Linguagem e Cognição) e palestras*. Juiz de Fora, UFJF, 2002, 2003, 2004.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1971[1915].

SEARLE, R. J. *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. *Expressão e Significado – Estudos da teoria dos atos de fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995[1979].

SILVA, A S. *O poder da cognitivo da metáfora e da metonímia*. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, vol. 7, 2003.

TOMASELLO, M. *A origem cultural da conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes editora, [1999] 2003.

TORRES, R. C. W. *A personificação no texto acadêmico formal: uma abordagem cognitivista* Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003.

TURNER, M. *The literary mind*. New York: Oxford University Press, 1996.

ZANOTTO, M. S.; MOURA, H. M.; NARDI, M. I.; VEREZA, C. S. Apresentação à edição brasileira, In *Metáforas da vida cotidiana*. 2002.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1979.